



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Março/2015.



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instruções Normativas TCU N° 63/2010 e 72/2013, da Decisão Normativa TCU N° 140/2014, da Portaria TCU N° 90/2014, e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU n° 522/2015 e Norma de Execução n° 01/2015.

Brasília, 2015.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES QUE NÃO SE APLICAM OU NÃO EXISTEM NA UJ	11
QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ	12
QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	15
QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
QUADRO A.2.4. – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNOS DA UJ	25
QUADRO A.5.2.2 – OBJETIVO	31
QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ - OFSS	38
QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR - OFSS	49
QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO.....	55
QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	58
QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	60
QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO–CRÉD. ORIGINÁRIOS–TOTAL	61
QUADRO A.6.1.3.2 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODAL. DE CONTRATAÇÃO–CRÉD. ORIGINÁRIOS	62
QUADRO A.6.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	63
QUADRO 6.1.3.4 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ–CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	64
QUADRO A.6.3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	67
QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	68
QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	69
QUADRO A.6.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	71
QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	72
QUADRO A.6.6.2 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	74
QUADRO A.6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	76
QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	86
QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	86
QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	86
QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL	90
QUADRO A.7.2.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA	93
QUADRO A.7.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	106
QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	117
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	118
QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE Uso ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	132
QUADRO A.8.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	133
QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	133
QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE Uso ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	135
QUADRO A.9.1 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014	137
QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	140
QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	141
QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	151
QUADRO A.11.2.2. – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	154
QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR ..	157
QUADRO A.11.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	158
QUADRO A.12.4 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDELIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	160

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1.	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	13
FIGURA 2.	COMPARAÇÃO ENTRE DESCENTRALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS.....	163
FIGURA 3.	EXIGÊNCIAS RESULTANTES DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	165
FIGURA 4.	ACOMPANHAMENTO MENSAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS - METAS PPA.....	171
FIGURA 5.	ACOMPANHAMENTO DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS - METAS PPA, POR SUPERINTENDÊNCIA.....	172
FIGURA 6.	PORCENTAGEM DAS SUBSTÂNCIAS AUTORIZADAS POR GUIA DE UTILIZAÇÃO (2014).....	177
FIGURA 7.	PORCENTAGEM DAS SUBSTÂNCIAS AUTORIZADAS POR GUIA DE UTILIZAÇÃO (2014).....	178
FIGURA 8.	PESO EM QUILOES DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2014.....	178
FIGURA 9.	VALOR TOTAL EM US\$ DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2014.....	179
FIGURA 10.	PAÍSES DE DESTINO DOS CPKS BRASILEIROS EMITIDOS ENTRE 09/2006 E 12/2014.....	180
FIGURA 11.	COMUNICAÇÕES DE COLETA DE FÓSSEIS EM 2014, POR REGIÃO (SESSENTA E TRÊS COMUNICAÇÕES).....	181
FIGURA 12.	VISTORIAS DE ORDENAMENTO MINERAL, POR SUPERINTENDÊNCIAS.....	184
FIGURA 13.	VISTORIAS DE ORDENAMENTO MINERAL, POR ASSUNTO.....	184
FIGURA 14.	EVOLUÇÃO DAS DENÚNCIAS 2011-2014	186
FIGURA 15.	QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS VERSUS QUANTIDADE DE ANÁLISES REALIZADAS	187
FIGURA 16.	QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS VERSUS QUANTIDADE DE ANÁLISES REALIZADAS	188
FIGURA 17.	QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS VERSUS QUANTIDADE DE ANÁLISES REALIZADAS	189
FIGURA 18.	MAPA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS.....	192
FIGURA 19.	PRODUTOS DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	194
FIGURA 20.	SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	194

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	METAS E RESULTADOS DA AÇÃO (EXERCÍCIO 2014 - TODOS OS POs)	161
TABELA 2:	RESULTADO DA AÇÃO FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA - FISCALIZAÇÃO REALIZADA - PESQUISA E LAVRA	163
TABELA 3:	ATOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REFERENTES À FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA (2014)	164
TABELA 4:	ANÁLISE PROCESSUAL POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2014.....	166
TABELA 5:	EVENTOS VISTORIADOS POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2014.....	167
	EVENTOS VISTORIADOS POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2014 (CONTINUAÇÃO).....	168
TABELA 6:	METAS FISCALIZAÇÃO DA LAVRA AUTORIZADA.....	170
TABELA 7:	META IFRP - RELATÓRIOS DE PESQUISA ANALISADOS, EVOLUÇÃO 2012 -2014.....	173
TABELA 8:	RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA APROVADOS, NEGADOS, SOBRESTADOS E ARQUIVADOS POR SUPERINTEND.(2014)	173
TABELA 9:	RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA E RELATÓRIOS PARCIAIS DE PESQUISA ANALISADOS NO EXERCÍCIO DE 2014	174
TABELA 10:	RESERVAS MINERAIS APROVADAS EM 2014.....	175
TABELA 11:	RESERVAS MINERAIS APROVADAS EM 2014 MINERAIS METÁLICOS, DE USO NA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES E DIAMAN. ..	176
TABELA 12:	GUIAS DE UTILIZAÇÃO EMITIDAS (2014)	177
TABELA 13:	CPKS EMITIDOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 2006	179
TABELA 14:	QUADRO DESCRITIVO DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (EXERCÍCIO 2014).....	180
TABELA 15:	LEVANTAMENTO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS PELO DNPM (2011 - 2014).....	185
TABELA 16:	AÇÕES DE EXTENSIONISMO FINALIZADAS EM 2014	190

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AMB – Anuário Mineral Brasileiro
ANA – Agência Nacional de Águas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CGTIG – Coordenação Geral da Tecnologia da Informação e Geoprocessamento
CPK - Certificados do Processo Kimberley
COMIN – Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
D.O.U. - Diário Oficial da União
DIFIS - Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária
DGADM – Diretoria de Gestão Administrativa
DGTM – Diretoria de Gestão de Títulos Minerários
DIPLAM - Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração
DIPEM – Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral
DPF – Departamento de Polícia Federal
ETIR – Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes
GNSS – Sistema Globais de Navegação por Satélite
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
LOA – Lei Orçamentária Anual
MME - Ministério de Minas e Energia
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCI - Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PPA – Plano Plurianual
PSI – Política de Segurança da Informação
RAL – Relatório Anual de Lavra
RFP – Relatório Final de Pesquisa
SEICOM -Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do estado do Pará
SGM – Secretaria de Geologia e Mineração
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS - Sistema de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPU - Sistema de Patrimônio da União
TAH - Taxa Anual por Hectare
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE A – CONTEÚDOS GERAIS	12
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	12
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	14
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
1.4.1. Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatários	17
1.4.2. Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração.....	17
1.4.3. Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários.....	17
1.4.4. Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária	17
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	19
2.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	19
2.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	20
2.2.1. Estratégia de Atuação em Relação à Unidade Central e às Unid. Descentralizadas .	20
2.2.2. Informações Quant. e Qual. Ref. as Áreas de Negócios Objeto das Auditorias e/ou Fiscalizações Realizadas no Exercício.....	20
2.2.3. Execução do Plano Anual de Auditoria, Contemplando Avaliações Comparativas Entre as Atividades Planejadas e Realizadas, Destacando os Trabalhos Mais Relevantes, as Principais Constatações e as Providências Adotadas.....	21
2.2.3.1. Auditoria de Gestão – Gestão de Pessoas	22
2.2.3.2. Auditoria Operacional/Desempenho	22
2.2.3.3. -Auditoria de Gestão – Gestão Patrimonial	22
2.2.3.4. - Auditoria de Gestão - Convênios.....	22
2.2.3.5. - Auditoria de Gestão – Licitações e Contratos	23
2.2.3.6. - Auditoria de Gestão - CPGF.....	23
2.2.4. Redesenho na Estrutura Organizacional da Unidade de Auditoria.....	23
2.2.5. Qualidade dos Controles Internos Relacionados à Apuração dos Resultados dos Indicadores Utilizados para Monitorar e Avaliar a Governança e o Desempenho Operacional da Unidade Jurisdicionada	23
2.2.5.1. Liderança.....	23
2.2.5.2. Estratégia.....	24
2.2.5.3. Controle.....	24
2.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	25
2.4. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	25

2.5. Remuneração Paga a Administradores	27
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	28
3.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	28
3.2. CARTA DE SERVIÇO AO CIDADÃO	28
3.3. MECANISMO PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	28
3.4. ACESSOS ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	28
3.5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	29
3.6. MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE	29
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	30
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	30
5.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	30
5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	31
5.2.1. Programa Temático	31
5.2.2. Objetivo.....	31
5.2.2.1. Análise Situacional	33
5.2.3. Ações.....	38
5.2.3.1. Ações OFSS	38
5.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS.....	49
5.2.3.3. Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS.....	49
5.2.3.4. Ações- Orçamento de Investimento – OI.....	50
5.2.3.5. Análise Situacional	50
5.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	54
5.4. INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	55
5.5. INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	57
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	58
6.1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	58
6.1.1. Programação das Despesas	58
6.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA.....	59
6.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	60
6.1.3. Realização da Despesa	61
6.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	61
6.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente Pela UJ.....	62
6.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	63
6.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	64
6.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	65
6.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	65

6.1.3.7. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	66
6.2.Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	67
6.3.RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	67
6.3.1. Análise Crítica.....	67
6.4.MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	68
6.4.1. Análise Crítica.....	68
6.5.TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	69
6.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	69
6.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	71
6.5.3. Informações Sobre a Prest. de Contas Relat. aos Convênios e Contr. de Repasse	72
6.5.4. Informações Sobre a Análise das Prest. de Contas de Convênios e Contr. Repas.....	72
6.5.5. Análise Crítica.....	72
6.6.SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	72
6.6.1. Concessão de Suprimento de Fundos.....	72
6.6.2. Utilização de Suprimento de Fundos	74
6.6.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	76
6.6.4. Análise Crítica.....	85
6.7.Renúncias Sob a Gestão da Uj	85
6.8.Gestão de Precatórios.....	85
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	86
7.1.ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	86
7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	86
Análise Crítica.....	87
7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	88
7.1.2.1. Cursos realizados na Ação de Capacitação – PO 065378.....	88
7.1.2.2. LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	89
7.1.2.3. Cursos realizados no PO 065395 – Diretoria de Fiscalização –	89
7.1.2.4. Outros cursos e capacitações.....	89
7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	90
7.1.4. Irregularidades na área de Pessoal	91
7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	91
7.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos.....	91
7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas	91
7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	92

7.2.CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS.....	93
7.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	93
7.2.2. Locação de Mão de Obra p/ Ativ. não Abrangidas p/ Plano de Cargos do Órgão ..	106
7.2.3. Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	117
7.2.4. Contratação de Estagiários.....	117
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	118
8.1.GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERC....	118
8.2.GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	132
8.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	132
8.2.2. Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	133
8.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	134
8.2.4. Análise Crítica.....	134
8.3.BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	135
9. GESTÃO DA TECNOL. DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ...	137
9.1.GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	137
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	140
10.1. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	140
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.	141
11.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU ..	141
11.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	141
11.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	151
11.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTR. INTERNO.	151
11.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	151
11.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	154
11.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.370/93 ...	157
11.3.1. Situação do Cumprimento das obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	157
11.3.2. Situação do Cumprimento das obrigações	158
11.4. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	158
11.5. Alimentação SIASG E SICONV	158
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	159
12.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	159
12.2. APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	159
12.3. CONFORMIDADE CONTÁBIL	160

12.4. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	160
12.5. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	160
12.6. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.	161
12.7. Composição Acionária das Empresas Estatais.....	161
12.8. Relatório de Auditoria Independente	161
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	161
13.1. PROCEDIMENTOS ARRECADATÓRIOS.....	161
13.2. FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERARIA.	161
13.2.1. Fatores Intervenientes	162
FIGURA 2.COMPARAÇÃO ENTRE DESCENTRALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS.....	163
Fonte: DIFIS/DNPM.....	163
13.2.2. Execução das Metas – Estatísticas Gerais.....	163
FIGURA 3.Exigências Resultantes das Fiscalizações Realizadas.....	165
13.2.3. Resultados alcançados em 2014 por Meta Prevista (PPA 2012-2015), Metas Institucionais (DNPM) e por Processos Finalísticos da Fiscalização	169
13.2.3.1. Resultados Alcançados nas Metas da Lavra Autorizada em 2014.....	170
FIGURA 4.Acompanhamento Mensal de Fiscalizações Realizadas - Metas PPA.....	171
FIGURA 5.Acompanhamento de Fiscalizações Realizadas - Metas PPA, por Superintendência.....	172
13.2.3.2. Resultados Alcançados na Fiscalização da Pesquisa Mineral em 2014.....	173
FIGURA 6.Porcentagem das substâncias autorizadas por Guia de Utilização (2014).	177
13.2.3.3. Fiscalização para a Emissão de Certificação Kimberley	178
FIGURA 7.Porcentagem das substâncias autorizadas por Guia de Utilização (2014).	178
FIGURA 8.Peso em quilates dos lotes certificados no Brasil entre 09/2006 e 12/2014.....	178
FIGURA 9.Valor total em US\$ dos lotes certificados no Brasil entre 09/2006 e 12/2014.	179
FIGURA 10.Países de destino dos CPKs brasileiros emitidos entre 09/2006 e 12/2014.	180
13.2.3.4. Execução das Metas - Fiscalização de Depósitos Fossilíferos	180
FIGURA 11.Comunicações de coleta de fósseis em 2014, por região (sessenta e três comunicações).	181
13.2.3.5. Avaliação da Qualidade Técnica da Água Mineral	182
13.2.3.6. Fiscalização da Lavra Garimpeira e Ordenamento Mineral	183
FIGURA 12.Vistorias de Ordenamento Mineral, por Superintendências.	184
FIGURA 13.Vistorias de Ordenamento Mineral, por assunto.	184
FIGURA 14.Evolução das Denúncias 2011-2014.....	186
13.3. GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS	187
FIGURA 15.quantidade de requerimentos versus quantidade de análises realizadas	187
FIGURA 16.quantidade de requerimentos versus quantidade de análises realizadas	188
FIGURA 17.quantidade de requerimentos versus quantidade de análises realizadas	189
13.4. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	189
13.4.1. SUSTENTABILIDADE DA MINERAÇÃO	189
FIGURA 18.MAPA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS	192
13.4.2. Outras Atividades de Sustentabilidade da Mineração.....	192
13.4.2.1. Projetos de Difusão em Arranjos Minerai/Projeto Regularização e Fomento a Formação das Cooperativas no Estado da Bahia	192
13.4.3. DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	193
FIGURA 19.PRODUTOS DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO.....	194

FIGURA 20.SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO.....	194
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	195

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), refere-se ao exercício de 2014, e foi elaborado em cumprimento às disposições da Instrução Normativa TCU n° 63, de 1° de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU N° 140, de 15 de outubro de 2014, da Portaria TCU N° 90, de 16 de abril de 2014 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU n° 522/2015 e Norma de Execução n° 01/2015.

O Relatório de Gestão está estruturado conforme o Anexo II da Decisão Normativa TCU n. 140/2014. A primeira parte é composta por 13 itens (Parte A), a segunda e a terceira (Partes B e C) não se aplicam ao DNPM.

A Parte A traz o conteúdo geral com informações sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada. A Parte B e a Parte C, por se tratarem de conteúdos específicos de unidades afins não relacionadas ao DNPM, não foram preenchidas e não são contempladas no Relatório de Gestão 2014.

Convém informar que não se aplicam ou não existe informação por parte da UJ para os itens da Parte A do Anexo II da DN TCU n° 140/2014, relacionados no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES QUE NÃO SE APLICAM OU NÃO EXISTEM NA UJ

Item	Título
2.5	Remuneração Paga a Administradores
3.3	Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
4	Ambiente de atuação
5.2.1	Programa Temático
5.2.3.2	Ações/Subtítulos – OFSS
5.2.3.4	Ações- Orçamento de Investimento – OI
5.5	Informações sobre custos de produtos e serviços
6.1.2.1	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
6.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação-Créditos de Movimentação
6.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa-Créditos de Movimentação
6.2	Despesas com ações de publicidade e propaganda
6.5.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse
6.5.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
6.7	Renúncias sob a Gestão da UJ
6.8	Gestão de Precatórios
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal
7.1.4.2	Terceirização Irregular de Cargos
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ
11.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas
12.5	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei n° 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n° 1.133/2008
12.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei n° 6.404/1976
12.7	Composição Acionária das Empresas Estatais
12.8	Relatório de Auditoria Independente

PARTE A – CONTEÚDOS GERAIS

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia (MME)			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)			
Denominação Abreviada: DNPM			
Código SIORG: 1918		Código LOA: 32263	
Código SIAFI: 323002		Código SIAFI: 323002	
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 00.381.056.0001/33	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-6666	(061) 3312-6786	(061) 3312-6916
Endereço Eletrônico: dire@dnpm.gov.br / webmaster@dnpm.gov.br			
Página na Internet: http://www.dnpm.gov.br			
Endereço Postal: S.A.N. Quadra 01 Bloco B Asa Norte Brasília-DF CEP: 70.041-903			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei nº 8.876, de 2/5/1994, DOU de 3/5/1994, Estrutura Organizacional: Decreto nº 7.092, de 02/02/2010, DOU de 03/02/2010, Regimento Interno: Portaria nº. 247, de 08/04/2011.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
323003	Superintendência do DNPM – RS		
323004	Superintendência do DNPM – SP		
323005	Superintendência do DNPM – MG		
323006	Superintendência do DNPM – PE		
323007	Superintendência do DNPM – PA		
323008	Superintendência do DNPM – GO		
323009	Superintendência do DNPM – BA		
323010	Superintendência do DNPM – AM		
323011	Superintendência do DNPM – RJ		
323012	Superintendência do DNPM – CE		
323013	Superintendência do DNPM – SC		
323014	Superintendência do DNPM – MT		
323015	Superintendência do DNPM – PR		
323016	Superintendência do DNPM – RN		
323017	Superintendência do DNPM – PB		
323018	Superintendência do DNPM – AP		
323019	Superintendência do DNPM – TO		
323020	Superintendência do DNPM – SE		
323021	Superintendência do DNPM – RO		
323022	Superintendência do DNPM – ES		
323023	Superintendência do DNPM – PI		
323024	Superintendência do DNPM – MA		
323025	Superintendência do DNPM – MS		
323026	Superintendência do DNPM – RR		
323027	Superintendência do DNPM – AL		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
32263	DNPM		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
323002		32263	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
32363	Departamento Nacional de Produção Mineral		

Fonte: DNPM

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no ano de 1994, com a sanção da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, foi transformado em Autarquia Federal., vinculada ao Ministério de Minas e Energia(MME), foi inicialmente criado em 1934, como Órgão Central de Direção Superior vinculado à época ao Ministério da Agricultura, possui mais de 80 anos de existência.

A Missão Institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral é a de planejamento, fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa, conforme expresso na Lei 8.876/94. Compete a Autarquia, em especial:

- I. promover a outorga ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;
- II. coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;
- III. acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;
- IV. formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;
- V. fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- VI. fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;
- VII. baixar normas em caráter complementar e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;
- VIII. implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;
- IX. baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição e das demais receitas da Autarquia;
- X. fomentar a pequena empresa de mineração;
- XI. estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa; e

O Decreto Lei nº 4.146, de 4 de março de 1942, também estabelece como competência do DNPM autorizar e fiscalizar a extração de espécimes fósseis,

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Departamento Nacional de Produção Mineral possui representação em todos os Estados da Federação. A base legal que respalda a atuação do DNPM é o Código de Mineração e sua Legislação Complementar. Destaca-se que a representação Nacional do DNPM é composta de uma Sede localizada no Distrito Federal, 25 Unidades Gestoras, 6 escritórios regionais e um Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (museu do Crato). Cada Unidade Gestora possui uma estrutura organizativa própria com autonomia administrativa e financeira para realizar a gestão no âmbito de sua circunscrição.

Aprevisão da estrutura funcional do Departamento Nacional de Produção Mineral se fundamenta no Decreto nº 7.092/2010 e por meio da Portaria nº 247/2011, que foram modificados pela Portaria nº401/2013. A Composição Funcional da Autarquia possui uma gestão centralizada na Sede em Brasília, gerida por um Diretor-Geral, com órgãos de assistência direta e imediata - Gabinete, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento - e órgãos seccionais: Auditoria Interna, Corregedoria e Diretoria de Gestão Administrativa

A Autarquia possui também com quatro Diretorias Finalísticas, a Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração, a Diretoria de Gestão de Títulos Minerários e a Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária. Nos estados é composta de vinte e cinco Superintendências estaduais, dispostas em Classes, quais sejam Classe I-A, Classe I-B, Classe II, Classe III, Classe IV, que refletem a mesma estrutura da Sede, de acordo com a vocação mineral do Estado onde está inserida, conforme o Organograma Institucional (Figura 1):

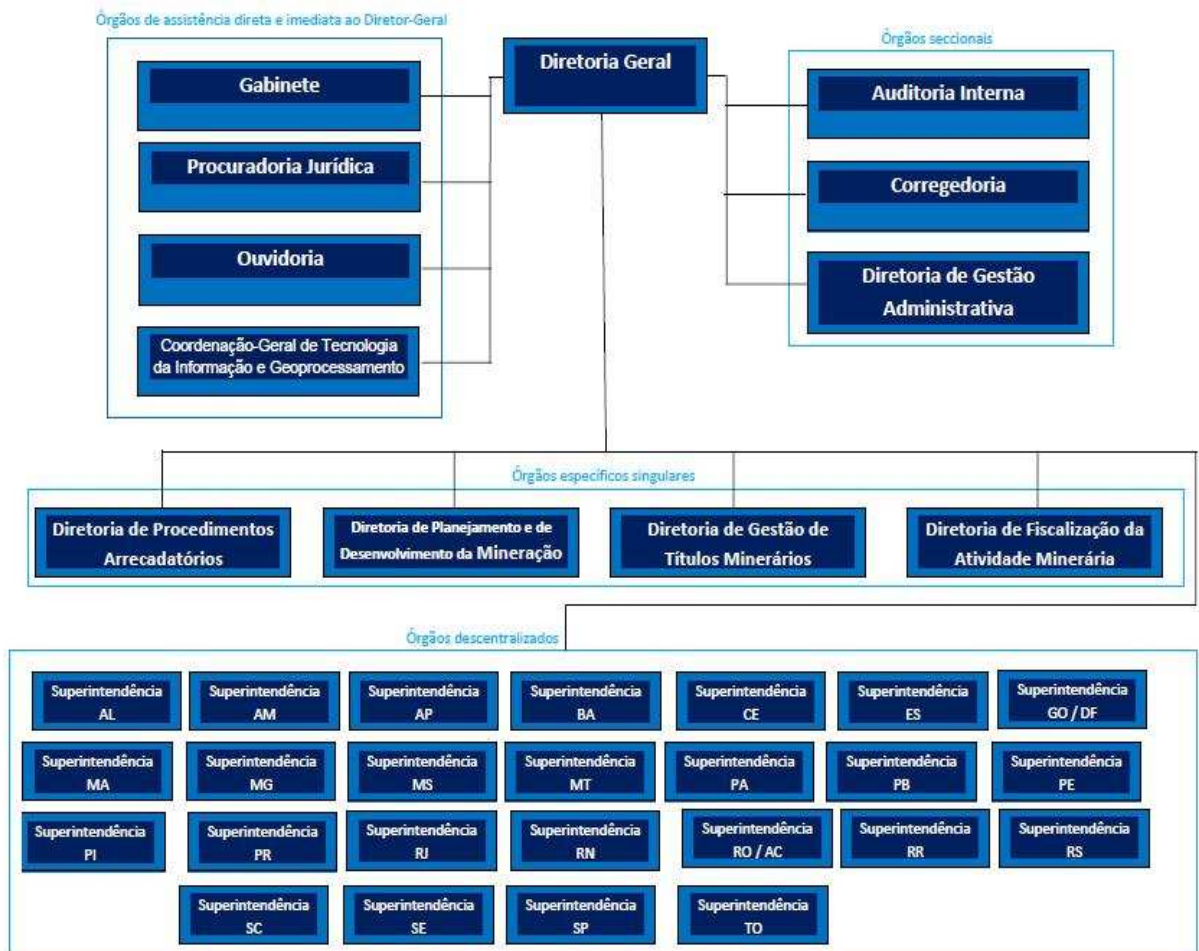


FIGURA 1. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

Fonte:DGADM/DNPM

No desenvolvimento de seus processos institucionais as subunidades as quais desempenha atividades estratégicas são elencadas no Quadro A.1.3, conforme abaixo:

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS	O planejamento e a execução de ações de fiscalização da atividade minerária no Território Nacional.	Walter Lins Arcoverde	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral - CFPM	As ações de fiscalização das atividades de pesquisa mineral, inclusive de Água Mineral.	Peterson Augusto Guedes	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral - CFAM	As ações de fiscalização das Lavras Registradas e Concedidas, inclusive de Água Mineral.	Roger Romão Cabral	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral - CORDEM	As ações de fiscalização das Permissões de Lavra Garimpeira, e certificação no Processo Kimberley-CPK. Bem como ações de fiscalização para coibir e formalizar a extração mineral não autorizada e promover a proteção de depósitos fossilíferos.	Ricardo Eudes Parahyba	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Diretoria de Gestão de Títulos Minerários - DGTM	Planejar, gerenciar e padronizar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais.	Vanda Lima de Andrade	Diretora interina	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários	Coordenar e gerir a análise dos processos minerários relativos as atividades de outorga, manutenção e extinção dos direitos minerários	Vanda Lima de Andrade	Coordenadora	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação da gestão de Estudos de Áreas	Coordenar e orientar e as ações de controle de áreas relativas ao ordenamento territorial dos direitos minerários a nível nacional.	Roberto da Silva	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários	Coordenar e acompanhar os programas relativos a organização, qualidade e produtividade da criação, manutenção e extinção de títulos minerários.	Francisco da Silva Freire	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios - DIPAR	Arrecadar, fiscalizar e cobrar, além de distribuir a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	Marco Antônio Valadares Moreira	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Gestão das Receitas - CGR	Prover os meios e controlar a arrecadação e a cobrança dos créditos do DNPM, distribuir a CFEM e elaborar previsões.	Yvone Sena de Sá	Coordenadora	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Fiscalização das Receitas - CFR	Planejar a fiscalização da CFEM e empreendê-las através de auditorias fiscais e contábeis. Gerir as inscrições do DNPM no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).	Airlis Luis Ferracioli	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração	Compatibilizar o planejamento institucional com o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social,	Paulo Guilherme Tanus Galvão	Diretor	01/01/2014 a 31/12/2014

	ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento regional.			
Coordenação de Sustentabilidade da Mineração	Acompanhamento de ações para as pequenas e médias empresas de mineração, por meio de estudos e divulgação de novos métodos e técnicas adequados ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração;	Kiomar Oguino	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Desenvolvimento da Mineração	Acompanhar, analisar e divulgar Informações e Estudos do desempenho do Setor Mineral	Oswaldo Barbosa Ferreira Filho	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Departamento Nacional de Produção Mineral possui quatro macroprocessos finalísticos, que são agrupados conforme as quatro áreas da Estrutura Funcional conforme pode ser observado no Quadro A.1.4:

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Procedimentos Arrecadatórios	Gerenciar e fiscalizar as receitas do DNPM e adotar medidas institucionais para desenvolver e aprimorar a atividade arrecadatória.	Arrecadação das Receitas da Autarquia e Distribuição da CFEM.	Municípios, Estados e público interno	Coordenação de Gestão das Receitas – CGR; Coordenação de Fiscalização das Receitas – CFR.
Planejamento e Desenvolvimento da Mineral	Estruturar os dados e Informações da Produção Mineral Brasileira para a geração de conhecimento e desenvolvimento do Setor Mineral e promover ações com foco na competitividade e sustentabilidade na pequena mineração e promoção do conhecimento geológico	Publicações Institucionais; Projetos e Ações de Sustentabilidade na Mineração	Setor Mineral, Universidad e, cidadãos e pequenos mineradores	Coordenação de Sustentabilidade da Mineração; Coordenação de Desenvolvimento da Mineração.
Gestão de Títulos Minerários	Planejar, gerenciar e padronizar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de pesquisa, exploração e aproveitamento de recursos minerais	Títulos Minerários mantidos	Mineradores e cidadãos	Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários; Coordenação da gestão de Estudos de Áreas; Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos Minerários
Fiscalização da Atividade Minerária	Coordenar e realizar a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País, da fase de pesquisa a lavra.	Fiscalizações Realizadas	Mineradores e cidadãos	Coordenação de Fiscalização da Pesquisa Mineral – CFPM; Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral – CFAM; Coordenação de Ordenamento da Extração Mineral - CORDEM

1.4.1. Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios

O Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios que possui as subunidades de Coordenação de Gestão das Receitas e Coordenação de Fiscalização das Receitas é responsável por gerenciar as receitas do DNPM e por meio de seus processos coordena e controla a arrecadação, executa a cobrança, a distribuição das quotas-partes e a fiscalização sobre a arrecadação.

Em conformidade com a Legislação vigente promove a interação e dá suporte institucional às Superintendências do DNPM para promover, fiscalizar e controlar o recolhimento de taxas, emolumentos, multas e ressarcimento, bem como, realizar a interação em suas áreas de atuação

A definição e atualização dos valores a serem cobrados, bem como a previsão das receitas da Autarquia a partir da elaboração de estudos e estimativas de receitas, são atividades que constituem o Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatórios, e também a celebração de acordos e convênios de cooperação técnica com os entes federados, para fins de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.

1.4.2. Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração

O Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração composto por duas subunidades que são responsáveis pelo processo de Desenvolvimento da Mineração e pelo processo Sustentabilidade da Mineração, busca compatibilizar o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento regional, com o planejamento institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Esse Macroprocesso coordena o desenvolvimento de sistemas de bancos de dados estatísticos de recursos, reservas, produção, consumo e fluxo de comércio exterior de bens minerais, e também atua na supervisão da elaboração de estudos e projetos referentes aos mercados interno e externo de bens minerais.

Na atuação visando a sustentabilidade da mineração promove as ações de extensionismo mineral, realizadas por meio de atividades de orientação técnica ao pequeno minerador; apoio as formas associativas, cooperativistas, a organização de arranjos produtivos locais e desenvolve estudos estratégicos compostos de exercícios de cenários prospectivos de mercado de bens minerais. Outra atividade é a de implantar e gerir banco de dados geológicos dos depósitos minerais oriundos dos trabalhos de pesquisa mineral realizados pelos detentores de títulos minerários.

1.4.3. Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários

O Macroprocesso Gestão de Títulos apresenta como subunidades a Coordenação de Gestão da Outorga de Títulos Minerários, a Coordenação da gestão de Estudos de Áreas e a Coordenação de Procedimentos de Gestão de Títulos que planejam, gerenciam e padronizam as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de pesquisa, exploração e aproveitamento de recursos minerais.

As atividades são integradas com as Superintendências que são orientadas para realizar as atividades relacionadas à manutenção de informações em banco de dados, relativas aos títulos minerários, promovendo sua modernização e racionalização, bem como no atendimento ao cidadão-usuário, no âmbito da sede da autarquia e das Superintendências, no que se refere a processos de direitos minerários.

1.4.4. Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária

O Macroprocesso Fiscalização da Atividade Minerária composto pela Fiscalização da Pesquisa Mineral, Fiscalização do Aproveitamento Mineral e do Ordemaneto da Extração Mineral ,

como subunidades, coordena e realiza a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País, que por meio de seus processos efetua o aperfeiçoamento normativo dos procedimentos fiscalizatórios e promove o relacionamento com outras instituições de fiscalização em matérias correlatas.

As ações desse Macroprocesso objetivam o desenvolvimento efetivo da pesquisa mineral, o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas, o controle ambiental nas operações mineiras, bem como contribui para a formalização da extração mineral; promove a proteção dos depósitos fossilíferos; apoia as Superintendências em sua área de atuação; coordena a participação do DNPM em fóruns interinstitucionais afetos à deliberação de temas de interesse da Autarquia, bem como de normativos sobre assuntos relacionados às águas subterrâneas, em especial, às águas minerais e potáveis de mesa.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Os comitês de auditoria, avaliação ou gestão não constam da estrutura do DNPM. Na estrutura da autarquia existe o comitê de gestão do conhecimento e o comitê de tecnologia da informação. O comitê de gestão estratégica, a auditoria interna, a corregedoria seccional e a ouvidoria são mantidas de forma regimental.

A Alta Administração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é representada por um Diretor-Geral e cinco Diretores que analisam e decidem as matérias de competência da Autarquia, competências essas que são gerenciadas por repartições horizontalizadas, compostas pela Sede, 25 Unidades Regionais, denominadas Superintendências, 07 Escritórios, 01 Museu de Ciência da Terra que atuam de forma descentralizada.

O Regimento Interno do DNPM prevê como instância consultiva, um Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Diretor-Geral e integrado pelos titulares das Diretorias, das Superintendências, do Gabinete, da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica, bem como pelos assessores do Diretor-Geral objetivando a formulação e o acompanhamento do plano de gestão estratégica da autarquia, com a definição de diretrizes para a operacionalização das políticas de gestão da produção mineral e a proposição de normas para o setor.

O Comitê de Gestão do Conhecimento (CGC) instituído por meio da Portaria nº 268/DIRE, de 05 de julho de 2013, em conformidade com a lei 8.112/90, tem como objetivo principal, assessorar o Diretor Geral do DNPM na plena execução do Plano Anual de Capacitação do DNPM, em todos os seus objetivos gerais e específicos, incluindo o auxílio no levantamento e diagnóstico quanto às necessidades de capacitação dos servidores do DNPM e na elaboração do Cronograma Anual de Eventos e Ofertas de Cursos, bem como conceder Gratificação de Qualificação dos servidores da Autarquia.

O Comitê de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento do DNPM, instituído conforme Portaria nº 396 de 23 de setembro de 2014, tem como objetivo caráter consultivo-deliberativo tem dentre suas competências, garantir o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação às diretrizes estratégicas do Departamento Nacional de Produção Mineral, deliberar acerca das políticas, diretrizes, planos e processos para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação.

A estrutura orgânica de controle da Autarquia inclui Auditoria Interna, instituída pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011. Também, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014. Diretamente subordinada a Diretoria Geral, cujas atribuições e competências estão descritas neste relatório, competindo-lhe complementarmente, exames de conformidade das normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como, quando determinado pelo Diretor-Geral, a verificação da adequação entre os meios empregados e os resultados alcançados.

Inclui também a Unidade de Correição Seccional, competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011, responsável pela planejamento, direção, orientação, supervisão, avaliação e controle das atividades de correição, cujo detalhamento consta da parte que trata do Sistema de Correição.

Por fim destaca-se a existência da Unidade de Ouvidoria, também com competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011, responsável, dentre outros, por receber e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões relacionadas às atividades da Unidade. Com maior nível de detalhamento de suas competências na parte específica, que trata das questões de Ouvidoria.

2.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna - AUDIN do DNPM foi criada pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. Órgão Seccional vinculado à Diretoria - Geral, tem competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011.

Em caráter complementar, regulamentada, conforme Regulamento Interno aprovado mediante Portaria nº 07/DNPM, de 15 de janeiro de 2014, em atendimento as recomendações exaradas no Relatório que fundamentou o Acórdão nº TCU 577/2010- Plenário.

2.2.1. Estratégia de Atuação em Relação à Unidade Central e às Unid. Descentralizadas

Para as atividades a serem desenvolvidas são estabelecidas prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

No processo de hierarquização dos projetos/atividades, são avaliados os riscos das atividades a serem auditadas, a vulnerabilidade pertinente a cada uma delas e sua importância relativa.

O critério utilizado para priorização das atividades da Unidade de Auditoria Interna prevê a avaliação do risco da Unidade por meio de pontuação para cada processo/atividade passíveis de serem auditados, onde são atribuídos peso a cada variável, considerando sub variáveis; calculada a importância de cada processo; e estabelecido critério de definição das auditorias prioritárias.

O processo é dividido em etapas onde são identificadas todas atividades exercidas pela Unidade, o perfil das atividades e avaliação dos riscos correspondente a cada uma delas.

Para tanto são elencadas todas as áreas de negócio e/ou macroprocessos da Unidade, passíveis de serem auditados, após a priorização das áreas de negócio, são relacionados e selecionados os processos/atividades relacionados a cada área de negócio e/ou macroprocessos.

Mediante a seleção dos processos/atividades, são selecionadas as Unidades Administrativas, a serem avaliadas, observando os mesmos critérios adotados na priorização das atividades.

Após a priorização das atividades e das Unidades Administrativas, é então, elaborado o programa de auditoria, denominado Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, conforme disposto na IN CGU 07/2006.

2.2.2. Informações Quant. e Qual. Ref. as Áreas de Negócios Objeto das Auditorias e/ou Fiscalizações Realizadas no Exercício

No exercício de 2014, já observados os créditos suplementares, o Departamento Nacional de Produção Mineral geriu um orçamento global na ordem de R\$ 582.702.099, sendo que dos recursos destinados a despesas de capital, o montante de R\$ 248.318.883 foi consignado em reserva de contingência. Dessa forma, pode-se afirmar que os recursos autorizados totalizaram a cifra de R\$ 334.383.216 dos quais foram empenhados e liquidados 85,52%.

No programa Temático 2041- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, a Autarquia participou por meios dos objetivos 0032, 0046, 0481, representando uma dotação de R\$ 8.718.567,00 da qual foi empenhado o valor de R\$ 5.113.742,04 e liquidado o valor de R\$ 4.836.002,24 correspondendo a uma execução de cerca de 55,46% do orçamento inicialmente previsto.

No Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia, estão inseridas todas as ações de sustentação das atividades da Autarquia, incluindo as ações de Pagamento de Pessoal e Benefícios dos Servidores, as Ações de Reforma e Aquisição e também a Administração da Unidade que se configura como a ação responsável por custear todas as despesas de funcionamento da Autarquia no Brasil. A dotação final foi de R\$ 291.751.841,00 as despesas

empenhadas e liquidadas somaram R\$ 241.601.514,12, o total pago foi de R\$ 234.510.458,72 correspondendo a 80,38% dos valores autorizados.

No Objetivo 0032 o DNPM participou na difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral por meio da publicação do Anuário Mineral, Sumário Mineral, Informe Mineral e o Balanço Mineral e também no desenvolvimento de publicações de estudos regionais que são suplementares ao objetivo.

Como resultados do objetivo, em 2014 foram publicados os Informes Mineraiis do 2º semestre de 2013 e do 1º semestre de 2014, bem como, publicado o Sumário Mineral 2014 que está disponível para a sociedade por meio da internet para consulta. Dois estudos foram realizados o Estudo da Economia Mineral do Estado do Pará, disponível pela internet e o Estudo da Economia do Estado do Goiás e do Distrito Federal.

No Objetivo 0046, o DNPM participou no processo de otimização do aproveitamento dos recursos minerais e na promoção de mecanismos para o desenvolvimento do aproveitamento dos recursos minerais, por meio da Gestão de Títulos Minerários, a Fiscalização da Atividade Minerária e estudos do aproveitamento mineral sustentável.

Na Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção a meta prevista foi à redução de tempo de resposta para a aquisição de título minerário envolve a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O planejamento, gerenciamento e padronização das atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais, bem como a organização e orientação das atividades relacionadas à manutenção de informações em banco de dados, relativas aos títulos minerários, promoveu relativa modernização e racionalização, no âmbito da Sede da Autarquia e de suas Superintendências.

Na iniciativa 003E – Fiscalização da Atividade Minerária, foram envidados esforços para aperfeiçoar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades mineiras. Como resultado do trabalho de regulação e fiscalização das atividades minerárias, houve crescimento nominal na arrecadação anual da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Mineraiis – CFEM, Taxa Anual por Hectare - TAH e demais receitas.

No Objetivo 0481 os projetos foram desenvolvidos em todas as Regiões do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Foram utilizadas como ferramenta os seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização.

2.2.3. Execução do Plano Anual de Auditoria, Contemplando Avaliações Comparativas Entre as Atividades Planejadas e Realizadas, Destacando os Trabalhos Mais Relevantes, as Principais Constatações e as Providências Adotadas

Foram realizados 14 (quatorze) projetos, sendo 05 (cinco) vinculados à missão institucional da Autarquia, 01 (um) referente ao cumprimento do planejamento estratégico da Unidade, 06 (seis) relativos a disposições contidas na legislação e 02 (dois) relacionados ao atendimento de demanda externa, proveniente da CGU e TCU.

Em termos de horas previstas, foi executado o percentual de 80,04% das horas alocadas; e em termos de projetos, executados 63,64% dos projetos previstos.

Foi realizada uma auditoria, tendo como objeto a avaliação da capacidade operacional e organizacional do Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, abrangendo as diretorias e áreas estratégicas, no enfrentamento das dificuldades operacionais. Em novembro de 2014 foi iniciada auditoria compartilhada com a CGU (OS nº 201412505), ainda em curso. Em detrimento de tais projetos, deixaram de ser realizados 08 (oito) projetos relativos ao desempenho institucional.

Dentre os projetos executados destacamos a seguir os mais relevantes e as principais constatações:

2.2.3.1. Auditoria de Gestão – Gestão de Pessoas

Finalidade: Avaliação dos atos de remuneração, cessão, aposentadorias, requisições, pensões e admissões de servidores, bem como a análise da composição da força de trabalho frente às atribuições da UJ.

Constatações: Necessidade de investir na captação de novos servidores, em substituição àqueles que deixam a Instituição, bem como aumentar a força de trabalho. Dos cargos efetivos autorizados estão ocupados apenas 50,13%, a Autarquia tem como principal característica o envelhecimento, visto que 65,46% dos servidores ativos possuem mais de 51 anos de idade 14,96% destes, estão recebendo abono de permanência. Aliado ao fato de que a distribuição da força de trabalho não obedece a critérios predefinidos e é realizada de maneira aleatória, comprometendo assim os resultados do desempenho institucional;

- Processos de aposentadorias e pensões entregues para análise do controle interno em prazos superiores aos prazos estipulados pelas Instruções Normativas nº 55/2007 e 64/2010-TCU;
- Fragilidade na instrução processual.

2.2.3.2. Auditoria Operacional/Desempenho

Finalidade: Avaliação da capacidade operacional e organizacional do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, abrangendo as Diretorias e áreas estratégicas, no enfrentamento das dificuldades operacionais face as limitações orçamentárias.

Constatações: Falta de política pública voltada para o fortalecimento da Autarquia, o que por sua vez tem como consequência um orçamento inadequado às necessidades da Unidade. Como reflexo observa - se um impacto na qualidade e nos resultados alcançados, em maior ou menor grau em todas as áreas da Autarquia. Sendo que a área de tecnologia da informação e infraestrutura são as áreas que apresentam maior criticidade, além do que, as restrições dessas áreas, tem reflexo direto nas demais áreas da Autarquia.

2.2.3.3. -Auditoria de Gestão – Gestão Patrimonial

Finalidade: Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário do DNPM quanto à estrutura de pessoal da unidade para gerir os bens imóveis; a existência ou não de estrutura tecnológica para gerir; a correção e a completude dos registros no sistema de gerenciamento dos imóveis; segregação contábil quanto aos gastos com manutenção e reforma dos imóveis (DNPM SEDE, RS, SP, MG, PE, PA, GO, BA, AM, RJ SC, MT, PR, RN MA, MS e RR).

Constatações: Insuficiência da estrutura de pessoal para gestão dos bens imóveis sob responsabilidade do DNPM, um quadro de pessoal deficitário e a necessidade de reposição de mão de obra;

- Falta de rotinas e/ou procedimentos padronizados para a Gestão do Patrimônio sob a responsabilidade da Autarquia.

2.2.3.4. - Auditoria de Gestão - Convênios

Finalidade: Avaliação das transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, ou outros instrumentos vigentes (DNPM SEDE, CE e RS).

Constatações: - Publicações intempestiva dos extratos, caracterizando assim desobediência aos regramentos legais;

- Inexistência de acompanhamento e fiscalizações para atestar a execução do objeto pactuado.

2.2.3.5. - Auditoria de Gestão – Licitações e Contratos

Finalidade: Avaliação da regularidade das aquisições de bens e serviços no âmbito do DNPM Sede.

Constatações: Fragilidade na instrução processual;

- Realização de certame sem a existência de recursos orçamentários;
- Ausência de previsão de critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios;

- Inexistência de normas e/ou procedimentos que discipline as aquisições no âmbito da Autarquia.

2.2.3.6. - Auditoria de Gestão - CPGF

Finalidade: avaliar a concessão, aplicação e a prestação de contas, dos recursos utilizados a título de suprimento de fundos no âmbito do DNPM Sede.

Constatações: Fragilidades na aplicação do suprimento de fundos tais como, falta de consulta ao almoxarifado acerca da existência do material a ser adquirido, fracionamento de despesa e despesa excedente ao limite concedido;

- Inconsistências na formalização das prestações de contas tais como, falta de carimbo do servidor que atestou a fatura, ausência do comprovante de pagamento da fatura do cartão, divergências de informações nos dados da prestação de contas e notas de empenho de anulação de saldo sem assinatura;

- Pagamento de multas decorrente do atraso no pagamento de faturas do cartão.

Em decorrência dos trabalhos realizados foram formuladas pela auditoria interna, 23 (vinte e três) recomendações, 19 (dezenove) de caráter operacional e 04 (quatro) de caráter estruturantes, examinadas pelas unidades auditadas que informaram as providências adotadas, acataram-nas ou apresentaram justificativas e/ou plano de ação.

2.2.4. Redesenho na Estrutura Organizacional da Unidade de Auditoria.

Em atendimento ao Acórdão TCU 577/2010- Plenário foi elaborado e aprovado mediante Portaria nº 07/2014 o Regulamento da Auditoria Interna que disciplina em caráter complementar, as questões relacionadas à conduta e orientação ética, autoridade e responsabilidade, confidencialidade, organização e competência da Unidade de Auditoria Interna.

2.2.5. Qualidade dos Controles Internos Relacionados à Apuração dos Resultados dos Indicadores Utilizados para Monitorar e Avaliar a Governança e o Desempenho Operacional da Unidade Jurisdicionada

Abordaremos as principais práticas da Autarquia acerca dos componentes integrantes dos mecanismos de governança, utilizando para tal o “Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública”, editado pelo TCU em 2013.

2.2.5.1. Liderança

No mecanismo liderança, no componente pessoas e competências, vem sendo adotado pela Unidade o sistema de avaliação individual, conduzido de acordo a Portaria MME nº 290/2011, que

regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para realização das avaliações de desempenho individual e institucional e as disposições contidas na Orientação Normativa nº 7/2011, que estabelece as diretrizes para a realização das avaliações.

No componente princípios e comportamento, destacamos que o Código de Ética disponível na página do DNPM (internet e intranet), contempla a contextualização de valores, compromissos e condutas, além do que, o tema é tratado periodicamente por intermédio de palestra e outros eventos.

No componente relacionado a liderança organizacional as atribuições e responsabilidades são as definidas no Regimento Interno. A adoção da avaliação institucional, conduzida pelas Diretorias como instrumentos oficiais para acompanhamento e controle de metas institucionais (para fins de gratificação).

2.2.5.2. Estratégia

No mecanismo Estratégia componente de relacionamento com partes o site Autarquia, contém links para conteúdo ativo na referência a Lei de Acesso à Informação, incluindo a Carta de Serviço ao Cidadão. Também links de acesso a Ouvidoria do DNPM, a qual tem sua competência e organização definida no Regimento Interno do DNPM, aprovado Pela Portaria Ministerial nº 247, de 8 de abril de 2011.

No componente Estratégia organizacional o modelo de planejamento e gestão estratégica tem suas diretrizes básicas estabelecidas no Regimento Interno, com a previsão como instância consultiva, o Comitê de Gestão Estratégica, presidido pelo Diretor-Geral e integrado pelos titulares das Diretorias, das Superintendências, do Gabinete, da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica, bem como pelos assessores do Diretor-Geral objetivando a formulação e o acompanhamento do plano de gestão estratégica da autarquia, com a definição de diretrizes para a operacionalização das políticas de gestão da produção mineral e a proposição de normas para o setor.

Na estrutura da autarquia existe o comitê de gestão do conhecimento e o comitê de tecnologia da informação. O comitê de gestão estratégica, a auditoria interna, a corregedoria seccional e a ouvidoria são mantidas de forma regimental.

Na componente estrutura de governanças não conta com comitês de auditoria, de avaliação ou de gestão. No entanto, existe o comitê de gestão do conhecimento e o comitê de tecnologia da informação. O comitê de gestão estratégica, a auditoria interna, a corregedoria seccional e a ouvidoria são mantidas de forma regimental.

2.2.5.3. Controle

No mecanismo Controle, componente gestão de risco e controle interno, no campo da missão institucional, traduzidas em metas anuais, tem o acompanhamento periódico realizado pelas Diretorias e Superintendências.

A Autarquia dispõe de Auditoria Interna (AUDIN), que auxilia na realização dos seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco e controle de governança. Na estrutura organizacional está diretamente vinculada a Diretoria Geral, com responsabilidades definidas em regimento Interno.

Dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com o propósito de disponibilizar informações referentes as suas atividades destacam-se o Relatório de Gestão encaminhado anualmente ao Tribunal de Contas da União - TCU e publicado no portal DNPM.

Dessa forma, temos a destacar que na definição formal dos macroprocessos decisórios da Unidade, não há clareza no fluxo de trabalho, com o encadeamento das atividades e das responsabilidades. Não há a identificação dos processos críticos para definição dos objetivos e metas da Unidade, bem como, do diagnóstico de risco envolvido nos processos estratégicos, nem a definição e riscos operacionais, de informação e de conformidade.

2.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Decreto nº 7.092/2010, que alterou a estrutura regimental do DNPM, instituiu uma Unidade Seccional de Corregedoria, com competência e prerrogativas próprias das unidades que compõe o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal em consonância com as determinações legais.

No ano de 2014, a unidade autou 66 processos referentes às denúncias em 16 (dezesseis) Unidades Estaduais, conforme descritos abaixo:

- – Processo Administrativo Disciplinar-PAD = 01
- – Rito Sumário (Celetista) = 05
- – Rito Sumário (Lei nº 8.112/90) = 01
- – Investigação Preliminar = 55
- – Termo Circunstanciado Administrativo-TCA = 04

Atentando-se à obrigatoriedade de sua utilização pelos órgãos e entidades vinculados ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, estabelecida pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 o DNPM aderiu ao gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, tendo incluído no sistema CGU-PAD, todos os processos disciplinares desde a sua criação como autarquia em 1994. Quanto à regularidade de alimentação do referido sistema, esta Corregedoria vem atendendo aos prazos estabelecidos no Parágrafo III, do artigo 1º da Portaria acima mencionada, dentro das limitações que o próprio sistema impõe. (Impossibilidade de cadastramento de Investigações Preliminares).

2.4. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.2.4. – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	x				
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Análise crítica e comentários relevantes:</p> <p>A pontuação apresentada para os quesitos buscou medir os diversos aspectos do sistema de controle interno, foi obtida mediante ponderação das avaliações das diversas áreas da autarquia, composta pelos grupos de gestores compostos por 25 (vinte e cinco) Superintendências Regionais e 05 (cinco) Diretorias.</p> <p>A seguir apresenta-se ponderações acerca da pontuação alcançada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ambiente de Controle – observa-se que a comunidade interna do DNPM percebe o controle internos como essenciais a consecução dos objetivos estratégicos organizacionais; - Avaliação de Risco – apesar de ter os objetivos e metas da Autarquia em diversos documentos, não é prática no DNPM o diagnóstico e tratamento sistematizado de riscos; 					

- **Procedimento de Controle** – Cumpre destacar que na visão dos gestores, o DNPM dispõe de procedimentos de controles, no entanto, não com a abrangência e razoabilidade necessária para mitigar os riscos de não atingimento dos objetivos estabelecidos para a instituição;

- **Informação e Comunicação** – percebe-se que a informação relevante para a Autarquia não é identificada, documentada, armazenada e comunicada adequadamente. Não há uma gestão de documentos, com o qual se agilize o acesso e o controle sobre documentos, otimizando a realização de pesquisa de suporte a decisões estruturantes e de caráter mais urgente;

- **Monitoramento** – entende-se que existem ações, com vistas a avaliar a sua validade e qualidade que são constantemente confirmadas pelos exames auditorias, da Auditoria Interna, da CGU e do TCU.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria.**
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria.**
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

2.5. Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a esta UJ.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O canal de acesso do cidadão ao DNPM para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes está na nossa página na Internet, na parte superior da front page, isto é, com grande visibilidade onde contém o link de acesso à ouvidoria, bem como os relatórios gerenciais mensais. Nesses relatórios contém estatísticas de demandas diárias da sociedade, constam também as estatísticas das comunicações enviadas para mais de 4.000 e-mails de pessoas físicas/empresas que atuam na mineração, cadastradas no DNPM sobre notícias da Autarquia, informando em tempo real esses atos tais como Portarias, novos trabalhos do DNPM etc.

3.2. CARTA DE SERVIÇO AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão está disponível ao público em local com grande visibilidade em nossa página na Internet, na front page. A Carta é atualizada constantemente.

3.3. MECANISMO PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Não se aplica a esta UJ.

3.4. ACESSOS ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Grande parte das informações prestadas pelo DNPM em sua página na Internet tem atuação preponderante da Ouvidoria, por exemplo: atualização da legislação minerária seja portaria do Diretor-Geral do Ministro de Minas e Energia sobre mineração, ou e outro órgão do Governo Federal que tenha repercussão no setor mineral; Projetos de Lei tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal que entram em tramitação naquelas casas legislativas são disponibilizados na internet, para conhecimento de toda a sociedade; Estas informações estão no canal Legislação.

Acompanhamento da Execução orçamentária do DNPM, atualizadas quinzenalmente, disponíveis no canal Despesas.

Estatísticas de atos publicados no Diário Oficial da União, a saber: Evolução dos Títulos Minerários no Brasil; Requerimentos Protocolados por Superintendência; Alvarás de Pesquisa Publicados por Superintendência; Relatórios de Pesquisa Aprovados por Superintendência; Requerimentos de Lavra Protocolados por Superintendência; Portarias de Lavra Publicadas por Superintendência; Licenciamentos Outorgados por Superintendência; Permissões de Lavra Garimpeira Outorgadas por Superintendência; Registros de Extração Outorgados por Superintendência; Guias de Utilização Autorizadas por Superintendência; Cessões de Direitos Aprovadas por Superintendência; Arrecadação da CFEM; Arrecadação da TAH. Estas estatísticas são atualizadas mensalmente com o objetivo de informar o cidadão o desenvolvimento do setor mineral em todos os seus aspectos. Estão disponíveis no canal Estatísticas.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão da Lei de Acesso à Informação no DNPM e disponibiliza as suas estatísticas de atendimento em seus Relatórios da Ouvidoria. Também no Relatório da Ouvidoria são disponibilizadas estatísticas, por Superintendências, de Inquéritos Civis Públicos, abertos pelo Ministério Público Federal no que concerne às possíveis irregularidades cometidas por empresas de mineração/pessoas físicas por danos ao meio ambiente ou ao patrimônio público.

3.5. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Como não foi aplicada a Pesquisa de Satisfação esse subitem fica prejudicado.

3.6. MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

Há poucos anos, o Edifício Sede do DNPM foi reformado para se adequar à Lei nº 10.098/2000 e seu Decreto regulamentador (5.296/2004), construindo rampa de acesso, destinada ao uso coletivo por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com as normas técnicas exaradas pela ABNT.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Não se aplica a esta UJ.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE

O Departamento Nacional de Produção Mineral é Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia e tem como objetivo a gestão do patrimônio mineral brasileiro, bem como o acompanhamento da produção mineral que inicia com a pesquisa mineral, passando pelas etapas do processo minerário e concluindo com a autorização da lavra dos bens minerais e segue até a exaustão da mina. No que concerne as Políticas Públicas para a Mineração, o Órgão da Administração Direta responsável pela Política Mineral é o MME, o qual estabelece as diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a mineração, por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM).

No ano de 2014, o Novo Marco Regulatório da Mineração que foi encaminhado ao Congresso Nacional no mês de junho de 2013, impactou a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral no desenvolvimento de suas atividades, uma vez que a instituição buscou as definições e resultados do trâmite da proposta para se preparar para os novos rumos que a nova legislação e a mudança da estrutura de Autarquia para Agência Reguladora vão trazer para o curto e médio prazo na Instituição, além da necessidade de continuar desempenhando as suas atividades e cumprindo as metas e objetivos do PPA 2012-2015.

A expectativa da Autarquia para as mudanças da Legislação Regulatória e mudança institucional pautou as participações nas discussões e eventos aos quais o Departamento Nacional de Produção Mineral foi convidado, buscando contribuir no processo desencadeado pela Presidência da República e que gerou grande expectativa institucional, principalmente junto a seus servidores.

O momento se apresentou como um desafio, pois as atribuições estabelecidas no Código de Mineração atual devem ser continuadas e cumpridas, além da boa condução da Instituição e a continuidade administrativa, enquanto faz-se necessário o planejamento da transição.

O Planejamento Estratégico com objetivos de longo prazo, com os cenários de atuação construídos e a análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças para o delineamento de planos e metas não está formalizado e estruturado em um documento validado e disseminado para toda a Gestão do DNPM, em decorrência dessa situação as ações e desempenho estão subordinados ao Planejamento Governamental expressamente baseado no Plano Plurianual e Macroestratégias, como o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) que se origina no Ministério de Minas e Energia, ou mesmo, na Presidência da República, em razão da natureza executiva do Departamento Nacional de Produção Mineral.

O ano de 2014 situou um ambiente com os esforços para a realização dos Objetivos do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA), e as ações orçamentárias da Lei Orçamentária Anual 2014 (LOA). As atividades desenvolvidas anualmente na Autarquia são objeto de um planejamento anual denominado Programação Anual de Trabalho, na qual são planejadas as ações do Departamento Nacional de Produção Mineral antes do início do ano. A construção desta programação requer a informação das metas do PPA desdobradas para o ano e a compatibilização das metas com a dotação orçamentária consignada a Autarquia, resultando em uma fonte norteadora para as realizações e atividades programadas.

No desempenho da Programação Anual de Trabalho o principal risco observado ao desenvolvimento das atividades é a escassez orçamentária, pois o crescimento das despesas e a falta de dotação orçamentária que acompanhe esse crescimento impactam as necessidades da Autarquia e

resulta na dificuldade de realizar as atividades previstas no PPA, na falta de investimento que permita o avanço tecnológico, a adequação da estrutura física e de pessoal.

O acompanhamento do desempenho da Autarquia ocorre de duas maneiras, uma por meio do monitoramento do PPA e LOA, onde são fornecidas informações do alcance dos produtos referentes às metas da Instituição no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e também por parte da Avaliação de Desempenho Institucional que utiliza o PPA como referência, possui um ciclo que se inicia em maio e termina em abril do próximo ano, tendo ligação direta ao pagamento da Gratificação de Desempenho dos servidores.

5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.2.1. Programa Temático

Não se aplica a esta UJ.

5.2.2. Objetivo

QUADRO A.5.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral					
Código	0032	Órgão	Ministério de Minas e Energia – MME			
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
A UJ não possui metas com esta classificação						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
6	Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro.	Unidade	21	5	15	71,42%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
6.1	Nacional	Unidade	21	5	15	71,42%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
A UJ não possui metas com esta classificação						

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral					
Código	0046	Órgão	Ministério de Minas e Energia – MME			
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)	%	100	44,50	44,50	44,50
A UJ não possui metas com esta classificação						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração.	Unidade	2	0	0	0,00%
3	Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais	Estudos	60	2	11	18,34
4	Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários	Dia	258	406	406	157,36%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2.1	Nacional	Unidade	2	0	0	0,00%
3.1	Região Nordeste	Estudo	16	0	2	12,50%
3.2	Região Norte	Estudo	8	0	1	12,50%
3.3	Região Sudeste	Estudo	12	0	0	0,00%
3.4	Região Centro-Oeste	Estudo	12	2	6	50,00%
3.5	Região Sul	Estudo	12	0	2	16,67%
4.1	Região Norte	Dia	310	512	512	165,16%
4.2	Região Nordeste	Dia	134	323	323	241,04%
4.3	Região Sudeste	Dia	413	567	567	137,29%
4.4	Região Sul	Dia	227	266	266	117,18%
4.5	Nacional	Dia	258	406	406	157,36%
4.6	Região Centro-Oeste	Dia	220	361	361	164,09%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

5	Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos.
---	---

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.					
Código	0481	Órgão	Ministério de Minas e Energia – MME			
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
A UJ não possui metas com esta classificação						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros	Unidade	60	10	25	41,67%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2.1	Região Centro-Oeste	Unidade	12	0	7	
2.2	Região Norte	Unidade	8	2	3	
2.3	Região Nordeste	Unidade	16	0	5	
2.4	Região Sudeste	Unidade	12	2	7	
2.5	Região Sul	Unidade	12	1	3	
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
A UJ não possui metas com esta classificação						

5.2.2.1. Análise Situacional

A Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral no PPA 2012-2015 não teve um objetivo exclusivo contando sempre com outras instituições do Órgão Setorial nas metas desenvolvidas, em 2014, participou com metas no Programa 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral por meio dos objetivos:

- 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.
- 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.
- 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

O Objetivo 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral contempla iniciativas destinadas a produzir o conhecimento do território, a subsidiar políticas de aproveitamento sustentável de médio e longo prazo, a ampliar e diversificar a produção mineral brasileira e a fornecer insumos para o ordenamento da atividade minerária no território.

Coube ao DNPM a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral por meio da publicação do Anuário Mineral, Sumário Mineral, Informe Mineral e o Balanço Mineral e também no desenvolvimento de publicações de estudos regionais que são suplementares ao objetivo.

As publicações periódicas relacionadas ao Setor Mineral e a Produção Mineral, como o Sumário Mineral e o Informe Mineral foram continuadas, bem como iniciativas internas para processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do Anuário Mineral Brasileiro.

No que diz respeito à geração e divulgação de produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, avalia-se que a meta vem sendo cumprida e a previsão é que a quantidade dos documentos relacionados com a meta seja gerada e publicada pelo DNPM de acordo com a sua periodicidade.

Os resultados obtidos para o cumprimento das metas estabelecidas no PPA no decorrer do ano de 2014 foram a edição do Informe Mineral referente ao segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014, que está disponível no site do DNPM. O Sumário Mineral 2014 e os Informes Estaduais do Pará e do Goiás e Distrito Federal. Entretanto, cabe mencionar que alguns produtos apresentaram restrições na sua execução, o Balanço Mineral Brasileiro ficou inviabilizado em função das restrições orçamentárias e pela sucessiva redução do quadro de pessoal, o Balanço Mineral Brasileiro é uma publicação quadrienal prevista para ser desenvolvida até 2015.

A publicação do Anuario Mineral Brasileiro que sintetiza as informações econômicas e sociais do setor mineral, continua atrasada, contudo deu-se continuidade ao processo de modernização do sistema AMB-WEB, que foi finalizado e vai possibilitar trabalhar para superar o atraso nesse produto e a sua normalização quanto a divulgação anual da publicação. Esse produto reúne os dados estatísticos anuais do Setor Mineral, está com suas edições atrasadas desde 2011, que a partir da conclusão da nova sistemática e informatização da sua elaboração terá a sua periodicidade retomada. Na realização do objetivo foram produzidos 6 estudos relacionados ao Setor Mineral pela Autarquia.

As informações apresentadas no SIOP são acrescidas das publicações realizadas também pela SGM, razão de aumento do resultado do Objetivo, pois somadas as publicações do DNPM totalizam 25 publicações finalizadas até o momento.

O Objetivo 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral está relacionado com as atividades voltadas para a produção mineral, em especial as atividades que buscam aprimorar e incentivar o processo de exploração e desenvolvimento do Setor Mineral. O DNPM participa no processo de otimização do aproveitamento dos recursos minerais e na promoção de mecanismos para o desenvolvimento do aproveitamento dos recursos minerais, por meio da Gestão de Títulos Minerários, a Fiscalização da Atividade Minerária e Estudos do Aproveitamento Mineral Sustentável.

Nas atividades voltadas para a fiscalização da atividade minerária o objetivo é o de promover a fiscalização dos empreendimentos de pesquisa mineral e lavra com vistas a assegurar a realização da exploração dirigida para a descoberta de novas jazidas e garantir o seu aproveitamento racional, por meio de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores, minimizando o impacto ambiental e local, em áreas tituladas, bem como combater a extração mineral não autorizada evitando o crime de usurpação de um bem da União, em cumprimento ao Código de Mineração e legislação vigente.

A atividade de fiscalização minerária é realizada por meio de análise de documentos técnicos apresentados pelos titulares de direito minerário e inspeções presenciais de campo, incluídas também as demandas provenientes da sociedade e de outros órgãos públicos.

No período de janeiro a dezembro de 2014 os resultados para a meta de fiscalizar todas as minas subterrâneas brasileiras, ou seja, 100% das minas representando um total de 94 minas subterrâneas. Teve como realização 138 vistorias técnicas. Na Meta de Fiscalizar todas as minas com barragens em quatro anos foi estabelecido como quantitativo de fiscalizações 95 vistorias técnicas, representando 25% do total das minas com barragens, foram realizadas 151 vistorias de barragens de mineração no ano.

Na Meta de Fiscalizar todas as concessões de águas minerais em quatro anos, foi estabelecido como quantitativo de fiscalizações 188 vistorias técnicas em concessões de águas minerais, representando 25% do total das minas de águas minerais brasileiras. No período de monitoramento foram realizadas 300 vistorias de empreendimentos de águas minerais.

A meta de Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras) visa analisar o suprimento de insumos minerais para fertilizantes, visando a sua ampliação, por meio da fiscalização de concessões de lavra para fosfato e potássio, bem como de lítio e terras raras. Foi constituído Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos - GAME formado pelo DNPM/MME (DGTM, DIFIS e DIPLAM) e a SGM/MME (DTTM e DGPM), tendo atuação contínua ao longo do ano reunindo-se periodicamente para analisar o suprimento nacional de insumos minerais para fertilizantes. Em 2014, foi atingido um percentual de 44,50% da meta prevista, foram fiscalizadas áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (potássio, fosfato, elementos de terras raras e lítio) para o desenvolvimento do País. Buscou-se a aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes.

Em 2014, foram realizadas atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, além de trabalhos conjuntos para realização de estudos técnicos sobre segurança em minas subterrâneas, tem como objetivo a capacitação em assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visa o melhor conhecimento técnico para as ações de fiscalização, principalmente nas minas de carvão do Sul do Brasil. Configuram dois projetos para redução de acidente de trabalho na mineração, que estão em fase inicial e serão desenvolvidos:

- Projeto Caracterização Geomecânica da camada Bonito na Bacia Carbonífera de Santa Catarina; e
- Projeto Metodologias e tecnologias para o monitoramento de minas subterrâneas de carvão.

O projeto iniciado no 1º Semestre de 2014 foi o de “Segurança Técnica em Minas Subterrâneas de Carvão” e teve como atividade de capacitação e treinamento conforme o plano de trabalho:

- I Métodos de Lavra Subterrânea, com 30 horas;
- II Mecânica de Rochas, com 30 horas;
- III Ventilação e Medição de Poeira em Mina subterrânea, com 30 horas;

Em relação as atividades de caracterização geomecânica da Camada Bonito na Bacia Carbonífera de SC, foram realizadas as seguintes etapas também do projeto de Segurança Técnica em Minas Subterrâneas de Carvão:

- I Coleta de amostras para ensaios em laboratório;
- II Descrição de furos de sondagem existentes que sejam representativos das minas;
- III Mapeamento de campo nas minas em termos de estruturas na camada Bonito.

As atividades estão seguindo o plano de trabalho acordado entre o DNPM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nas atividades de desenvolvimento de estudos sobre a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais em 2014 foram realizados 2 estudos de distritos mineiros, que somados aos 9 projetos finalizados até o ano de 2013, totalizam 11 projetos já desenvolvidos no PPA, todos tem sido implementados de forma direta, aproveitando os servidores públicos que são conhecedores da realidade nos Estados, onde a atuação se dá por meio de suas Superintendências e Unidades Organizacionais.

Os resultados alcançados nos projetos demonstram que o governo pode contribuir de forma efetiva com o conhecimento geológico de um Distrito Mineiro, agregação de valor para os bens minerais produzidos pela mineração de pequeno porte e soluções sustentáveis para rejeitos de mineração.

Os Projetos que foram finalizados em 2014 foram: Potencial de Ametista no Basalto e Potencial de Ametista em Rochas do Proterozóico, Digitalização de Mapas Históricos do DNPM – Fase 1, ambos na Região Centro-Oeste. No Rio Grande do Sul foi iniciado um projeto sobre rochagem com fins de avaliação de um possível aproveitamento dos rejeitos de pedreiras de agregados na região. No Mato Grosso do Sul tem sido realizado ao longo dos últimos anos projetos com o intuito de verificar o potencial para gemas, principalmente ametista, dada a semelhança geológica com as ocorrências de basalto no Rio Grande do Sul.

No Estado de Goiás há um projeto para a caracterização do setor de areia usada na construção civil. No Ceará tem sido desenvolvido um projeto para o Plano Diretor da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como um Convênio com a Universidade Federal do Ceará para a caracterização da areia de britagem como alternativa tecnológica às areias naturais utilizadas na construção civil.

No Rio de Janeiro está sendo desenvolvido um projeto de caracterização geológica-geoquímica da mina de fluorita de Tanguá. Outras ações incluem o Convênio com a AIST do Japão, que focou até o presente momento nos elementos Terras Raras, a participação em grupos de minerais estratégicos junto ao MME assim como a participação no grupo de trabalho para normatização do uso dos pós de rocha como fonte de nutriente.

A meta prevista no PPA 2012-2015 de redução de tempo de resposta para a aquisição de título minerário envolve a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), desde que um requerimento é protocolizado no DNPM até a sua análise. Em 2012, o alcance da meta foi afetado pela decisão de governo de interromper a publicação de títulos minerários para substâncias metálicas em razão da elaboração da proposta do Marco Regulatório da Mineração, que foi encaminhada para o Congresso Nacional em junho de 2013, fato que resultou em um aumento nos requerimentos dos títulos, consequentemente aumentando o tempo de resposta.

A gestão de títulos minerários é um processo essencial para o Setor Mineral, pois por meio do Título que está expressa a autorização para o desenvolvimento das atividades de mineração. No PPA 2012-2015 a Instituição adotou como Meta medidas para redução do tempo de resposta nos pedido referentes aos direitos minerários que resultaram na visibilidade da demanda e da produtividade interna, sendo possível uma melhora estratégica na alocação de recursos humanos e financeiros.

Apesar da clareza trazida pelo cálculo da meta, existem diversos fatores ambientais que afetam o desempenho da análise realizada, como exemplo: a análise de processos antigos que aumentam significativamente a quantidade de dias medida; um aumento na quantidade de solicitações sem o acompanhamento em termos de produtividade interna; e interferência com áreas que possuem outras atividades econômicas (oleoduto, portos etc) que aumentam o tempo de análise processual.

Na Região Norte, principalmente no Estado do Pará, foi observado um maior aumento na quantidade de dias de resposta, totalizando 4.142 dias e impactando na média nacional em 2013. A grande quantidade de requerimentos de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) apresenta pendências tais como: problemas de deslocamento de áreas (o requerimento apresentado para uma determinada área é apresentado em uma base cartográfica divergente resultando em inconsistências e erros na localização do título requerido); áreas de conflito (são áreas que conflitam com alguma legislação específica, como as reservas ambientais, áreas de fronteira, áreas limítrofes de municípios, áreas

militares ou com outra destinação de uso econômico); e, por último, áreas indígenas que não podem ser exploradas por falta de legislação, que constitucionalmente deve ser específica, elevaram naquele ano substancialmente os dias de resposta.

No ano 2014, houve redução do tempo de resposta nas regiões do Norte e Sul, o que impactou a quantidade da média nacional, fato observado como resultado das atividades desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral para buscar reduzir a quantidade de dias para aquisição de direitos minerários, contudo nas demais regiões o tempo de resposta aumentou. O tratamento do passivo processual das Superintendências colaborou para o aumento do tempo de resposta, por se tratarem de processos com maior tempo de vida.

O envio do Projeto do Marco Regulatório da Mineração para o Congresso Nacional, fez surgir a necessidade de suspender a publicação de requerimentos objetivando a exploração de substâncias metálicas para evitar uma especulação no Setor Mineral e que também afetará a estimativa de tempo de resposta para os próximos anos. No geral, a expectativa é que os processos que estão represados sejam liberados, aumentando, assim, a média de tempo de atendimento nos próximos anos. A partir do momento que esses processos são analisados e é dado um respaldo final, a contagem do tempo de atendimento tende a aumentar, visto que os processos que estavam pendentes há bastante tempo aguardando a decisão.

No que toca às fiscalizações efetuadas, caminha-se para o cumprimento global das metas, assim como aos estudos para redução dos acidentes de trabalho, para aumento da eficiência produtiva da indústria mineral e para a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais. Permanecem em 2015 aspectos a serem superados que tocam à redução do tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários, influenciada pelo trâmite legislativo do novo marco regulatório e pelo estoque de processos antigos agora analisados, elevando o tempo médio de resposta.

No Objetivo 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas de extração de bens minerais, a participação da Autarquia foi por meio da Meta Consolidar as cooperativas, associações de produtores minerais em distritos mineiros, que resultou em 10 projetos concluídos em 2014. Este objetivo tem metas relacionadas às micro e pequenas empresas individualizadas e organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral, associações e cooperativas de mineração.

Os Projetos de APLs desenvolvidos até o momento no PPA 2012-2015 tiveram atuação em todas as Regiões do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização. As ações desenvolvidas em áreas com demandas históricas de pendências em relação a questões de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável como Morro da Fumaça, Pádua e Pirenópolis registraram significativos avanços na atividade de extração mineral e melhoria geral da competitividade e sustentabilidade.

Os projetos desenvolvidos tomam como premissa a melhoria e fortalecimento de diversas cadeias produtivas locais e regionais e construção de soluções na área de concessão de títulos, como a viabilização de desmembramento vertical de áreas de exploração de argila e exploração de carvão, um modelo desenvolvido que permite em uma mesma área dadas as características de cada substância explorada, que ambas sejam extraídas de forma concomitante e sem interferência de uma na extração da outra. Esse modelo precedido de estudos e projetos pode ser replicado em demais regiões do Brasil e assim, viabilizar diversas atividades de extração de argilas e agregados no Brasil, garantindo o suprimento de materiais para a cadeia da construção civil e de cerâmica vermelha, produtos considerados estratégicos em função da sua demanda.

Os projetos são implementados de forma direta e contam com etapas de desenvolvimento de palestras e oficinas, as quais permitem uma maior disseminação de conhecimento e difusão das exigências para a sustentabilidade legal da atividade minerária, são projetos que visam inclusive o melhor aproveitamento de todos os produtos, bem como estimular a agregação de valor na produção local. Alguns projetos possuem o objetivo de apoiar o ordenamento mineral da atividade e as suas

implicações no ordenamento territorial das regiões, contribuindo para a maximização do aproveitamento do potencial mineral regional.

O modelo de atuação busca realizar as ações de diagnóstico inicial/estudo de áreas – direitos minerários; análise legal dos títulos; avaliação geral da sustentabilidade do projeto (social, legal e ambiental); regularização/formalização; difusão tecnológica; difusão de técnicas gerenciais; agregação de valor; legalização/regularização; cooperativismo / associativismo; estudos de mercado/cadeia produtiva; inserção no APL e fortalecimento da governança.

Os projetos finalizados em 2014 foram: o Estudo das condições de estabilidade no Distrito Mineiro de Ametista do Sul/RS, Cadastramento de Olarias na Região Centro-Oeste e também a Verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo DNPM na Região Sudeste, destacam-se as seguintes ações em andamento:

- Participação no Processo Prospectivo do APL de Cerâmica Vermelha do Norte de Goiás
- Apoio a operacionalização do convênio DNPM/SEPLANDE-Governo de Alagoas na regularização da extração artesanal de pedras na
 - No Rio de Janeiro destaca-se apoio aos seguintes APL: Cerâmica em Campos, Rochas ornamentais em Santo Antônio de Pádua e areia em Piranema
 - Diagnóstico setor argilo-mineral do Amazonas
 - Ações de apoio a Cooperativa de garimpeiros de Cristalina (orientação nos processos minerários e manutenção dos mesmos, quanto a CFEM)
 - Desenvolvimento de estudo para estimular a adoção de modelo cooperativado de lavra de argilas para atender o setor ceramista
 - Palestra em Goiânia para o setor de cerâmica sob gestão do DNPM/GO.
 - Apoio a cooperativas na Bahia do setor mineral
 - Apoio ao setor de calcário no nordeste do Ceará
 - Diagnóstico do mercúrio em Tapajós/PA

5.2.3. Ações

5.2.3.1. Ações OFSS

QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ - OFSS

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas Da União Código: 0089 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.326.742,00	33.605.152,00	32.661.734,58	32.661.734,58	32.661.734,58	0,00	0,00
Execução Física						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.219.081,39	0,00	-4.219.081,39	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	0005			Tipo: Operação Especial		
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada Em Julgado (Precatórios)					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Código: 0901 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
279.346,00	286.146,00	286.146,00	262.501,58	262.501,58	0,00	23.644,42
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	00G5			Tipo: Operação Especial		
Título	Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Código: 0901 Tipo: Operação Especial					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					

Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.510,00	21.510,00	21.510,00	16.602,58	16.602,58	0,00	4.907,42
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	0Z00			Tipo: Operação Especial			
Título	Reserva de Contingência - Financeira						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código: -			
Programa	Reserva de Contingência Código: 0999 Tipo: Operação Especial						
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
248.318.883,00	248.318.883,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
-			-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0,00	0,00	0,00	-	-	-		

Identificação da Ação						
Código	8890			Tipo: Atividade		

Título	Informações e Estudos do Setor Mineral					
Iniciativa	0032 - Realizar o Levantamento Geológico do Brasil e das Províncias Minerais nas Escalas Adequadas e Promover a Gestão e a Difusão do Conhecimento Geológico e das Informações do Setor Mineral.					
Objetivo	Promoção da Gestão e Difusão do Conhecimento Geológico e das Informações do Setor Mineral Código: 0018					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
426.459,00	426.459,00	165.760,94	165.760,94	165.760,94	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudo Realizado			Unidade	6	6	5
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.731,88	7.245,70	-486,18	Estudo Realizado	Unidade	0	

Identificação da Ação						
Código	4396			Tipo: Atividade		
Título	Avaliação de Distritos Mineiros					
Iniciativa	003D - Estudos e Projetos para Otimização do Aproveitamento dos Recursos Minerais					
Objetivo	Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral. Código: 0046					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
519.472,00	519.472,00	95.216,72	75.166,72	68.366,72	6.800,00	20.050,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Distrito Avaliado		unidade	6	6	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.434,20	0,00	0,00	Distrito Avaliado	unidade	0

Identificação da Ação	
Código	20TZ Tipo: Atividade
Título	Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração
Iniciativa	01LR - Consolidação, Ampliação, Fortalecimento e Incentivo a Programas de Extensionismo Mineral, Formalização, Capacitação e Financiamento de Micro e Pequenas Empresas de Mineração, de Cooperativas, Associações e Distritos Mineiros
Objetivo	Consolidar e Ampliar os Programas de Formalização da Atividade Minerária e de Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas do Setor Mineral. Código: 0481
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
710.000,00	710.000,00	183.972,05	179.072,05	178.248,55	823,50	4.900,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Tecnologia Mineral Difundida		Unidade	10	10	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
63.500,00	13.500,00	0,00	Tecnologia Mineral Difundida	Unidade	0	

Identificação da Ação	
Código	20WT Tipo: Atividade
Título	Fiscalização das Atividades Minerárias
Iniciativa	003E - Fiscalização da Atividade Minerária
Objetivo	Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral. Código: 0046
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.328.295,00	5.862.636,00	3.821.678,75	3.727.839,92	3.600.651,90	127.188,02	93.838,83
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização Realizada		Unidade	10.693	15.478	15.478	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
78.705,92	45.115,37	-24.585,62	Fiscalização Realizada	Unidade	0	

Identificação da Ação						
Código	2377		Tipo: Atividade			
Título	Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção de Direitos Minerários					
Iniciativa	003G – Gestão dos Direitos Minerários					
Objetivo	Otimizar o Aproveitamento dos Recursos Minerais e Promover Mecanismos para o Desenvolvimento das Atividades, Visando o Presente e o Futuro, por Meio de Regulação, Fiscalização e Execução de Projetos de Produção e Transformação Mineral. Código: 0046					
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200.000,00	1.200.000,00	847.113,58	688.162,61	684.132,49	4.030,12	158.950,97
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Título Mantido		Unidade	18.000	18.000	20.370	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
94.535,07	59.522,90	-19.198,48	Título Mantido	Unidade	0	
Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Operação Especial			
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					

Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.336,00	67.336,00	8.837,74	8.837,74	8.837,74	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.520.765,00	25.420.765,00	25.132.499,40	25.132.499,40	25.132.499,40	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

1.652.428,70	0,00	-1.652.428,70	-	-	-
--------------	------	---------------	---	---	---

Identificação da Ação						
Código	14UE		Tipo: Projeto			
Título	Aquisições e Reformas De Imóveis para Unidades Regionais do DNPM					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia					
	Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.063.189,00	18.257.729,00	7.169.915,63	5.083.566,88	3.070.290,94	2.013.275,94	2.086.348,75
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edifício adquirido/adequado		unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.276.464,81	1.946.426,17	-45.212,08	Edifício adquirido/adequado	unidade	0	

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia					
	Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.993.853,00	65.264.972,00	44.634.805,62	34.846.653,64	29.859.977,84	4.986.675,80	9.788.151,98

Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
-	-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
8.152.411,95	6.734.823,72	-864.278,80	-	-	-		

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
3.531.744,00	3.531.744,00	1.039.574,99	962.874,99	962.265,66	609,33	76.700,00	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
-	-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
400.411,39	14.372,93	-340.411,44	-	-	-		

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
144.000,00	144.000,00	134.146,80	134.146,80	134.146,80	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.305,20	0,00	-3.305,20	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2011			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.440.104,00	2.440.104,00	1.014.678,18	1.014.678,18	1.014.678,18	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
182.994,23	0,00	-182.994,23	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2012			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					

Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.770.912,00	7.770.912,00	7.558.407,14	7.558.407,14	7.558.407,14	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
84.811,18	0,00	-84.811,18	-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	20TP			Tipo: Atividade		
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
154.082.150,00	168.854.279,00	168.284.896,00	166.859.849,35	166.769.355,02	90.494,33	1.425.046,65
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.756.336,63	1.297.980,55	-2.447.531,24	-	-	-

5.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS

Não se aplica a esta UJ.

5.2.3.3. Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
Código	10A4		Tipo: Projeto		
Título	Reforma de Unidades Regionais do DNPM				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Mineração e Desenvolvimento Sustentável		Código: 0391	Tipo:	
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.817,21		-11.817,21			

Identificação da Ação					
Código	10A4		Tipo: Projeto		
Título	Reforma de Unidades Regionais do DNPM				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia		Código: 2119	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
348.256,32		-348.256,32			

Identificação da Ação					
Código	4572		Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Iniciativa					

Objetivo	Código:				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.790,00	600,00	-1.190,00			

Identificação da Ação					
Código	2375		Tipo: Atividade		
Título	Fiscalização da Atividade Minerária				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral Código: 2041 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
69.885,68	0,00	-69.885,68			

5.2.3.4. Ações- Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica a esta UJ.

5.2.3.5. Análise Situacional

No ano de 2014 foi utilizado como ferramenta de planejamento orçamentário os Planos Orçamentários, os quais possibilitou a fragmentação das Ações Orçamentárias e também a sua fusão, como no caso da Ação Reforma de Imóveis e da Ação Aquisição de Imóveis para Unidades do DNPM, que em 2014 foi extinta e transformada em Plano Orçamentário da Ação Aquisições e Reformas De Imóveis para Unidades Regionais do DNPM. Essa ferramenta permitiu distribuir as dotações consignadas para Administração da Unidade por superintendência, se configurando como um instrumento de descentralização da decisão de execução orçamentária, bem como facilitadora da gestão da Autarquia.

No ano de 2014, no programa Temático 2041- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, a Autarquia participou com 5 ações orçamentárias representando uma dotação inicial de R\$ 10.184.226,00, a dotação final foi de R\$ 8.718.567,00 da qual foi empenhado R\$ 5.113.742,04, Liquidado R\$ 4.836.002,24 e com o montante de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 277.739,80.

No Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia, estão inseridas todas as ações de sustentação das atividades da Autarquia, incluindo Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade, Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM, Administração da Unidade, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares, Pagamento de Pessoal Ativo da União que se configuram como as ações responsável por custear todas as despesas de funcionamento da Autarquia no Brasil.

A Dotação Inicial do Programa 2119 em 2014 foi de R\$ 274.614.053,00, a Dotação Final foi de R\$ 291.751.841,00, os empenhos somaram R\$ 254.977.761,50, as Despesas Liquidadas foram de R\$ 241.601.514,12, o Total Pago foi de R\$ 234.510.458,72, os Restos a Pagar Processados somaram R\$ 7.091.055,40 e os Restos a Pagar Não Processados somaram R\$ 13.376.247,38.

As Ações que não estavam previstas na LOA 2014 mas que possuíam restos a pagar, tiveram seus saldos cancelados ou liquidados, conforme pode ser observado no quadro acima.

A Ação Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração por meio das tecnologias minerais difundidas buscou mudar as práticas danosas e antieconômicas e gerar desenvolvimento sustentável, especialmente para a pequena mineração, na exploração de jazidas e nas etapas da produção mineral. Foram realizadas as seguintes ações de difusão de tecnologia mineral:

- o Estudo das condições de estabilidade no Distrito Mineiro de Ametista do Sul/RS,
- Cadastramento de Olarias na Região Centro-Oeste e também a Verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo DNPM
- Participação no Processo Prospectivo do APL de Cerâmica Vermelha do Norte de Goiás
- Apoio a operacionalização do convênio DNPM/SEPLANDE-Governo de Alagoas na regularização da extração artesanal de pedras
- Cerâmica em Campos,
- Rochas ornamentais em Santo Antônio de Pádua
- Areia em Piranema
- Diagnóstico setor argilo-mineral do Amazonas
- Ações de apoio a Cooperativa de garimpeiros de Cristalina (orientação nos processos minerários e manutenção dos mesmos, quanto a CFEM)
- Desenvolvimento de estudo para estimular a adoção de modelo cooperativado de lavra de argilas para atender o setor ceramista
- Palestra em Goiânia para o setor de cerâmica sob gestão do DNPM/GO.
- Apoio a cooperativas na Bahia do setor mineral
- Apoio ao setor de calcário no nordeste do Ceará• Diagnóstico do mercúrio em Tapajós/PA

A realização de ciclos de palestras atendeu necessidades e solicitações do setor mineral, visando maior conscientização e sustentabilidade da atividade mineradora, além de dar maior visibilidade a ação do estado e consolidar a governança do setor mineral.

A Ação Fiscalização das Atividades Minerárias no Exercício de 2014 promoveu a vistoria dos empreendimentos de pesquisa mineral e lavra com vistas a assegurar a realização da exploração racional dos recursos minerais, no ano de 2014 foi implantada metodologia de planejamento junto as superintendências para melhor distribuição da execução das ações de fiscalização em função das demandas de Ministério Público Federal e a solicitação do desenvolvimento dos Sistemas AUDFIS e SIGFIS para gerenciamento das atividades.

Embora, inicialmente, a Ação de Fiscalização tivesse orçamento de R\$ 7.328.295,00, destacamos que o valor de R\$ 3.000.000,00 foi incluído por Emenda da Comissão de Fiscalização e

Controle do Congresso Nacional, mas não foi liberada para gasto nesta Ação. Destaca-se também que uma parte do seu valor, R\$ 1.534.341,00, foi remanejado, no final do ano, para gastos em Ação da área administrativa da autarquia. O restante, permaneceu bloqueado para gastos.

O cumprimento dos objetivos, a execução financeira da Ação foi de 86% (R\$3.727.838,00) do total de recursos orçamentários disponíveis e descontingenciados (LOA + CRÉD = R\$ 4.328.295,00). Recursos da ordem de R\$ 811.706,00 foram executados no Plano Orçamentário 03, a cargo da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios, o restante foi executada nos demais planos orçamentários coordenados pela DIFIS. No ano de 2014 foram realizadas 15.431 fiscalizações, correspondentes a 132% da meta prevista de 11.718 unidades de produto fixadas para o período. São custeadas pela Ação as fiscalizações em empreendimentos de pesquisa e lavra mineral para o cumprimento do Código de Mineração, coordenadas pela DIFIS, bem como as fiscalizações da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM devidas pelas áreas em produção e da Taxa por Hectare - TAH, devidas em áreas com autorização de pesquisa, atividades coordenadas pela DIPAR.

A Ação Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção do Título Minerário, em 2014 realizou as atividades relacionadas com os 4 regimes de outorga de direitos minerários, o de Autorização e Concessão, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira e Registro de Extração, a Meta de manutenção de título para 2014 foi de 18.000, dos quais foram mantidos 20.370.

A Ação Avaliação de Distritos Mineiros em 2014 finalizou o Projeto de Potencial de Ametista no Basalto e o Projeto Potencial de Ametista em Rochas do Proterozóico, Digitalização de Mapas Históricos do DNPM – Fase 1 (Região Centro-Oeste).

A Ação Informações e Estudos do Setor Mineral em 2014, teve como objetivo produzir estudos, análises e estatísticas sobre o Setor Mineral. Para a publicação Anuário Mineral, houve, durante todo o ano de 2014, a reformulação e desenvolvimento de novo software AMBWeb para a liberação dos dados, tanto de forma física (Publicação Anuário Mineral), como a liberação dos dados para download no sítio do DNPM. Para este desenvolvimento, houve encontros de técnicos do DNPM de vários estados, esses trabalhos buscaram sistematizar as informações sobre a produção mineral que será disponibilizada pelo DNPM.

A realização das reuniões de trabalho com o intuito de preparar os servidores para a utilização do Sistema AMB Web, contou com a participação de 51 servidores. Em 2014, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM:

- 2 Informes Minerários;
- 1 Sumário Mineral Brasileiro 2014- DNPM;
- Informe Estadual do Pará
- Informe Estadual do Goiás e Distrito Federal.

A Ação 2000 - Administração da Unidade foi executada, durante o ano de 2014, de maneira a dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Autarquia e também com o foco no bom funcionamento administrativo e da gestão.

A dotação orçamentária inicial autorizada na LOA foi de R\$ 58.993.853,00 (cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais), sendo R\$ 47.293.853,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais) para custeio e R\$ 11.700.000,00 (onze milhões e setecentos mil reais) para investimento, o que se mostrava insuficiente para atender todas as necessidades da autarquia. Deste modo, foi solicitada suplementação no valor de R\$ 6.914.106,00 (seis milhões, novecentos e quatorze mil, cento e seis reais), sendo aprovados R\$ 6.271.119,00 (seis milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e dezenove reais), para atender as necessidades com despesas de custeio, totalizando, assim, R\$ 53.564.972,00 (cinquenta e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais) para custeio.

Entretanto, apenas foram liberados limites orçamentários no valor de R\$ 44.634.805,00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinco reais), sendo R\$

42.666.793,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e três reais) referentes a custeio e R\$ 1.968.012,00 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil e doze reais) para investimento e foram executados 100%. Ressalta-se que a ação sofreu um contingenciamento da ordem de 20,3% na dotação de custeio e de 83% na de investimento.

Destaca-se que a suplementação só foi aprovada em 02 de dezembro/2014, e com liberação de limite orçamentário aquém do solicitado e em tempo exíguo, provocando a inscrição de considerável volume de empenhos em Restos a Pagar Não Processados, na ordem de R\$ 9,8 milhões.

Nas realizações da Ação 14UE - Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM, pode-se evidenciar a continuidade dos serviços das reformas das Superintendências de Minas Gerais e da Bahia, esta em fase final com ocupação prevista para o primeiro semestre de 2015; a aquisição da sala cofre para o edifício da sede do DNPM em Brasília-DF; contratações de elaboração de projeto executivo para as reformas da Sede do DNPM, das Superintendências do Rio Grande do Norte e de Goiás; manutenção do Edifício do DNPM/RO, recuperação emergencial do telhado das Superintendências do Rio Grande do Sul e de São Paulo, entre outras intervenções.

No tocante a capacitação de servidores, a Coordenação de Recursos Humanos, por meio da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DIDEP/CRH/CGA/DGADM), está trabalhando, desde novembro de 2012, no planejamento das ações de capacitação dos servidores da Autarquia. Este planejamento é resultado do Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT, que gerou como produto a identificação da necessidade de realizar, em 2014, 11 cursos apontados como demanda institucional, dos quais apenas 02 não foram executados, por indisponibilidade orçamentária e financeira. Deste planejamento foram capacitados 415 servidores em cursos de curta duração e iniciados, continuados e/ou concluídos 12 cursos de pós-graduação.

Na Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes foram autorizados R\$ 3.531.744,00 (Três milhões, quinhentos e trinta e um mil e setecentos e quarenta e quatro reais).

A Autarquia utiliza para a consecução da Ação as modalidades de Convênio e a de Ressarcimento, a título indenizatório, aos servidores que possuem plano de saúde particular e não estejam contemplados pelo convênio. A Fundação de Seguridade Social – GEAP e a UNIMED são as entidades conveniadas e atendem a 1.121, dentre servidores titulares e beneficiários de ressarcimento.

Destaca-se que foi realizado o Programa de Exames Médicos Periódicos 2014 (EMP/2014), instituído na autarquia por meio da Portaria nº 498/DIRE, de 27 de novembro de 2013, em atendimento ao estabelecido no artigo 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009 e Portaria Normativa nº 4 de 15 de setembro de 2009 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O EMP/2014 foi realizado com o intuito de investigar a saúde e qualidade de vida dos servidores detectando fatores que influenciam na sua saúde e qualidade de vida no trabalho. A prestação dos serviços de exames periódicos, na execução do Programa EMP's 2013/2014, ficou a cargo da empresa Centro Médico Check Up Vida e instituições parceiras para a realização de exames médicos complementares. Os números do Programa são:

- 213 (duzentos e treze) convocações, que resultaram na emissão de:
- 68 (sessenta e oito) Atestados de Saúde Ocupacional e
- 44 (quarenta e quatro) termos de recusa.
- 101 (cento e uma) convocações mantiveram o status de: não respondidas, não iniciadas e não concluídas.

Na Ação 2010 – Assistência pré-escolar foram autorizados R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) e executados R\$ 134.146,80 (cento e trinta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e oitenta centavos). A Ação foi responsável pela assistência de 125 beneficiados. A concessão do benefício de assistência pré-escolar é feita diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.

Ação 2011 – Auxílio transporte foram autorizados R\$ 2.440.104,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil e cento e quatro reais) e executados R\$ 1.014.678,18 (um milhão, quatorze mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezoito centavos).

A Ação é responsável pelo pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, tendo sido concedido a 654 beneficiários.

O pagamento de Auxílio Transporte teve grande demanda por parte dos servidores e empregados públicos oriundos das extintas Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Brasileira de Projetos Industriais.

Na Ação 2012 – Auxílio alimentação foram autorizados R\$ 7.770.912,00 (sete milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e doze reais) e executados R\$ 7.558.407,14 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sete reais e quatorze centavos). A Ação é responsável pela concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97. O benefício foi concedido a 1689 servidores e empregados.

A título de informação tiveram quatro Ações de Operações Especiais, as quais:

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - servidores civis;
- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatórios);
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor;
- Reserva de Contingência – financeira.

5.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

No aperfeiçoamento da atividade de Gestão em 2014 pode-se informar que foi criado grupo de trabalho com o intuito de construir uma mudança na estrutura regimental da Autarquia, com vistas a adequar a norma as práticas do desenvolvimento dos processos estruturais. Tratou de iniciativa que contou com a participação de várias áreas da Instituição e teve uma ampla participação em diversos níveis e de diversos servidores em vários locais do DNPM.

A Gestão também buscou continuar o processo de aquisição de novos equipamentos de informática, inclusive a construção da Sala Cofre, além da renovação da Frota de veículos. Salienta o investimento no novo sistema de alta tecnologia da informação para permitir inicialmente, a realização de reuniões de videoconferência. O investimento nesta tecnologia vai melhorar a comunicação entre as Superintendências e a Sede.

As ações voltadas para a conservação do patrimônio fóssil brasileiro contou com o apoio da embaixada da França e de representantes da Polícia Federal que restituiu ao DNPM fósseis de grande valor patrimonial. Os 13 fósseis são da espécie *Mesosaurus Braziliensis*, um pequeno réptil encontrado no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil que têm idade aproximada de 250 milhões de anos. Eles foram apreendidos pela aduana francesa em 2006, no Aeroporto Charles de Gaulle, em Paris. O fato ocorrido configurou um trabalho de equipes e instituições, iniciado com gestões junto à embaixada brasileira na França, com vistas à repatriação dos espécimes fósseis. Esse resultado da Gestão recebe destaque pela importância do patrimônio histórico e porque a história é a nossa identidade

A realização do seminário de Gestão da Segurança de Barragens de Mineração, que abordou normativas e orientações técnicas implantadas pelo DNPM, as quais regulamentaram as obrigações e ações das empresas na gestão da segurança das barragens de mineração nos empreendimentos mineiros. Esse tipo de discussão é fundamental para a evolução da mineração brasileira

O encontro teve o objetivo de reforçar a divulgação da legislação de segurança de barragens e das normativas e orientações técnicas mais recentes que foram criadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que regulamentam as ações de gestão das empresas para a segurança das barragens de mineração nos empreendimentos mineiros.

A lei nº 12.334, a Política Nacional de Segurança de Barragens, de 10 de setembro de 2010, trouxe para o empreendedor a responsabilidade legal pela segurança de suas barragens, cabendo a ele o desenvolvimento de ações para sua garantia. Já o DNPM tem a responsabilidade da fiscalização dessas ações, visando assegurar a observância dos padrões de segurança dessas barragens de maneira a reduzir a possibilidade de acidente e suas consequências. O seminário contou com 230 participantes.

Além das apresentações das legislações realizadas pelos dirigentes e técnicos do DNPM, Agência Nacional de Águas (ANA), Feam e Crea/MG, foram apresentadas palestras sobre boas práticas realizadas por várias empresas na gestão para a segurança de suas barragens e avaliação de riscos em barragens de mineração. O setor elétrico, representado pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), também trouxe para a discussão boas práticas utilizadas na gestão de barragens de acumulação de água para a geração de energia elétrica.

5.4. INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

As metas institucionais do ano de 2014-2015 foram pactuadas em seis metas globais, decompostas em até cinco metas intermediárias, sendo que cada meta intermediária possui um indicador definido. O resultado do 4º Ciclo, de maio de 2013 a abril de 2014, alcançou o percentual de 95,71%, de Índice de Desempenho Médio. Atualmente o DNPM está no 5º Ciclo de Avaliação, que contempla a maior parte do ano de 2014 e se encerra em abril de 2015.

Os ciclos de Desempenho Institucional têm servido como boa ferramenta de acompanhamento e monitoramento das atividades em todas as áreas da Autarquia, pois as Metas Globais abrangem as áreas relacionadas a gestão e as áreas finalísticas. As Metas Institucionais apresentam outro fator relevante, pois são discutidas e propostas pelas áreas responsáveis pela meta, por isso se configura como desafio acordado e acertado e não meta imposta por superior. Dessa forma se tem observado o empenho e participação de todos os setores no desempenho e resultados da Instituição.

QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Fiscalização de Relatório de Pesquisa (IFRP)	0	100%	Em apuração	Anual	(Soma dos relatórios analisados ÷ por 7.500) X 100.
Índice de Fiscalização de Relatório Anual de Lavra (RAL) auditado (IFRAL)	0	100%	Em apuração	Anual	$[(AL/20)+(AM/20)+(AP/16)+(BA/68)+(CE/89)+(ES/132)+(GO/113)+(MA/28)+(MG/200)+(MS/39)+(MT/51)+(PA/30)+(PB/32)+(PE/48)+(PI/33)+(PR/125)+(RJ/117)+(RN/20)+(RO/50)+(RR/8)+(RS/200)+(SC/191)+(SE/25)+(SP/200)+(TO/20)] X 100.$
Índice de Fiscalização de	0	100%	Em apuração	Anual	$[(AL/3)+(AM/2)+(AP/1)+(BA/3)+(CE/5)+(ES/3)+(GO/29)+(MA/2)+($

Água Mineral (IFAM)					$MG/18)+(MS/2)+(MT/4)+(PA/4)+(PB/1)+(PE/11)+(PI/1)+(PR/13)+(RJ/18)+(RN/5)+(RO/3)+(RR/1)+(RS/11)+(SC/11)+(SE/2)+(SP/34)+(TO/1)] \times 100.$
Índice de Fiscalização de Minas de Risco (IFMR)	0	100%	Em apuração	Anual	$[(AL/1)+(AP/2)+(BA/20)+(GO/11)+(MA/1)+(MG/73)+(MS/5)+(MT/17)+(PA/11)+(PB/1)+(PR/5)+(RJ/2)+(RN/9)+(RO/3)+(RS/4)+(SC/15)+(SE/3)+(SP/5)+(TO/1)] \times 100.$
Índice de Fiscalização de Minerais Estratégicos (IFME)	0	100%	Em apuração	Anual	$[(AM/2)+(BA/3)+(CE/1)+(ES/3)+(GO/10)+(MG/45)+(PE/9)+(RJ/1)+(SC/1)+(SE/1)+(SP/4)+(TO/1)] \times 100$
Índice de Análise de Requerimentos (IAR)	0	100%	Em apuração	Anual	$[(IAR \text{ Norte} \div 4008 \times 0,2) + (IAR \text{ Nordeste} \div 3838 \times 0,2) + (IAR \text{ Centro-Oeste} \div 2137) + (IAR \text{ Sul} \div 2619) + (IAR \text{ Sudeste} \div 4039)] \times 100$
Índice de Análise de Cessão de Direitos (IACD)	0	100%	Em apuração	Anual	$(\text{Análise de Requerimento de Cessão de direitos}/2500) \times 100$
Índice de Imissão de Posse (IIP)	0	100%	Em apuração	Anual	$(\text{Análise de Imissão de Posse}/45) \times 100$
Índice de Eficiência nas Imposições (IEI)	0	65%	Em apuração	Anual	$((\text{Quantidade de imposições} / \text{Quantidade de Autos} \times 100)/65) \times 100$
Índice de Eficiência nas Nulidades (IEN)	0	10%	Em apuração	Anual	$((\text{Quantidade de nulidades} / \text{Quantidade de imposições} \times 100) / 10) \times 100$
Índice de Eficiência na Cobrança (IEC)	0	90%	Em apuração	Anual	$((\text{Quantidade de encaminhamentos para dívida ativa} / \text{Quantidade de Notificações} \times 100) / 90) \times 100$
Índice de Recuperação de Passivos (IRP)	0	5%	Em apuração	Anual	$((\text{Passivo recuperado} / \text{Arrecadação Corrente} \times 100) / 5) \times 100$
Índice de Produção do AMB (IPAMB).	0	100%	Em apuração	Anual	$30 \times (\text{Consolidação do AMB}) + 70 \times (\text{AMB Estaduais Realizados} / \text{AMB Estaduais Previstos})$
Índice de Produção do Sumário (IPS).	0	100%	Em apuração	Anual	$30 \times \text{Consolidação do Sumários} + 70 \times (\text{Substancias produzidas} / 53)$
Índice de Desenvolvimento da Sustentabilidade da Mineração (IDSM)	0	100%	Em apuração	Anual	$60 \times (\text{Projetos de Sustentabilidade da Mineração Realizados} / 7) + 40 \times (\text{Ações de Extensionismo} / 7)$
Projeto de Oficina de Trabalho de Sustentabilidade	0	100%	Em apuração	Anual	Realização de Oficina de Trabalho de Sustentabilidade da Mineração

da Mineração (PSM)					
Índice de Aprovação de Planejamentos Orçamentários (IAPO)	0	100%	Em apuração	Anual	(Planejamento Aprovados / Superintendências do DNPM) X 100
Índice de Manutenção de Processos de TI (IMPTI)	0	100%	Em apuração	Anual	(N° de processos atualizados ou revalidados no período / N° de processos de TI definidos) X 100
Índice Avaliação dos Serviços de Tecnologia da Informação (IASTI)	0	100%	Em apuração	Anual	(Dados retirados da pesquisa de opinião do Service Manager)
Índice de Verificação de Posicionamento de Área (IVPA)	0	100%	Em apuração	Anual	(Total de demandas viabilizadas Executadas / Tota de Demandas Viabilizadaws) X 100
Índice de Controle de Demandas de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento (ICDTG)	0	100%	Em apuração	Anual	[(Demandas no Encaminhadas via CODEM ÷ Total de Demandas Abertas no CODEM no Período) X 100 X 0,2] + [(Demandas com Metrificação Validada no CODEM ÷ Total de Demandas Concluídas no CODEM) X 100 X 0,4] + [(Total de Demandas Atendidas de Geoprocessamento ÷ Total de Demandas Recebidas de Geoprocessamento) x 100 X 0,4]

5.5. INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Não se aplica a esta UJ.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1.1. Programação das Despesas

QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Departamento		Código UO: 32263		UGO32263:		
Nacional de Produção Mineral						
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		205.230.513,00	0,00	79.510.964,00		
CRÉDITOS	Suplementares	22.957.339,00	0,00	6.271.119,00		
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
Créditos Cancelados		0,00	0,00	-3.822.423,00		
Outras Operações		0,00	0,00	0,00		
Dotação final 2014 (A)		228.187.852,00	0,00	81.959.660,00		
Dotação final 2013(B)		213.964.829,00	0,00	68.813.962,00		
Variação (A/B-1)*100		6,647364927	0,00	19,10324245		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		26.225.840,00	458.560,00	0,00	248.318.883,00	
CRÉDITOS	Suplementares	1.856.764,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados		-3.846.900,00	-458.560,00	0,00	0,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)		24.235.704,00	0,00	0,00	248.318.883,00	
Dotação final 2013(B)		44.145.041,00	458.560,00	0,00	380.201.753,00	
Variação (A/B-1)*100		-45,09982673	-100	0,00	-34,68760177	

6.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

No desenvolvimento da Proposta Orçamentária da Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral, foram identificadas as necessidades de todas as unidades organizacionais e também as metas anuais para, a partir dessas informações, se elaborar a proposta que foi encaminhada ao Órgão Orçamentário Setorial, o Ministério de Minas e Energia, para conhecimento e disponibilização do Orçamento.

Em razão da escassez de limites orçamentários, os valores solicitados não foram integralmente atendidos, fazendo necessária a adoção de ajuste das prioridades ao orçamento recebido. Quando informados os limites do PLOA é utilizado no âmbito interno o SISPLAN/DNPM, Sistema de Planejamento do DNPM, que permite comunicação com todas as 26 unidades do Órgão, para o desenvolvimento do planejamento orçamentário e de atividades do ano corrente para adequação do orçamento disponibilizado com as necessidades da Autarquia.

No ano de 2014, foi solicitada a suplementação por cancelamento de R\$ 6.271.119,00 (seis milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e dezenove reais) para atender as necessidades de despesas de custeio.

6.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

ORIGEM DA MOVIMENTAÇÃO	UG		CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
	CONCEDENTE	RECEBEDORA		1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
CONCEDIDOS	323002	153045	4396			29.288,39
	323002	154019	20WT			95.372,31
	323002	240127	4396			26.000,00
	323002	153114	20WT			110.000,00
RECEBIDOS						
ORIGEM DA MOVIMENTAÇÃO	UG		CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL		
	CONCEDENTE	RECEBEDORA		4 – INVESTIMENTOS	5 – INVERSÕES FINANCEIRAS	6 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
CONCEDIDOS	323002	154019	2000	9.819,00		
RECEBIDOS						

6.1.3. Realização da Despesa

6.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉD. ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária : Departamento Nacional de Produção Mineral		Código UO: 32263		UGO:323002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	29.061.589,90	25.130.907,47	24.405.576,68	23.671.103,31	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	141.969,08	176.554,66	141.969,08	171.405,58	
c) Concorrência	2.535.293,62	0,00	2.408.528,93	0,00	
d) Pregão	26.384.327,20	24.954.352,81	21.855.078,67	23.499.697,73	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	8.131.864,21	7.576.904,21	7.222.154,52	7.469.696,04	
h) Dispensa	5.596.570,59	5.843.587,95	5.200.619,44	5.752.037,52	
i) Inexigibilidade	2.535.293,62	1.733.316,26	2.021.535,08	1.717.658,52	
3. Regime de Execução Especial	549.574,05	537.020,63	549.574,05	537.008,13	
j) Suprimento de Fundos	549.574,05	537.020,63	549.574,05	537.008,13	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	196.847.834,44	184.468.786,01	196.847.834,44	184.468.786,01	
k) Pagamento em Folha	193.307.479,04	181.657.894,31	193.307.479,04	181.657.894,31	
l) Diárias	3.540.355,40	2.810.891,70	3.540.355,40	2.810.891,70	
5. Outros	44.316.322,57	39.452.901,11	42.762.148,44	38.878.316,21	
6. Total (1+2+3+4+5)	278.907.185,17	257.166.519,43	271.787.288,13	255.024.909,70	

6.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente Pela UJ

QUADRO A.6.1.3.2 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODAL. DE CONTRATAÇÃO–CRÉD. ORIGINÁRIOS

Unidade Orçamentária: Departamento Nacional de Produção Mineral		Código UO: 32263		UGO:323002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.860.381,23	12.371.332,41	10.118.740,32	11.978.710,03	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	
d) Pregão	12.860.381,23	12.371.332,41	10.118.740,32	11.978.710,03	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Difer. de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	4.109.777,64	2.418.402,47	2.184.121,12	2.387.228,17	
h) Dispensa	604.303,25	1.270.656,69	570.431,23	1.246.412,78	
i) Inexigibilidade	3.505.474,39	1.147.745,78	1.613.689,89	1.140.815,39	
3. Regime de Execução Especial	14.052,44	13.854,42	14.052,44	13.854,42	
j) Suprimento de Fundos	14.052,44	13.854,42	14.052,44	13.854,42	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	194.648.304,39	182.367.285,89	194.648.304,39	182.367.285,89	
k) Pagamento em Folha	193.307.479,04	181.657.894,31	193.307.479,04	181.657.894,31	
l) Diárias	1.340.825,35	709.391,58	1.340.825,35	709.391,58	
5. Outros	42.487.627,64	38.858.156,17	42.394.696,37	38.308.898,08	
6. Total (1+2+3+4+5)	254.120.143,34	236.029.031,36	249.359.914,64	235.055.976,59	

6.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 6.1.3.4 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ-CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Unidade Orçamentária: Departamento Nacional de Produção Mineral				Código UO: 32263			UGO:323002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
319011	155.887.559,76	145.455.311,72	155.887.559,76	143.780.736,33	1.674.575,39	6.593.509,97	155.860.872,46	143.592.254,64
319113	30.755.172,52	30.364.414,68	30.755.172,52	27.863.287,36	2.501.127,32	4.219.081,39	30.288.889,21	27.863.287,36
319001	26.550.499,08	24.110.696,20	26.550.499,08	21.220.203,62	2.890.492,58	1.652.428,70	26.550.499,08	21.220.203,62
Demais elementos do grupo	12.885.898,62	13.870.444,40	12.885.898,62	11.308.792,97	2.561.651,43	611.522,05	11.863.328,25	11.048.633,45
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339039	11.705.563,06	12.633.037,99	11.705.563,06	9.973.860,19	2.659.177,80	5.593.927,64	7.381.408,88	9.697.214,59
339046	7.558.407,14	7.920.380,00	7.558.407,14	7.835.568,82	84.811,18	3.630.327,56	7.558.407,14	7.835.568,82
339037	4.889.774,70	4.613.312,98	4.889.774,70	3.345.611,39	1.067.701,59	159.623,97	3.378.273,40	3.414.275,31
Demais elementos do grupo	8.036.017,43	11.250.968,33	8.036.017,43	10.468.349,64	782.618,69	478.771,50	6.201.197,16	10.351.917,76
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
449051	2.154.268,00		2.154.268,00			247.506,55	269.283,50	
449052	1.980.545,96	41.376,04	1.980.545,96	32.621,04	8.755,00		7.755,56	32.621,04
449039	33.990,00		33.990,00					
Demais elementos do grupo		41.376,04		32.621,04		11.006,00		32.621,04

5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

6.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica a esta UJ.

6.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica a esta UJ

6.1.3.7. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

O DNPM executou por meio de acordos de cooperação técnica dotações orçamentárias nas Ações FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES MINERÁRIA e AVALIAÇÃO DE DISTRITOS MINEIROS. Essas parcerias foram gerenciadas pela Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS e pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração – DIPLAM e firmadas com:

Ação 20WT Fiscalização das Atividades Minerárias:

Termo de Cooperação Técnica DNPM x UNB: Continuação de desenvolvimento de Veículo Aéreo Não Tripulado – μ VANT. O Veículo Aéreo Não Tripulado (μ VANT) do DNPM é testado no Geopark do Araripe.

Termo de Cooperação Técnica DNPM x UFRGS: Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o DNPM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento de Segurança Técnico-Operacional em Minas Subterrâneas.

Ação 4396 - Avaliação de Distritos Mineiros:

Termo de Cooperação Técnica DNPM e a Universidade Federal do Ceará: Este termo está sob gerência da Superintendência do DNPM no Estado do Ceará.

Termo de Cooperação Técnica DNPM e o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM: Objetiva a realização de estudos com material calcário.

Na realização da despesa por modalidade de licitação, não houve alterações significativas, exceto a modalidade de concorrência em razão da reforma do Edifício/Sede da Superintendência do DNPM em Salvador – BA e Inexigibilidades, em razão da aquisição da sala cofre para o Edifício/Sede do DNPM em Brasília-DF.

Nas despesas por grupo e elemento de despesa também não houve alterações significativas, exceto pela contratação do projeto de reforma do Edifício/Sede e do projeto e execução da reforma da Superintendência do DNPM em Salvador – BA e da aquisição da sala cofre para o Edifício/Sede do DNPM em Brasília-DF.

A concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidades, em torno de 22% do total realizado, é devido, dentre outros, às publicações oficiais realizadas no DOU - Imprensa Nacional, contrato orçado em R\$ 2,7 (dois milhões e setecentos mil reais); os serviços de Correios no montante de R\$ 1 (um milhão de reais); serviços de água, saneamento básico e energia elétrica totalizando R\$ 2,0 (dois milhões de reais), e outros de menor custo, SERPRO e EBC. Em relação ao exercício de 2013 estas despesas tiveram um aumento de 26%, principalmente em razão da aquisição da sala cofre para o Edifício/SEDE do DNPM em Brasília-DF

O Órgão realiza pequenas aquisições, não superiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para atender as suas diversas necessidades, fundamentadas no Inciso I ou II do artigo 24 da Lei de Licitações.

O contingenciamento imposto ao orçamento da autarquia foi absorvido em ações que por falta de estrutura de pessoal e logística não poderiam ser executadas na totalidade da dotação aprovada no PLOA 2014, quais sejam: PTRES 065376 - Avaliação Distritos Mineiros, PTRES 065386 – Extensionismo Mineral, PTRES 065385 – Posicionamento de Áreas e PTRES 065377-Reformas de Unidades do DNPM.

A execução orçamentária sofreu impacto negativo por conta da necessidade de suplementação de créditos para contemplar a programação aprovada em 2013 para o exercício de 2014. Tal suplementação só foi aprovada no segundo semestre do ano, o que impossibilitou a execução de algumas ações.

No tocante a tempestividade na liberação de recursos, a partir de outubro/2014 os sub-repasses para o DNPM passaram a ser cada vez mais espaçados e em montante insuficiente para abarcar todas as despesas assumidas/contratadas, esse fato provocou o acúmulo de faturas sem pagamento, prejudicando sobremaneira a execução financeira, ocorreu a inscrição em Restos a Pagar de montante considerável de despesas processadas e não processadas.

6.2. Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

Não se aplica a esta UJ

6.3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO A.6.3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.1.11.00		FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
323002	04.041.085/0001-07	1.921,25	-	-	1.921,25
323002	37.057.387/0001-22	161.969,37	-	-	161.969,37
323002	110245	2.142.794,05	-	1.036.435,75	1.106.358,30
323002	110245	1.101.859,44	-	-	1.101.859,44

6.3.1. Análise Crítica

Os passivos inscritos dizem respeito a faturas apresentadas pelas empresas NARA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA – EPP, CNPJ nº 04.041.085/0001-07, HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 37.057.387/0001-22 e IMPRENSA NACIONAL, UG 110245 em exercícios passados.

O montante desses passivos inscrito foi equivalente a 4,3% dos limites orçamentários de custeio autorizados para a autarquia, contudo, não foi possível absorvê-lo no exercício, ficando prevista sua equalização para o exercício seguinte.

Após levantamento foi verificado que as faturas da empresa NARA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA – EPP já foram todas pagas. Também foi observado que do total inscrito referente a empresa HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA foi pago no exercício de 2014 o valor de R\$ 98.213,39 (noventa e oito mil, duzentos e treze reais e trinta e nove centavos).

Por essa razão foram realizadas, neste exercício, no SIAFI, as baixas do valor de R\$ 1.921,25 (um mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), e do valor de R\$ 98.213,39 (noventa e oito mil, duzentos e treze reais e trinta e nove centavos), por meio dos Documentos Hábeis 2015NL000042 e 2015NL000040.

Ainda em relação a empresa HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA, foi verificada a pendência de pagamento de fatura constante no processo 48400.001185/2012, no valor de R\$ 115.684,59 (cento e quinze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Esse passivo também fora lançado no SIAFI, por meio do Documento Hábil 2015NL000041.

6.4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	20.401.169,33	9.598.413,35	9.788.056,98	968.857,67
2012	847.919,08	2.730,56	510.674,62	0,00
...	11.817,21	0,00	11.817,21	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.142.747,02	2.103.160,55	18.001,72	18.386,93
2012	55.508,10	0,00	0,00	55.531,24
...	9.060,58	0,00	2.322,00	7.852,73

6.4.1. Análise Crítica

Os impactos no exercício de referência, decorrentes do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores foram sentidos pela não regularidade dos sub-repasses efetuados pelo Ministério de Minas e Energia pertinentes ao exercício de 2014, o que promoveu no segundo semestre o acúmulo de despesas pendentes de pagamento, levando a instituição a inscrever novas despesas em Restos a Pagar em 2014.

Destaca-se contudo, que o volume de Restos a Pagar cancelado no exercício foi fruto de um trabalho de análise detalhada das despesas inscritas em 2013, com o objetivo de enxugar aquelas despesas inscritas que não tinham uma vinculação com um serviço/produto realizado ou a realizar.

Dos valores que permaneceram em Restos a Pagar Processados e Não Processados sem pagamento, 1/3 é equivalente a empenhos pertinentes a obras de reforma das Unidades da Sede/DF e da Bahia que estão em andamento e os demais 70% são equivalentes a empenhos de serviços de terceiros PJ que aguardam os trâmites normais de execução da despesa, atendendo ao normativo Macrofunção 020317 - RESTOS A PAGAR da Secretaria do Tesouro Nacional.

6.5. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.5.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM/Sede									
CNPJ: 00.381.056/0001-33				UG/GESTÃO: 323002/32263					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2012	00.038.174/0001-43	354.000,00	0,00	105.191,30	396.220,66	16/11/12	03/08/14	1
3	02/2013	92.969.856/0001-98	470.700,00	0,00	0,00	259.100,00	25/09/15	31/07/15	1
3	01/2012	07.272.636/0001-31	220.306,83	33.371,43	29.238,39	92.762,49	10/06/13	09/06/15	1
3	01/2014	04.074.457/0001-00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	21/10/14	20/10/15	1
1	01/2013	02.301.845/0001-42	100.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	24/11/13	23/12/14	6

Fonte: SIAFI

Nota¹: TCT 01/2012/DNPM/SEDE-DNPM-UBN, os recursos orçamentários foram descentralizados no montante de R\$ 396.220,66. Segundo Informações da UNB foram descentralizados recursos orçamentários, considerando-se as devoluções, o valor de R\$ 350.529,65, dos quais foram utilizados **R\$ 349.735,98**.

Nota²: TCT 01/2014/DNPM/SEDE-DNPM-CETEM, o recurso foi descentralizado no total, na data de 06 de novembro de 2014 e devolvido na data de 12 de novembro de 2014, sob alegação de que o recurso deveria ser repassado diretamente a FACC.

Nota³: Convênio 01/2013. Houve emissão de empenho 2013NE00711 no valor de 50.000,00. Houve solicitação de distrato do Convênio pela Conveniente em razão de problemas operacionais de transferência dos recursos pelo DNPM e impossibilidade de consecução do objeto. Segundo informações não houve despesas ou execução do objeto.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência do DNPM/SE									
CNPJ: 00.381.056/0019-62				UG/GESTÃO: 323020/32263					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	26/2013	13.098.181/0001-82	0	0	0	0	31/07/2013	31/07/2018	
3	44/2013	13.119.961/0001-61	0	0	0	0	12/12/2013	26/06/2018	

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência do DNPM/MS									
CNPJ: 00.381.056/0024-20				UG/GESTÃO: 323025/32263					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	09/2009	24.616.187/0001-10	0	0	0	0	19/03/2009	19/03/2014	1
3	15/2011	03.330.453/0001-74	0	0	0	0	04/08/2009	04/08/2014	1

LEGENDA		
Modalidade:	Situação da Transferência:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente	5 - Excluído
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente	6 - Rescindido
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa	7 - Arquivado
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído	

6.5.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM/Sede					
CNPJ:	00.381.056/0001-33					
UG/GESTÃO:	323002/32263					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio		1		0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse				-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	2	134.429,69	291.000,00	150.000,00
Termo de Compromisso				-	-	-
Totais	1	2	2	134.429,69	291.000,00	150.000,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência do DNPM/SE					
CNPJ:	00.381.056/019-62					
UG/GESTÃO:	323020/32263					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		2		0	0	0
Termo de Compromisso						
Totais		2		0	0	0

6.5.3. Informações Sobre a Prest. de Contas Relat. aos Convênios e Contr. de Repasse

Não existem na UJ.

6.5.4. Informações Sobre a Análise das Prest. de Contas de Convênios e Contr. Repas.

Não existem na UJ.

6.5.5. Análise Crítica

O Órgão utiliza-se da ferramenta convênios ou acordos de cooperação técnica com objetivo de solucionar questões ambientais/sustentabilidade, de interesse social, de pesquisas tecnológicas ou de capacitação, dos quais a iniciativa privada não tem interesse e são de grande importância para o desenvolvimento do país.

Devido à complexidade dos projetos tanto no aspecto operacional quanto no aspecto financeiro/orçamentário e ainda a carência de pessoal, capacitação e problemas operacionais recorrentes, há certa dificuldade do DNPM em produzir mais resultados, embora que aqueles realizados sejam relevantes para a sociedade em todos os aspectos.

A Autarquia vem executando de forma satisfatória os Termos de Cooperação assinados. No caso da sede, executou-se o projeto VANT idealizado pela Diretoria de Fiscalização e objetiva o sobrevôo para identificação do alvo, planejamento e operacionalização da fiscalização em áreas de interesse de mineração, formalizadas ou clandestinas, em obediência a Constituição Federal e Legislação mineral correlata, em fase de prestação de contas pela UNB.

Os Estudos Técnicos sobre a segurança técnica em minas subterrâneas, é outro acordo, firmado com a UFRS, com objetivo de aumento da qualidade e conseqüente diminuição dos riscos da atividade, bem como atender exigências do MPF em Ação Civil Pública, que envolve o DNPM, FATMA e Empresas Carboníferas.

Os Estudos Técnicos sobre areia de britagem na região metropolitana de Fortaleza, objetivam saber as aplicações possíveis do citado recurso mineral, e objetivam incentivar a redução do uso de areia de rio, evitando possíveis problemas ambientais de assoreamentos de rios. Este Acordo foi firmado entre o DNPM e UFC.

Os Estudos Técnicos sobre o calcário de Frecheirinha-CE, para saber sua qualidade e avaliar outras aplicações com maior potencial de aproveitamento, visam fomentar a produtividade de cal na região. Acordo este firmado com o CETEM.

O convênio firmado com a SEPLANDE, teve por objetivo a regularização das áreas de extração artesanal de Granito de Alagoas, porém, embora não tenha prosperado nesta primeira tentativa a consecução do objeto, por questões operacionais não foi possível emitir empenho no exercício de 2014, outro termo será assinado, em breve, para levar à população da região a tão esperada regularização de suas atividades.

6.6. SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.6.1. Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora	Meio de Concessão		Valor do maior limite
		Conta Tipo B	Cartão de Pagamento do Governo Federal	

	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	individual concedido
2014	323002	Sede	-	-	12	31.448,05	4.000,00
2013	323002	Sede	-	-	10	31.000,00	4.000,00
2012	323002	Sede	-	-	10	27.000,00	4.000,00
2014	323003	DNPM/RS	-	-	85	65.861,00	2.590,00
2013	323003	DNPM/RS	-	-	64	41.399,27	1.300,00
2012	323003	DNPM/RS	-	-	80	51.289,50	3.048,00
2014	323004	DNPM/SP	-	-	6	11.700,00	2.400,00
2013	323004	DNPM/SP	-	-	7	9.060,00	2.000,00
2012	323004	DNPM/SP	-	-	20	20.600,00	2.000,00
2014	323005	DNPM/MG	-	-	183	143.830,00	3.000,00
2013	323005	DNPM/MG	-	-	195	139.800,00	4.500,00
2012	323005	DNPM/MG	-	-	161	136.280,00	4.500,00
2014	323006	DNPM/PE	-	-	17	36.950,00	3.500,00
2013	323006	DNPM/PE	-	-	14	24.784,00	5.000,00
2012	323006	DNPM/PE	-	-	15	21.500,00	5.000,00
2014	32307	DNPM/PA	-	-	66	135.300,00	4.500,00
2013	32307	DNPM/PA	-	-	78	150.100,00	4.000,00
2013	32307	DNPM/PA	-	-	72	134.600,00	4.000,00
2014	323008	DNPM/GO	-	-	57	33.593,47	4.000,00
2013	323008	DNPM/GO	-	-	67	47.800,00	2.200,00
2012	323008	DNPM/GO	-	-	72	56.951,00	2.660,00
2014	323009	SUPER/BA	-	-	65	61.542,23	3.000,00
2013	323009	DNPM/BA	-	-	57	65.499,99	5.000,00
2012	323009	DNPM/BA	-	-	56	66.648,39	5.000,00
2014	323010	DNPM/AM	-	-	12	19.500,00	5.800,00
2013	323010	DNPM/AM	-	-	08	13.150,00	5.800,00
2012	323010	DNPM/AM	-	-	12	17.350,00	12.400,00
2014	323011	DNPM/RJ	-	-	32	37.950,00	2.800,00
2013	323011	DNPM/RJ	-	-	37	41.226,75	2.600,00
2012	323011	DNPM/RJ	-	-	31	36.960,45	3.580,00
2014	323012	DNPM/CE	-	-	65	50.386,00	5.000,00
2013	323012	DNPM/CE	-	-	42	24.299,00	2.000,00
2012	323012	DNPM/CE	-	-	67	39.888,17	2.000,00
2014	323013	DNPM/SC	-	-	31	73.550,00	4.000,00
2013	323013	DNPM/SC	-	-	35	74.250,00	4.000,00
2012	323013	DNPM/SC	-	-	36	67.050,00	3.500,00
2014	323014	DNPM/MT	-	-	44	29.000,00	15.966,00
2013	323014	DNPM/MT	-	-	51	33.100,00	11.425,00
2012	323014	DNPM/MT	-	-	64	52.770,00	8.051,00
2014	323015	DNPM/PR	-	-	14	19.500,00	2.000,00
2013	323015	DNPM/PR	-	-	12	8.500,00	1.400,00

2012	323015	DNPM/PR	-	-	16	15.980,00	2.000,00
2014	323016	DNPM/RN	-	-	34	23.630,00	1.900,00
2013	323016	DNPM/RN	-	-	45	24.960,00	1.500,00
2012	323016	DNPM/RN	-	-	27	16.000,00	1.350,00
2014	323017	DNPM/PB	-	-	33	20724,00	2000,00
2013	323017	DNPM/PB	-	-	20	10950,00	1000,00
2012	323017	DNPM/PB	-	-	26	9100,00	600,00
2014	323018	DNPM/AP	-	-	04	20.580,00	6.100,00
2013	323018	DNPM/AP	-	-	03	18.526,50	7.080,00
2012	323018	DNPM/AP	-	-	03	19.228,27	5.328,27
2014	323019	DNPM/TO	-	-	17	18.000,00	4.000,00
2013	323019	DNPM/TO	-	-	12	13.700,00	7.099,00
2012	323019	DNPM/TO	-	-	11	20.700,00	3.000,00
2014	323020	DNPM/SE	-	-	0	0,00	0,00
2013	323020	DNPM/SE	-	-	0	0,00	0,00
2012	323020	DNPM/SE	-	-	3	423,17	345,65
2014	323021	DNPM/RO	-	-	25	17740,02	800,00
2013	323021	DNPM/RO	-	-	29	14554,25	800,00
2012	323021	DNPM/RO	-	-	24	10721,35	800,00
2014	323022	DNPM/ES	-	-	25	31.800,00	3.000,00
2013	323022	DNPM/ES	-	-	23	45.500,00	2.500,00
2012	323022	DNPM/ES	-	-	24	43.002,37	2.400,00
2014	323023	DNPM/PI	-	-	18	26.800,00	1.800,00
2013	323023	DNPM/PI	-	-	19	19.767,86	1.800,00
2012	323023	DNPM/PI	-	-	23	20.095,00	1.800,00
2014	323024	DNPM/MA	-	-	12	19.900,00	3.000,00
2013	323024	DNPM/MA	-	-	12	16.197,01	4.393,01
2012	323024	DNPM/MA	-	-	15	23.204,00	8.000,00
2014	323025	DNPM/MS	-	-	20	18.294,07	1.000,00
2013	323025	DNPM/MS	-	-	24	12.334,97	1.000,00
2012	323025	DNPM/MS	-	-	29	11.866,34	1.000,00
2014	323026	DNPM/RR	-	-	09	6.989,61	800,00
2013	323026	DNPM/RR	-	-	13	2.458,00	500,00
2012	323026	DNPM/RR	-	-	11	2.724,50	500,00
2014	323027	DNPM/AL	-	-	8	10.900,00	9.300,00
2013	323027	DNPM/AL	-	-	15	16.161,00	11.166,00
2012	323027	DNPM/AL	-	-	11	20.000,00	10.000,00

Fonte: SIAFI

6.6.2. Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO A.6.6.2 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício		Conta Tipo B	Cartão de Pagamento do Governo Federal
-----------	--	--------------	--

	Unidade Gestora (UG) do SIAFI				Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	323002	Sede	-	-	-	-	14.052,44	14.052,44
2013	323002	Sede	-	-	-	-	13.854,42	13.854,42
2014	323003	DNPM/RS	-	-	-	-	29.384,33	29.384,33
2013	323003	DNPM/RS	-	-	-	-	18.369,55	18.369,55
2014	323004	DNPM/SP	-	-	-	-	8.525,41	8.525,41
2013	323004	DNPM/SP	-	-	-	-	6.280,73	6.280,73
2014	323005	DNPM/MG	-	-	-	-	93.620,17	93.620,17
2013	323005	DNPM/MG	-	-	-	-	101.626,17	101.626,17
2014	323006	DNPM/PE	-	-	-	-	22.719,10	22.719,10
2013	323006	DNPM/PE	-	-	-	-	15.439,56	15.439,56
2014	323007	DNPM/PA	-	-	-	-	55.493,00	55.493,00
2013	323007	DNPM/PA	-	-	-	-	57.242,81	57.242,81
2014	323008	DNPM/GO	-	-	-	-	19.508,94	19.508,94
2013	323008	DNPM/GO	-	-	-	-	27.267,15	27.267,15
2014	323009	DNPM/BA	-	-	1	40,00	29.999,26	30.039,26
2013	323009	DNPM/BA	-	-	2	160,00	26.066,69	26.226,69
2014	323010	DNPM/AM	-	-	-	-	7.980,57	7.980,57
2013	323010	DNPM/AM	-	-	-	-	5.128,55	5.128,55
2014	323011	DNPM /RJ	-	-	-	-	25.517,34	25.517,34
2013	323011	DNPM /RJ	-	-	-	-	25.979,63	25.979,63
2014	323012	DNPM/CE	-	-	-	-	30.016,57	30.016,57
2013	323012	DNPM/CE	-	-	-	-	12.938,12	12.938,12
2014	323013	DNPM/SC	-	-	-	-	48.794,72	48.794,72
2013	323013	DNPM/SC	-	-	-	-	48.990,00	48.990,00
2014	323014	DNPM/MT	-	-	-	-	21.317,54	21.317,54
2013	323014	DNPM/MT	-	-	-	-	26.553,56	26.553,56
2014	323015	DNPM/PR	-	-	-	-	9.663,19	9.663,19
2013	323015	DNPM/PR	-	-	-	-	7.011,06	7.011,06
2014	323016	DNPM/RN	-	-	-	-	14.889,50	14.889,50
2013	323016	DNPM/RN	-	-	-	-	14.715,12	14.715,12
2014	323017	DNPM/PB	-	-	-	-	15489,52	15489,52
2013	323017	DNPM/PB	-	-	-	-	8064,13	8064,13
2014	323018	DNPM/AP	-	-	04	750,00	15.687,88	16.437,88
2013	323018	DNPM/AP	-	-	03	450,00	12.796,20	13.246,20
2014	323019	DNPM/TO	-	-	-	-	7.398,80	7.398,80
2013	323019	DNPM/TO	-	-	-	-	5.662,66	5.662,66
2014	323020	DNPM/SE	-	-	-	-	0,00	0,00
2013	323020	DNPM/SE	-	-	-	-	0,00	0,00
2014	323021	DNPM/RO	-	-	-	-	11.946,58	11.946,58

2013	323021	DNPM/RO	-	-	-	-	9.803,05	9.803,05
2014	323022	DNPM/ES	-	-	-	-	21.916,41	21.916,41
2013	323022	DNPM/ES	-	-	-	-	19.978,91	19.978,91
2014	323023	DNPM/PI	-	-	-	-	11.040,47	11.040,47
2013	323023	DNPM/PI	-	-	-	-	11.471,40	11.471,40
2014	323024	DNPM/MA	-	-	-	-	13.388,26	13.388,26
2013	323024	DNPM/MA	-	-	-	-	12.173,87	12.173,87
2014	323025	DNPM/MS	-	-	-	-	7.507,48	7.507,48
2013	323025	DNPM/MS	-	-	-	-	6.492,82	6.492,82
2014	323026	DNPM/RR	-	-	-	-	6.053,55	6.053,55
2013	323026	DNPM/RR	-	-	-	-	2.319,80	2.319,80
2014	323027	DNPM/AL	-	-	-	-	8.782,92	8.782,92
2013	323027	DNPM/AL	-	-	-	-	6.685,26	6.685,26
Fonte: SIAFI								

6.6.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

QUADRO A.6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto					
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total			
323002	SEDE	339030	01	1.735,01			
			03	65,00			
			04	1.600,00			
			16	1.134,50			
			17	124,00			
			21	309,50			
			22	169,85			
			24	3.591,77			
			25	205,29			
			26	2.710,14			
			28	183,80			
			96	12,54			
			323003	DNPM/RS	339030	12	745,04
						16	150,00
17	1.116,00						
20	200,00						
37	4,27						
323003	DNPM/RS	339030	01	16.339,22			
			16	2.911,20			
			17	71,00			
			24	12,90			

			26	1.402,90		
			39	6.067,14		
			339039	01	374,01	
				18	13,00	
				19	2.193,66	
323004	DNPM/SP	339030	4	309,40		
			7	159,50		
			16	605,80		
			17	367,80		
			21	112,60		
			24	2.218,79		
			26	1.421,63		
			28	63,90		
			29	74,89		
			42	33,10		
		339039	16	2.324,00		
			20	500,00		
			63	334,00		
		323005	DNPM/MG	339030	01	52.029,88
					04	1.248,00
07	3.269,11					
16	4.609,87					
17	2.118,80					
19	190,00					
21	1.385,49					
22	1.843,82					
24	10.661,78					
25	239,78					
26	1.058,01					
27	110,00					
28	713,35					
30	30,00					
39	2.566,29					
42	33,50					
96	170,48					
339039	01			847,70		
	16			1.030,00		
	17			1.470,00		
	19			2.573,71		
	20			868,20		
	57			222,00		
	59	140,00				
63	2.131,00					

			78	300,00		
			83	755,50		
			95	1.003,90		
323006	DNPM/PE	339030	01	10.889,62		
			04	408,00		
			07	2.555,62		
			16	56,70		
			17	242,60		
			22	44,3,10		
			23	194,98		
			24	2.536,91		
			26	1		
			28	598,40		
			29	584,81		
			36	22,00		
			39	597,73		
			41	154,80		
			58	11,60		
			339039	19	120,00	
				20	180,00	
			83	1.731,15		
		323007	DNPM/PA	339030	01	29.519,99
					04	225,00
07	1,045,00					
11	223,22					
16	1.197,28					
17	973,26					
19	163,00					
21	458,07					
22	279,45					
24	3.460,05					
25	32,00					
26	1.842,91					
27	45,90					
28	1.871,08					
30	26,15					
39	4.279,78					
42	470,73					
96	1.500,00					
339033	03				1.492,13	
	96			800,00		
339039	16			120,00		
	17			580,00		

			19	4.523,00		
			20	90,00		
			57	120,00		
			74	120,00		
			83	35,00		
323008	DNPM/GO	339030	01	10.622,51		
			04	137,00		
			16	546,91		
			19	500,00		
			24	56,70		
			26	138,00		
			28	43,00		
			50	596,79		
		339039	16	4.036,75		
			17	651,62		
			19	1.673,06		
			20	70,00		
			47	436,60		
323009	DNPM/BA	339030	01	19.478,03		
			07	252,00		
			11	29,70		
			16	877,51		
			17	237,50		
			19	89,00		
			22	388,79		
			24	1.485,93		
			26	711,60		
			28	350,46		
			39	1.082,04		
			42	728,80		
			44	27,00		
			96	759,90		
			339033	01	42,40	
				03	50,30	
		339039	16	1.060,00		
			17	280,00		
			19	568,00		
			63	390,30		
			96	1.150,00		
		323010	DNPM/AM	339030	01	1.297,66
					22	113,75
26	1.134,16					
42	78,00					

			28	1.129,96		
			07	12,00		
			21	138,20		
			24	152,59		
			63	450,00		
			16	64,00		
			17	62,85		
			31	30,27		
			39	775,02		
			339039	19	2.497,11	
			16	45,00		
323011	DNPM/RJ	339030	01	11.507,58		
			07	599,00		
			16	819,45		
			17	4.474,03		
			21	114,60		
			22	29,90		
			24	361,00		
			25	162,50		
			26	334,50		
			28	414,40		
			39	1.169,00		
			42	562,55		
			78	200,00		
			339039	01	313,28	
					19	488,00
					20	175,00
					35	5,40
					39	223,00
					59	45,00
					78	2.060,00
			83	163,60		
			95	1.355,55		
323012	DNPM/CE	339030	01	14.710,50		
			04	92,00		
			16	1.908,54		
			17	2.170,50		
			19	27,50		
			24	181,00		
			26	1.450,38		
			39	6.232,75		
		339039	16	280,00		
					17	90,00

			19	1.886,81		
			57	180,00		
			63	325,00		
			66	53,04		
			78	340,00		
			88	88,55		
323013	DNPM/SC	339030	01	26.004,89		
			04	566,20		
			07	1.303,11		
			11	93,93		
			16	1.973,79		
			17	1.959,80		
			19	150,00		
			21	1.185,68		
			22	629,37		
			24	1.046,47		
			26	1.120,50		
			28	361,80		
			29	231,90		
			39	5.143,79		
		42	64,20			
		339039			16	990,00
					17	1.350,00
					19	3.469,18
					20	230,00
					46	344,00
62	10,00					
63	300,00					
74	167,36					
83	98,75					
323014	DNPM/MT	339030	01	14.054,67		
			04	110,00		
			08	4,18		
			16	625,00		
			17	226,50		
			19	34,38		
			21	120,00		
			24	1.409,62		
			25	108,47		
			26	113,50		
			39	368,65		
		339039			01	837,30
					05	211,75

			16	939,21	
			19	1.871,85	
			79	58,33	
			96	12,02	
			339047	08	64,29
				16	147,82
323015	DNPM/PR	339030	01	5.634,37	
			16	717,10	
			39	1.385,72	
		339039	19	1.261,00	
			83	665,00	
323016	DNPM/RN	339030	01	10.652,13	
			04	41,90	
			16	388,58	
			17	1.172,50	
			21	135,29	
			22	25,40	
			24	752,30	
			26	570,32	
		339039	05	227,00	
			19	424,08	
			20	500,00	
323017	DNPM/PB	339030	01	13.056,68	
			17	109,60	
			21	163,24	
			22	19,50	
			24	321,50	
			26	136,50	
			28	49,50	
			39	876,00	
		339039	19	645,00	
			63	112,00	
323018	DNPM/AP	339030	01	6.760,53	
			04	54,00	
			07	1.109,08	
			16	1.680,05	
			17	1.381,18	
			21	248,74	
			39	528,13	

			96	2.468,93
			17	180,00
			19	80,00
		339039	83	450,66
			95	52,42
			96	1.444,16
323019	DNPM/TO	339030	01	6.982,31
			96	0,49
		339039	01	216,00
			96	200,00
323021	DNPM/RO	339030	01	7.642,31
			16	40,00
			17	734,70
			24	307,50
			35	223,93
			46	341,32
		339039	01	200,00
			16	250,00
			19	981,39
			47	780,00
			68	70,00
			83	152,25
			95	40,00
			96	83,18
			99	100,00
323022	DNPM/ES	339030	01	11.560,27
			16	600,36
			17	303,55
			19	10,97
			21	203,04
			24	2.550,36
			25	168,00
			26	2.630,13
			44	38,00
			50	89,90
		339039	16	800,00
			17	1.110,00
			19	1.257,00
			20	500,00
			63	55,50
			96	39,33
323023	DNPM/PI	339030	01	3.571,13
			04	174,00

			07	295,90
			16	891,50
			17	305,00
			21	163,60
			23	44,00
			24	140,00
			25	507,55
			26	739,57
			50	324,07
		339039	17	1.196,35
			19	810,00
			61	350,00
			68	480,00
449052	95	1.008,00		
	06	39,80		
323024	DNPM/MA	339030	01	3.870,24
			04	176,00
			07	197,60
			16	368,15
			17	417,00
			19	30,00
			21	395,90
			24	626,81
			26	170,56
		39	2.136,00	
		339039	16	600,00
			17	1.398,00
			19	1.914,00
			63	1.088,00
01	6.797,08			
323025	DNPM/MS	339030	39	320,40
			339039	19
		74		240,00
323026	DNPM/RR	339030	01	771,00
			04	153,00
			16	59,70
			17	184,50
			21	63,84
			22	19,85
			24	292,70
			25	377,00
			26	123,21
			39	741,19

			17	1.917,00
			19	710,00
			37	29,86
		339039	57	30,00
			74	70,00
			83	40,70
			95	470,00
323027	DNPM/AL	339030	01	5.578,94
			4	95,00
			16	107,29
			17	762,19
			21	69,70
			25	4,39
			28	290,00
			39	990,77
			96	884,64

6.6.4. Análise Crítica

Não houve alterações significativas de aumento de despesa com suprimento de fundos, o órgão vem buscando melhorias no planejamento das compras de modo a minimizar o uso do instrumento “suprimento de fundos”, para realização de serviços ou aquisição de materiais.

A utilização de suprimentos de fundos pelo dnpm destina-se a atender as necessidades urgentes de materiais e pequenos serviços que por sua natureza não foram previstos ou são imprescindíveis e de pequeno valor.

São utilizados principalmente em aquisições de combustíveis em ambientes distantes da origem, em diligências de fiscalizações. Os veículos são abastecidos na origem e reabastecidos durante as viagens a campo por intermédio do cartão ou dinheiro, em razão de não haver cobertura contratual.

Os saques são tratados como exceção e foram autorizados pela portaria/gab/mme nº 230, de 04 de julho de 2008, exclusivamente para abastecimento e serviços de borracharia em viagens de fiscalização.

6.7. Renúncias Sob a Gestão da Uj

Não se aplica a esta UJ

6.8. Gestão de Precatórios

Não se aplica a esta UJ

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

7.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	1000	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1000	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2061	990	-	60
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	2	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	7	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	0	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	22	03	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1022	05	61

Fonte: SIAPE: TRANSAÇÃO >GRCSITCAR E BOLETIM DE FREQUENCIA. Seguindo a terminologia adotada, não foram incluídos os empregados regidos pela CTL, nem os servidores que se encontram cedidos para outros órgãos.

QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	462	538
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	462	538
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	459	531
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	02
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	5
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	472	550

QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	47	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	47	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	20	01	01
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	05	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	16	02	03
1.2.5. Aposentados	-	06	01	-
2. Funções Gratificadas	119	119	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	119	13	13
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	166	166	-	-

Fonte: SIAPE; TRANSAÇÃO ADCOPREFUN E DECRETO 7092. Seguindo a terminologia, não foram contabilizadas as 214 funções comissionadas autorizadas e ocupadas efetivamente.

Análise Crítica

O quantitativo de servidores do Órgão é de 1033 (SIAPE 19/01/2015). Ressalta-se que o PEC (Plano Especial de Cargos) equivale a 57 % da força de trabalho da Autarquia, dos quais **51% já se encontram em condições de se aposentarem. Ou seja, aproximadamente um terço do quadro funcional pode se desligar a qualquer momento.**

O art. 4º da Lei nº 11.046/04 dispõe que “os cargos de nível superior e intermediário do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estejam vagos na data da sua publicação e os que vierem a vagar serão transformados em cargos da carreira de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, e da carreira de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, do Quadro de Pessoal do DNPM”. Deste modo e considerando as futuras aposentadorias, a força de trabalho administrativa da Autarquia tende a ficar desfalcada.

A partir do primeiro bimestre de 2014, observou-se um aumento do número de processos de aposentadorias, situação decorrente do cumprimento dos 60 meses de gratificação em julho de 2013, conforme disposto na Lei 11.046/2004 que garante a aposentadoria com a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses das gratificações de desempenho, instituídas com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008 e a expectativa não correspondida de criação da agência no ano de 2013, conforme relatos.

O envelhecimento da força de trabalho também é outro fator preocupante. Conforme relatório do SIAPE, **o número de servidores com idade igual ou superior a 60 anos é de 220 (equivalente a 20,25% do total dos servidores ativos), dos quais 170 (77%) possuem abono de permanência (SIAPE 2014).**

Ressalta-se que até o presente momento foram realizados apenas dois concursos públicos no Órgão para provimento dos cargos criados pela Lei 11.046/2004. Dos 1.200 (mil e duzentos) cargos das carreiras, apenas 556 (quinhentos e cinquenta e seis) foram autorizados para provimento através dos concursos públicos da Autarquia, dos quais 104 (cento e quatro) encontram-se livres em função da evasão de servidores através de exonerações e vacâncias (Fonte SIAPE, 19/01/2015).

Área Administrativa	PEC com abono	PEC sem abono	carreira	vacancias	Total de servidores
Nível médio	177	139	72	62	388
Nível superior	22	7	81	30	110
Total	199	146	153	92	498

Área Fim	PEC com abono	PEC sem abono	carreira	Vacâncias	Total de servidores
Nível médio	23	37	41	6	101
Nível superior	93	83	258	45	434
Total	116	120	299	51	535
Total de servidores	315	266	452	143	1033

A situação da força de trabalho da Autarquia já foi diagnosticada por meio de auditorias (interna e externa) como escassa diante de suas atividades. Esta situação foi apontada em 2014 através de um levantamento de necessidades de pessoal promovido junto às diretorias. O trabalho subsidiou o pedido de autorização de concurso público encaminhado ao Ministério de Minas e Energia através do Ofício 89/DIRE de 20/05/2014. Até o momento não houve resposta.

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Em cumprimento à legislação vigente, a Coordenação de Recursos Humanos, por meio da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DIDEP/CRH/CGA/DGADM), propôs, junto às diretorias do DNPM, o planejamento das ações de capacitação de modo que fossem detectadas as necessidades da organização em relação ao desempenho dos seus servidores e às necessidades dos servidores para melhor desempenho de suas atividades.

Foram apresentadas, às diretorias e órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral do DNPM, formas de elaboração de competências individuais e coletivas para que uma equipe possa atingir seu objetivo final na execução de seus trabalhos. Junto a este trabalho, estas unidades do DNPM foram estimuladas a descreverem os cursos relacionados às competências por elas descritas.

Como resultado deste trabalho, foram elaborados os mapas de necessidades de treinamento, em conformidade com as respostas enviadas pelas diretorias e órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral.

A consolidação dos resultados deste trabalho propiciou a formulação de um cronograma de cursos para 2014, de forma a valorizar os princípios da economicidade, eficiência e da legalidade, fazendo uso, principalmente, da Portaria/MME/DNPM nº 221/2011, que possibilita o reconhecimento de talentos internos e a economicidade, por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC. Assim, foram programados 09 cursos, identificados na consolidação como demanda institucional para realização em 2014, com a programação de atender aproximadamente 415 servidores, como segue:

7.1.2.1. Cursos realizados na Ação de Capacitação – PO 065378

- Agosto/2014 – Curso de Ética no Serviço Público e Processo Administrativo – foram capacitados 68 servidores da Sede e Superintendências. Público-alvo: servidores área meio e fim;
- Novembro/2014 – Curso de Direito Minerário – realização no período de 10 a 14/11/2014 — Sede e Superintendências - (170 capacitados). Público-alvo: servidores da área finalística, Procuradoria Jurídica, servidores da AGU(via ead) e convidados;
- Novembro/2014 – Curso de Gestão de Ativos e Passivos na Administração Patrimonial – Sede e Superintendências, no período de 17 a 21/11/2014. (54 capacitados). Público-alvo: área meio (administração);
-

7.1.2.2. LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Para a Superintendência do DNPM no Estado de Goiás, em atendimento à recomendação do Ministério Público de Goiás e ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – 7 servidores DNPM/GO.

7.1.2.3. Cursos realizados no PO 065395 – Diretoria de Fiscalização –

A Diretoria de Fiscalização realizou ainda cursos coletivos com o atendimento de cerca de 87 servidores, da seguinte forma:

- Especialização em Fiscalização de Minas Subterrâneas – 22 servidores
- Curso AER – IOS – Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) – 9 servidores;
- XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, XIX Encontro Nacional de Perfuradores de Poços e VIII FENÁGUA – FEIRA NACIONAL DA ÁGUA – 16 servidores;
- SIMEXMIN – 2014 – INTEGRAÇÃO DE DADOS GEOLÓGICOS E GEOQUÍMICOS PARA A EXPLORAÇÃO MINERAL – 30 servidores
- Curso de Gemologia – 10 servidores.

7.1.2.4. Outros cursos e capacitações

Foram realizados ainda 29 cursos individuais, atendendo tanto a área administrativa como a finalística.

Além dos cursos de curta duração foram iniciados, continuados e/ou concluídos 11 cursos de pós-graduação.

Os documentos utilizados como base para elaboração de todo o trabalho da CRH/DIDEP são:

- Plano Anual de Capacitação – o novo PAC já está aprovado, aguardando apenas a capacitação dos servidores das Superintendências para que possam atender às alterações que irão ocorrer – capacitação proposta para o início de 2015;
- Decretos nºs 5.707/2006 e 6.114/007, que, respectivamente, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Portaria nº 221/2011/DNPM – regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC no âmbito do DNPM.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciári os	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	86.770.141,17	5.714.593,16	13.302.430,04	4.346.223,78	10.204.785,64	11.046.047,08	64.793.355,85	181.545,55	1.132.865,04	197.491.987,31
	2013	78.710.132,07	5.525.101,33	12.135.261,85	4.065.585,02	10.415.352,41	9.746.452,80	59.446.299,11	104.547,09	1.033.141,45	181.181.873,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	-	532.192,12	-	-	-	-	-	-	-	532.192,12
	2013	-	522.103,01	-	-	-	-	-	-	-	522.103,01
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	-	1.264.613,09	-	-	118.722,00	-	-	-	-	1.383.335,09
	2013	-	1.199.362,48	-	-	138.235,14	-	-	-	-	1.337.597,62
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL										382.449.088,28	

Fonte: SIAPE - DDP 2013/2014

Obs.: Não foram computado os valores das despesas nas colunas de servidores cedidos em face do Sistema de Pessoal consolidar o total em uma única rubrica.

7.1.4. Irregularidades na área de Pessoal

Não há ocorrências no órgão

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Coordenação de Recursos Humanos utiliza-se apenas do SIAPE para verificar a ocorrência de acumulações indevidas quando vai efetuar a nomeação de servidores para ocupar cargo ou função comissionada, tendo em vista que o sistema critica quando há ocupação de outro cargo no âmbito da Administração Pública Federal.

Quando a acumulação se dá em relação a outras esferas de governo, não há meios de controle, de tal sorte que só são tomadas providências na hipótese de denúncias apresentadas à Autarquia.

Identificada a acumulação indevida, a Coordenação de Recursos Humanos informa à Corregedoria para abertura de processo administrativo nos termos da Lei 8.112/90.

7.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

O Órgão não possui mão de obra terceirizada em cargos de pessoal ativo.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Observa-se um aumento do número de pedidos de aposentadoria, e o envelhecimento da força de trabalho. Como citado na Análise Crítica do subitem A.7.1.1.1, o Plano Especial de Cargos (PEC) representa 57% da força de trabalho, da qual 54% já podem se aposentar. Isso significa que dos 1.033 servidores, 315 podem se aposentar a qualquer momento, 266 podem se aposentar nos próximos 3-5 anos.

Em relação ao treinamento do pessoal, a área responsável pela capacitação vem ampliando sua atuação atrelando as ações ao planejamento das unidades, assim, tornando-as responsáveis pela identificação das demandas (levantamento de necessidades de treinamento) e solicitação das mesmas. Tal mudança configura quebra de cultura organizacional, ainda em estágio inicial, e vem ganhando força. A área de capacitação conta com uma equipe de apenas duas servidoras.

Conforme relatado nos anos anteriores, o Órgão recebeu em 2010 a incumbência da gestão de empregados anistiados oriundos das extintas Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Brasileira de Projetos Industriais. O quantitativo atual de empregados geridos pelo DNPM é de 664 funcionários que passaram a fazer parte do Quadro em extinção da Autarquia, embora com exercício em outras instituições.

A administração da Autarquia não estava preparada para assumir tal responsabilidade, em virtude de não contar em seu quadro com equipe experiente em CLT, uma vez que o regime próprio do Órgão é o Regime Jurídico Único-RJU. Para a realização das ações pertinentes ao ingresso de tais funcionários no DNPM, foi constituído um Grupo de Trabalho e providenciado curso de capacitação que abrangeu, além dos membros da citada comissão, outros servidores da Coordenação de Recursos Humanos que atuam na área de Administração de Pessoal.

Dada a complexidade das questões que envolvem a gestão dos anistiados, em 2015 foi constituída uma comissão específica com representantes das coordenações vinculadas à Diretoria de Gestão Administrativa-DGADM no intuito de obter atuação mais ampla da administração na gestão, análise e tomada de decisões (Portaria nº 81- DIRE, 12/02/2015).

Assim, o trabalho em questão vem sendo realizado, porém, de forma precária, visto o número insuficiente de servidores responsáveis pela execução dessas atividades e, também, que os mesmos não possuem suporte de um setor de normas para auxiliá-los na aplicação da legislação pertinente aos casos mais diversos que se apresentam. Entende-se como condicional nesse tipo de trabalho, maior

qualificação e quantificação dos servidores a fim de poder absorver o amplo volume de conhecimento pertinente ao regime da CLT, o qual é necessário para que se sintam qualificados o suficiente para a realização das atividades com a segurança jurídica do assunto.

Abaixo, o quantitativo atual de empregados geridos pelo DNPM, com destaque para as Unidades Regionais de Minas Gerais e Espírito Santo:

ESTADO	QUANTITATIVO
BAHIA	1
BRASÍLIA	12
CEARÁ	1
ESPÍRITO SANTO	251
MINAS GERAIS	336
PARÁ	11
PIAUÍ	1
RIO DE JANEIRO	48
SANTA CATARINA	2
PARANÁ	1
EXERCÍCIO DNPM	53
CEDIDOS	611
TOTAL:	664

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não há indicadores. Mas, pretende-se implantá-los. Está em desenvolvimento proposta de implantação de indicador para a capacitação (custo médio treinamento per capita). Este indicador associado à avaliação de impacto realizada pelas unidades permitirá a análise e identificação do investimento necessário para o treinamento dos servidores/empregados, partindo-se do levantamento de necessidades de treinamento feito junto às áreas.

Quanto a outras ações, aguarda-se a implantação de sistema informatizado desenvolvido pela área de TI da Autarquia (conforme relatado no último Relatório de Gestão).

7.2. CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

Não se aplica a esta UJ.

7.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

QUADRO A.7.2.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM/SEDE													
UG/Gestão: 323002/32263							CNPJ: 00.381.056/0001-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	03/2009	00.478.727/0001-89	09/03/2009	08/03/2015	17	17					P
2008	V	O	21/2008	03.497.401/0001-97	18/12/2008	01/01/2015	9	9					E
2014	V	O	16/2014	08.931.820/0002-90	02/01/2015	01/01/2015	9	9					A
Observações: Registrou-se o contrato 16/2014, vigência a partir de 02/01/2015, tendo em vista a sua assinatura no exercício de 2014.													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RS													
UG/Gestão: 323003/32263							CNPJ: 00.381.056/0002-14						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2012	L	O	04/2012	11.446.367/0001-50	04/07/2012	04/07/2015	4	4					P
2014	V	O	01/2014	89.963.862/0001-23	29/01/2014	29/01/2016	8	8					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SP													
UG/Gestão: 323004/32263							CNPJ: 00.381.056/0003-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	0	004/2012	14.490.337/0001-39	06/02/2015	06/02/2016	5	5					A
2012	V	0	008/2012	00.435.781/0002-28	20/11/2014	20/11/2015	5	5					A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MG													
UG/Gestão: 323005/32263							CNPJ: 00.381.056/0004-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	02/2011	08.563.482/0001-08	23/02/2011	22/02/2016	11	11					A
2013	L	O	02/2013	15.312.517/0001-93	01/09/2013	30/08/2015	10	10					A

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PE													
UG/Gestão: 323006/32263							CNPJ: 00.381.056/0005-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	00.323.090/0001-51	01/08/2011	31/07/2016	6	6					P
2014	V	O	01/2014	11.808.559/0001-69	01/09/2014	30/08/2019	6	6					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PA													
UG/Gestão: 323007/32263							CNPJ: 00.381.056/0006-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	008/2010	63.807.812/0001 - 63	26/11/2010	25/11/2015	8	8					P
2010	V	O	006/2010	07.069.574/0001 - 65	06/10/2010	06/10/2014			12	12			P
Observações:													

Unidade Contratante

Nome: Superintendência do DNPM/GO													
UG/Gestão: 323008/32263							CNPJ: 00.381.056/0007-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	009/2011	10.999.557/0001-31	01/06/2011	31/05/2015	3	3					P
2013	V	O	006/2013	01.160.949/0001-11	02/10/2013	01/10/2015	5	5					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/BA													
UG/Gestão: 323009/32263							CNPJ: 00.381.056/0008-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	L	E	04/2014	16.364.275/0001-44	15/08/2014	14/02/2015			7	7			E
2013	V	O	09/2013	01.785.444/0001-42	02/10/2013	30/09/2015			25	25			A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AM													
UG/Gestão: 323010/32263							CNPJ: 00.381.056/0009-90						

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	C-005/2013	02.103.266/0001-95	28/10/2013	28/10/2014							P
2014	V	O	TA-001/2014	02.103.266/0001-95	28/10/2014	28/10/2015							A
2013	L	E	C-006/2013	14.296.468/0001-80	09/12/2013	08/06/2014							E
2014	L	O	C-001/2014	05.897.975/0001-88	20/06/2014	20/06/2015							A

Observações: As atividades desenvolvidas nos contratos de Vigilância e Limpeza não exigem nível de escolaridade dos empregados alocados na execução dos serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RJ													
UG/Gestão: 323011/32263						CNPJ: 00.381.056/0010-24							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	03/2013	32.301.921/0001-80	26/11/2014	25/11/2015	1	1					P

Observações:

Unidade Contratante												
Nome: Superintendência do DNPM/CE												
UG/Gestão: 323012/32263						CNPJ: 00.381.056/0011-05						
Informações sobre os Contratos												

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	005/2010	86.960.598/0001-86	02/05/2010	01/05/2011	1	1	3	3			A
2011	V	O	005/2011	86.960.598/0001-86	02/05/2011	01/05/2012	1	1	3	3			P
2012	V	O	004/2012	86.960.598/0001-86	02/05/2012	01/05/2013	1	1	3	3			P
2013	V	O	003/2013	86.960.598/0001-86	02/05/2013	01/05/2014	1	1	3	3			P
2014	V	O	001/2014	86.960.598/0001-86	02/05/2014	01/05/2015	1	1	3	3			P
2012	V	O	006/2012	04.808.914/0001-34	01/08/2012	31/07/2013	1	1	3	3			A
2013	V	O	004/2013	04.808.914/0001-34	01/08/2013	31/07/2014	1	1	3	3			P
2014	V	O	003/2014	04.808.914/0001-34	01/08/2014	31/07/2015	1	1	3	3			P
2014	L	O	002/2014	12.957.998/0001-04	14/01/2014	13/01/2015	2	2	1	1	1	1	E
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SC													
UG/Gestão: 323013/32263							CNPJ:00.381.056/0012-96						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	1/2013	04.231.640/0001-63	28/05/2013	27/05/2015	2	2					P
2013	L	O	2/2013	04.231.640/0001-63	28/05/2013	27/05/2015	1	1					P
2014	V	O	4/2014	11.650.232/0001-01	01/09/2014	31/08/2015	3	3					A
2014	V	O	5/2014	11.650.232/0001-01	01/09/2014	31/08/2015	4	4					A

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MT													
UG/Gestão: 323014/32263							CNPJ: 00.381.056/0013-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	7/2010	10.732.146/0001-85	01/01/2014	31/12/2014	3	3					P
2010	V	O	5/2010	06.236.934/0001-03	01/01/2014	31/12/2014	8	8					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PR													
UG/Gestão: 323015/32263							CNPJ: 00.381.056/0014-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	003/2010	07.228.643/0001-36	24/09/2010	24/09/2015			3	3			P
2014	V	O	002/2014	05.338.024/0001-79	08/08/2014	08/08/2015			4	4			A
2014	V	E	001/2014	12.138.329/0001-00	12/06/2014	12/08/2014			4	4			E
2013	V	E	001/2013	12.138.329/0001-00	14/12/2013	12/06/2014			4	4			E

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RN													
UG/Gestão: 323016/32263							CNPJ: 00.381.056/0015-39						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	06.982.630/0001-95	10/01/2015	10/01/2016	1	1					P
2013	V	O	02/2013	10.639.977/0001-07	22/07/2014	22/07/2015			4	4			P
Observações: O contrato de prestação dos serviços de vigilância armada refere-se a 1 posto 24h, de segunda a domingo, empregando 4 homens, na escala 12x36													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PB													
UG/Gestão: 323017/32263							CNPJ: 00.381.056/0016-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	01/2013	11.855.183/0001-43	10/03/2014	10/03/2015	2	2					P
2010	V	O	02/2010	05.554.220/0001-80	30/05/2014	30/05/2015	4	4					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AP													
UG/Gestão: 323018/ 32263							CNPJ: 00.381.056/0017-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	001/2014	13.714.479/0001-70			3	3					A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/TO													
UG/Gestão: 323019/32263							CNPJ: 00.381.056/0018-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	01/2013	10.495.485/0001-95	11/11/2014	10/07/2016			1	1			P
2013	V	O	04/2013	06.088.000/0002-52	19/08/2013	18/04/2015			5	5			A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SE													
UG/Gestão: 323020/32263							CNPJ: 00.381.056/0019-62						
Informações sobre os Contratos													

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	11.718.029/0001-20	12/12/2014	12/12/2015	1	1					P
2010	L	O	03/2010	16.208.738/0001-89	03/05/2014	03/05/2015	4	4					P

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RO													
UG/Gestão: 323021/32263							CNPJ: 00.381.056/0020-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	09/2010	09.540.692/0001-35	13/09/2010	13/09/2015	5	5	1	1			P
2012	V	O	01/2012	10.760.842/0001-03	15/07/2012	15/07/2015	6	6					P

Observações: Limpeza e Higiene – Contrato com os seguintes profissionais: 02 Auxiliares de Limpeza, 02 Auxiliares de Serviços Gerais, 01 Copeira e 01 Oficial de Manutenção (Artífice Predial)

Vigilância Ostensiva – Contrato com os seguintes Postos: 01 diurno, escala 12x36 e 02 noturnos escala 12x36.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/ES													
UG/Gestão: 323022/32263							CNPJ: 00.381.056/0021-87						
Informações sobre os Contratos													

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	13.037.586/0001-00	21/03/2011	21/03/2016			3	3			P
2011	V	O	10/2011	10.330.894/0001-31	27/10/2011	27/10/2016			4	3			P

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PI													
UG/Gestão: 323023/32263							CNPJ: 00.381.056/0022-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	01/2010	05.695.725/0001-65	29/05/10	28/05/15			2	2			P
2010	V	O	03/2010	08.578.865/0001-41	01/01/11	31/12/15			4	4			P

Observações: O contrato de Limpeza possui 02 (dois) prestadores de serviços. O de Vigilância Armada possui 01 (um) posto com 04 (quatro) vigilantes que se alternam em plantões diurnos e noturnos.

Unidade Contratante													
Nome Superintendência do DNPM/MA													
UG/Gestão: 323024/32263							CNPJ: 00.381.056/0023-49						
Informações sobre os Contratos													
Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	

Ano do Contrato							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	005/2014	14.219.460/0001-10	24/02/2014	23/02/2015			01	01			E
2014	V	O	006/2014	10.325.594/0001-64	15/04/2014	15/04/2015			04	04			A
2009	V	O	002/2009	08.888.686/0001-00	14/04/2009	14/04/2014			04	04			E

Observações:

Unidade Contratante													
Nome Superintendência do DNPM/MS													
UG/Gestão: 323025/32263							CNPJ: 00.381.056/0024-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	06/2009	09.016.469/0001-93	01/01/2014	31/12/2014	1	1					E
2013	V	O	02/2013	13.451.078/0001-74	24/07/2014	24/07/2015			4	4			P
2014	L	O	05/2014	13.821.804/0001/01	01/01/2015	31/12/2015	1	1					A

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RR													
UG/Gestão: 323026/32263							CNPJ: 00.381.056/0025-00						
Informações sobre os Contratos													
	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.

Ano do Contrato							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	04.653.234/0001-94	19/09/2014	18/09/2015	2	2					P
2012	V	O	01;2012	84.013.234/0001-63	12/06/2014	11/06/2015	4	4					P

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AL													
UG/Gestão: 323027/32263							CNPJ: 00.381.056/0026-91						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	01/2011	06.996.393/0002-00	01/06/2012	30/05/2015			1	1			P
2014	L	O	05/2014	18.301.321/0001-91	22/04/2014	21/04/2015	1	1					A

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Processos Administrativos

7.2.2. Locação de Mão de Obra p/ Ativ. não Abrangidas p/ Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.7.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM/Sede													
UG/Gestão: 323002/32263							CNPJ: 00.381.056/0001-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	17/2009	78.533.312/0001-58	30/10/2009	29/10/2015			51	51			P
2012	4	O	16/2012	01.708.458/0001-62	29/08/2012	28/12/2015	5	5					P
2009	9	O	16/2009	37.168.960/0001-75	18/09/2009	17/09/2015	3	3	6	6			P
2010	2	O	08/2010	04.356.735/0001-03	01/12/2010	30/11/2015	4	4					P
2013	5	O	13/2013	11.545.051/0001-15	01/07/2012	30/06/2015			3	3			P
2011	1	O	11/2011	04.621.879/0001-40	31/08/2011	31/08/2014			6	6			P
2013	3	O	02/2013	37.057.387/0001-22	02/01/2013	01/01/2015			5	5	6	6	P
2009	3	O	27/2009	41.893.678/0001-28	27/11/2009	26/11/2014					6	8	P
2009	10	O	11/2011	04.621.879/0001-40	31/08/2011	30/08/2015			7	7			P
2014	9	O	04/2014	14.081.201/0001-75	09/05/2014	08/05/2015	1	1	2	2			A
Observações:													
1. No contrato 08/2010, parte dos serviços (9,09%) previstos no contrato são prestados por Ordem de Serviço, quando ocorre a demanda, e 90,1% são realizados por quatro profissionais diariamente.													
2. Registrou-se o contrato nº 02/2013, por existir mão-de-obra nas dependências do DNPM, no entanto, a natureza jurídica do instrumento é mista.													
3. Registrou-se o contrato nº 27/2009, por existir mão-de-obra nas dependências do DNPM, no entanto, os serviços são contratados por ponto da função.													

Unidade Contratante

Nome: Superintendência do DNPM/RS													
UG/Gestão: 323003/32263							CNPJ: 00.381.056/0002-14						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	05/2012	10.235.718/0001-10	03/07/2012	03/07/2015	1	1					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SP													
UG/Gestão: 323004/32263							CNPJ: 00.381.056/0003-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	001/2010	02.313.959/0001-02	14/06/2014	14/09/2014	1	1					E
2012	12	O	007/2012	03.623.340/0001-67	06/04/2014	06/04/2015	2	2	10	10			A
Observações: 12 – Contrato de apoio administrativo – secretárias, atendentes, recepcionista, digitador, help-desk.													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MG													
UG/Gestão: 323005/32263							CNPJ: 00.381.056/0004-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2013	12	O	03/2013	15.312.517/0001-93	01/09/2013	30/08/2015			43	37			A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PE													
UG/Gestão: 323006/32263							CNPJ: 00.381.056/0005-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	02/2013	00.323.090/0001-51	01/12/2013	30/11/2018	8	8					P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PA													
UG/Gestão: 323007/32263							CNPJ: 00.381.056/0006-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	006/2009	01.518.478/0004-70	04/01/2010	03/01/2015			6	8			P
2010	12	O	006/2010	13.096.822/0001-60	06/10/2010	09/10/2014			1	1			P
2014	12	O	001/2014	13.258.951/0001-07	05/02/2014	04/02/2015			2	2			A
2014	12	O	005/2014	19.362.299/0001-52	17/10/2014	16/10/2015			1	1			A
2014	4	O	004/2014	19.362.299/0001-52	01/08/2014	31/07/2015	1	1					A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/GO													

UG/Gestão: 323008/32263				CNPJ: 00.381.056/0007/29									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	4	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015	1	1					A
2014	5	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015			1	1			A
2014	6	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015	1	1					A
2014	7	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015	2	2					A
2014	12	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015					1	1	A
2014	12	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015			10	10			A
2014	12	O	07/2014	12.441.717/0001-58	26/08/2014	25/08/2015	1	1					A

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/BA													
UG/Gestão: 323009/32263						CNPJ: CNPJ:00.381.056/0008-00							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	11	O	11/2013	12.095.751/0001-18	22/12/2013	22/12/2015				22			A

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RJ													
UG/Gestão: 323011/32263							CNPJ: 00.381.056/0010-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	4	O	6/2014	15.145.687/0001-20	10/12/2014	09/12/2015	1	1					A
2014	12	O	07/2014	12.313.874/0001-88	16/12/2014	15/12/2015			5	5			A
2014	12	O	05/2014	17.771.017/0001-45	13/11/2014	12/11/2015			9	9			A
2014	5	O	01/2014	04.737.058/0001-73	13/02/2013	12/02/2014			2	2			A
2014	6	O	4/2014	03.951.766/0001-40	14/10/2014	13/10/2015							A
2013	7	O	01/2013	33.530.486/0001-29	24/07/2013	23/07/2014							P
2014	12	O	02/2014	04.840.737/0001-73	03/06/2014	02/06/2015							A
2014	12	O	03/2014	04.595.004/0001-62	15/07/2014	14/07/2015							A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/CE													
UG/Gestão: 323012/32263							CNPJ: 00.381.056/0011-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	008/2012	11.399.787/0001-22	24/10/2012	23/10/2013	1	1					A

2013	4	O	002/2013	11.399.787/0001-22	24/10/2013	23/10/2014	1	1					P
2014	4	O	005/2014	11.399.787/0001-22	24/10/2014	23/10/2015	1	1					P

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SC													
UG/Gestão: 323013/32263							CNPJ: 00.381.056/0012-96						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	5/2011	78.533.312/0001-58	05/09/2011	04/09/2015	8	9					P
2013	5	O	3/2013	03.181.576/0001-90	01/10/2013	30/09/2015	1	1					P
2013	5	O	4/2013	03.181.576/0001-90	01/10/2013	30/09/2015	2	2					P

Observações:

Unidade Contratante													
Nome Superintendência do DNPM/MT													
UG/Gestão: 323014/32263							CNPJ: 00.381.056/0013-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	1/2012	10.446.523/0001-10	01/01/2014	30/04/2014	1	1					P

2014	5	O	1/2014	07.229.980/0001-48	01/05/2014	31/12/2014	1	1					A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RN													
UG/Gestão:323016/32263							CNPJ: 00.381.056/0015-39						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	04/2011	08.966.334/0001-26	29/03/2014	29/03/2015			3	3			P
2011	5	O	06/2011	08.966.334/0001-26	29/03/2014	29/03/2015			1	1			P
Observações: O Contrato nº 04/2011-DNPM/RN refere-se a prestação dos serviços de técnico em secretariado.													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PB													
UG/Gestão: 323017/32263							CNPJ: 00.381.056/0016-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2 e 5	O	03/2010	24.126.948/0001-56	10/06/2014	10/06/2015	2	2	6	6			P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AP													
UG/Gestão: 323018/ 32263						CNPJ: 00.381.056/0017-09							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	01/2015	07.304.842/0001-86	30/11/2009	28/02/2015			5	5	1	1	E
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/TO													
UG/Gestão: 323019/32263						CNPJ: 00.381.056/0018-81							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4, 5 e 12	O	04/2011	05.488.891/0001-90	29/07/2014	28/07/2015			07	07			P
2011	12	O	05/2011	04.833.107/0001-71	05/12/2013	04/12/2014			01	01			E
Observações:													

Unidade Contratante												
Nome: Superintendência do DNPM/SE												
UG/Gestão: 323020/32263						CNPJ: 00.381.056/0019-62						
Informações sobre os Contratos												

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	2	O	01/2014	14.782.495/0001-62	20/01/2015	20/01/2016			1	1			P
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RO													
UG/Gestão: 323021/32263						CNPJ: 00.381.056/0020-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	01/2010	07.662.244/0001-89	12/04/2010	12/04/2015			5	5			P
Observações: Apoio Administrativo: Contrato com os seguintes profissionais: 03 Secretárias, 01 Recepcionista e 01 Motorista													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PI													
UG/Gestão: 323023/32263						CNPJ: 00.381.056/0022-68							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	12	O	02/2014	13.519.211/0001-87	14/04/2014	13/04/2015			4	4			A

2009	12	O	01/2009	05.695.725/0001-75	01/01/2009	31/12/2013			3	3			E
Observações: O contrato de “Apoio Administrativo” possui 04 (quatro) postos de trabalho.													
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MA													
UG/Gestão: 323024/32263							CNPJ: 00.381.056/0023-49						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	5	O	004/2014	14.219.460/0001-10	24/02/2014	23/02/2015			01	01			E
2012	12	O	001/2012	07.441.614/0001-58	28/12/2012	01/01/2016			02	02			P
2014	12	O	008/2014	11.399.787/0001-22	11/08/2014	10/08/2015			02	02			A
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MS													
UG/Gestão: 323025/32263							CNPJ: 00.381.056/0024-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	03/2009	03.116.865/0001-06	24/05/2013	23/05/2014	1	1					E
2009	5	O	04/2009	09.016.469/0001-93	24/05/2013	23/05/2014			1	1			E
2012	4	O	01/2012	09.016.469/0001-93	05/10/2013	04/10/2014	1	1					E
2014	2	O	01/2014	11.824.188/0001-09	02/06/2014	01/06/2015			1	1			A

2014	4	O	02/2014	13.821.804/0001-01	13/10/2014	12/10/2015	1	1					A
2014	5	O	03/2014	12.524.167/0001-02	01/12/2014	30/11/2015			1	1			A

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AL													
UG/Gestão: 323027/32263							CNPJ: 00.381.056/0026-91						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	01/2011	06.996.393/0002-00	01/06/2012	30/05/2015			1	1			P
2014	1	O	05/2014	18.301.321/0001-91	22/04/2014	21/04/2015	1	1					A
2011	5	O	02/2011	00.977.166/0001-62	01/06/2012	30/05/2015			1	1			P
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													

Fonte: Processos Administrativos

7.2.3. Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, terceirização, tais como: vigilância, limpeza e higiene, recepcionistas, secretárias, copeiragem, manutenção predial, brigadistas, inclusive os contratos de informática que tem mão de obra alocada no prédio do DNPM, atenderam ao DNPM de forma satisfatória, bem como cumpriram a legislação fiscal, previdenciária e trabalhista. Não se tem notícia sobre interrupção na prestação dos serviços e sobre o não pagamento de verbas trabalhistas. Mensalmente todos os documentos e certidões são verificados, no mesmo momento do recebimento dos serviços/atesto.

O contrato de manutenção de ar condicionado, embora a empresa venha cumprindo a parte operacional, vem apresentando dificuldades quanto a apresentação de notas fiscais para o pagamento, porém os recursos financeiros estão disponíveis para pagamento a empresa logo que sejam apresentadas as documentações e documento fiscal para o atesto e pagamento. Nesta situação o contrato não será prorrogado pelo DNPM.

7.2.4. Contratação de Estagiários

QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	87	87	87	87	322.220,65
1.1 Área Fim	42	42	42	42	
1.2 Área Meio	45	45	45	45	
2. Nível Médio	52	52	52	52	507.877,06
2.1 Área Fim	27	27	27	27	
2.2 Área Meio	25	25	25	25	
3. Total (1+2)	139	139	139	139	830.097,71

A Autarquia não possui um detalhamento das necessidades das áreas e dos objetivos que se espera alcançar com a atuação dos estagiários. Atualmente, as contratações de estagiários são realizadas para atender demandas não suportadas exclusivamente por servidores. O baixo valor das bolsas na Administração Pública Federal é fator que contribui para a grande rotatividade de estagiários, o que por seu turno prejudica a análise dos resultados alcançados por essa força de trabalho. Embora sejam observados os princípios norteadores da Administração Pública, na seleção de estagiários não há uma definição institucional das competências que se esperam dos estagiários nas respectivas áreas do conhecimento, cabendo a cada supervisor definir os critérios que entende mais relevantes.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERC.

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

UG: 323002	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JHY 1091	MITSUBISHI 200	2011	26.114	4	2.597,39	265,38	2.862,77
	GMF 4590	VW-PARATI	2004	122.761	11	1.401,99	0,00	1.401,99
	JFQ 3755	FIAT-DUCATO	2004	56.735	11	461,56	273,40	734,96
	JFP 4074	VW-GOL	2005	127.110	9	1.029,14	134,37	1.163,51
	JYE 4542	VW-S. QUANTUM	1996	164.311	19	1.052,74	474,61	1.527,35
	NKF8023	FORD-RANGER	2008	135.189	7	1.162,01	253,39	1.415,40
Veículo de Passeio	JFO 3373	VW-SANTANA	1995	226.567	19	1.595,94	2.040,54	3.636,48
	JFQ 9845	GM-ASTRA	2005	109.986	9	2.316,22	1.154,24	3.470,46
Total de Veículos	08	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	10	Custo médio anual			2.026,62
			Veículo de Passeio	14				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto nº 6.403/08, IN/SLTI/MOPG nº 3/08, Norma Administrativas do DNPM nº 9/2002.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A frota de viaturas viabiliza as atividades de fiscalização minerária e de atividades meio.

Fonte: Requisições de combustíveis emitidas no exercício e controles internos.

UG: 323003	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	IKJ-0945	CAR/CAMIN/C AB.DUPLA	2001	235.775	14	979,85	150,66	1.130,51
	IOU-7849	ESP/CAMIN/AB ER/CAB.DUPLA	2008	145.641	07	4.908,11	1.167,86	6.075,97
	ITU-4480	ESP/CAMIN/AB ER/CAB.DUPLA	2012	47.021	03	5.832,49	6.593,05	12.425,54
	ITU-4970	ESP/CAMIN/AB ER/CAB.DUPLA	2012	48.649	03	4.716,75	2.034,39	6.751,14
Veículo de Passeio	IMK-3790	VW/PARATI/1.6 /CITY	2004	53.164	11	524,76	135,25	660,01
Total de Veículos	5	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	6	Custo médio anual			4.507,19
			Veículo de Passeio	11				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: PLANILHA DE CONTROLE EXCEL

UG: 323004	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	CMW0741	RANGER-FORD	2003	129.921	12	370,39	39,00	409,39
	DJP7544	RANGER-FORD	2008	105.965	7	0	42,00	42,00
	DJP7547	RANGER-FORD	2008	108.520	7	1.182,49	232,00	1.414,49
	FEY9265	RANGER-FORD	2012	21.828	3	3.891,35	1.465,00	5.356,35
	FEY9276	RANGER-FORD	2012	20.954	3	2.763,29	1.140,00	3.903,29
	FAI7660	RANGER-FORD	2012	24.852	3	3.795,10	1.148,00	4.943,10
Veículo de Passeio	BVZ9379	PARATI	1996	182.038	19			
	BVZ9376	PARATI	1996	211.701	19			
Total de Veículos	8	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	5,8m	Custo médio anual			2.008,58
			Veículo de Passeio	19				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A frota de viaturas viabiliza as atividades de fiscalização minerária e de atividades meio								
Fonte: Controles internos								

UG: 323005	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JFQ 5275	NISSAN/FRONTIER 4X4 SE	2004	1.628	10	50,00	4.645,70	4.695,70
	GMF 5009	NISSAN/FRONTIER 4X4 SE	2006	8.240	8	2.262,76	242,96	2.505,72
	GMF 6832	MMC/L200 4X4 GL	2011	30.407	3	7.694,20	1.876,26	9.570,46
	GMF 6833	MMC/L200 4X4 GL	2011	15.318	3	1.041,57	7.891,89	8.933,46
	GMF 6834	MMC/L200 4X4 GL	2011	22.858	3	1.346,13	7.228,21	8.574,34
	GMF 6835	MMC/L200 4X4 GL	2011	33.006	3	8.533,35	941,96	9.475,31
	GMF 6837	MMC/L200 4X4 GL	2011	18.449	3	839,15	2.431,17	3.270,32
	GMF 6839	MMC/L200 4X4 GL	2011	18.819	3	754,54	7.981,38	8.735,92
	GMF 6840	MMC/L200 4X4 GL	2011	8.033	3	875,39	3.659,43	4.534,82
	GMF 6989	MMC/L200 TRITON 3.2 D	2012	21.590	2	4.004,01	1.745,96	5.749,97
	GMF 7125	FORD RANGER XL CD4 22	2012	16.440	2	4.588,71	5.598,51	10.187,22
	GMF 7126	FORD RANGER XL CD4 22	2012	20.240	2	2.371,59	12.129,20	14.500,79

	OKT 6727	FORD RANGER XL CD4 22	2012	9.337	2	1.710,99	5.878,69	7.589,68
Veículo de Passeio	GMF 4777	FIAT/PÁLIO WEEK ELX FLEX	2006	4.078	8	1.216,00	1.749,44	2.965,44
	JKH 8231	FIAT/MAREA ELX	2006	11.360	8	3.433,80	1.184,95	4.618,75
Total de Veículos	15	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	3,6	Custo médio anual		7.060,53
				Veículo de Passeio	8			

**Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:**

UG: 323006	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	KGG8214	GM/D20 cam.aberta	1996	153.513	19	150,01		150,01
	KKE1048	Hit.L2004x4GLbasico	2001/2002	164.141	13	117,53		117,53
	KLP5441	Ford Ranger XLS4x4	2003/2004	110.269	11	710,48	4.710,41	5.420,89
	KLX4953	Ford Ranger XLS4x4	2008	62.326	06	3.527,10	1.225,56	4.752,66
	PEO0747	Ford Ranger XLCD4x4-2.2	2012/2013		02	2.904,99		2.904,99
	PEO0977	Ford Ranger XLCD4x4-2.2	2012/2013	852	02			
Veículo de Passeio	KLD4224	VW Parati16v turbo	2002	53.457	13	447,03		447,03
	KHE2022	VW/Parati 1.6 city básico	2004/2005	42.214	10	646,21		646,21
Total de Veículos	8	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	53	Custo médio anual		14.439,32
				Veículo de Passeio	23			

**Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:**

Fonte: Controles internos

UG: 323007	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OFR 6329	RANGER XL 2.2	2012	62.787	3	9.812,94	3.140,59	12.953,53
	OFR 6459	RANGER XL 2.2	2012	58.825	3	9.275,82	6.879,10	16.154,92
	JVZ 1173	FORD RANGER	2008	116.763	7	2.965,39	10.859,54	13.824,93
	JUP 2022	FORD RANGER	2003	100.339	12	587,43	209,96	797,39
	JUP 2042	FORD RANGER	2003	99.760	12	-	109,96	109,96
	OFK 0161	MITSUBISHI L200	2011	1.153	4	79,30	782,96	862,26

	OFK 0091	MITSUBISHI L200	2011	70.097	4	8.462,65	7.285,02	15.747,67
	OFK 0011	MITSUBISHI L200	2011	63.524	4	5.887,90	8.809,98	14.697,88
	JUN 8083	MITSUBSHI L200	2005	134.227	10	-	109,96	109,96
	JUM4279	MITSUBSHI L200	2001	140.010	14	104,76	159,96	264,72
	JUM 3219	MITSUBSHI L200	2001	154	14	329,44	904,93	1.234,37
Veículo de Passeio	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Veículos		Idade média por grupo	Veículo Utilitário	7,91	Custo médio anual			6.977,96
			Veículo de Passeio	0				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Os Veículos do DNPM/PA são utilizados de acordo com a Norma Administrativa 009- Frota de Transporte e recebem manutenção em conformidade com a PA 009-03- Utilização e Manutenção de Equipamento de Transporte.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos do DNPM/PA é de extrema importância para que as equipes de fiscalização possam desenvolver as atividades de campo, e também para atender as demandas do Gabinete e da Divisão de Gestão Administrativa.

Fonte: Controles internos

UG: 323008	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OGO4751	Caminhonete/ Mitsubishi	2011	62.032	4	5.395,81	5.862,83	11.258,64
	OMI8036	Caminhonete/ Ranger	2012	54.764	3	6.447,69	7.279,93	13.727,62
	OMI7646	Caminhonete/ Ranger	2012	52.453	3	8.064,46	3.805,63	9.857,83
	OMI7966	Caminhonete/ Ranger	2012	70.171	3	8.392,18	9.014,65	17.206,11
	OMI7826	Caminhonete/ Ranger	2012	69.593	3	7.270,24	7.145,01	15.537,19
	OMI7746	Caminhonete/ Ranger	2012	65.883	3	-	6.231,20	13.501,44
	OOE4576	Carreta para Barco/Calaça	2014	-	9 m	-	-	-
		Barco/Calaça	2014	-	9 m	-	-	-
Veículo de Passeio	NFP6841	Parati/ VolksWagen	2004	126.419	11	1.228,45	1.448,76	2.677,21
Total de Veículos	8	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	4	Custo médio anual			11.966,5
			Veículo de Passeio	11				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: DECRETO N°6.403, DE 17 de março de 2008.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Continuidade dos serviços de fiscalização e cumprimento de metas

Fonte: Setor de Transportes-DNPM/GO

UG: 323009	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OKT3917	RANGER XL CD4	2012	53.026	3	1.200,00	853,00	2.053,00
	OKT2262	RANGER XL CD4	2012	55.162	3	850,00	853,00	1.703,00
	OKT7452	RANGER XL CD4	2012	56.325	3	1.351,00	853,00	2.204,00
	GMF6836	L200 4X4 GL	2011	62.158	4	1.052,00		1.052,00
	JRK 2466	RANGER XL 13 P	2008	131.589	7	350,00	109,96	459,96
	JRK 2360	RANGER XL 13 P	2008	84.021	7	110,00	109,96	109,96
	JPZ 3318	RANGER XL	2003	246.750	12		109,96	109,96
	JPZ 3319	RANGER XL	2003	199.980	12		109,96	109,96
	JPZ 0951	MMC L200 4X4 GL	2001	212.031	14		109,96	109,96
	JPZ 5190	MMC L200 4X4 GL	2005	144.068	10		109,96	109,96
	JKZ 5356	HILUX FORD COMIL VERSATILE I	1998	185.991	17		109,96	109,96
	JKZ 3241	BLAZER	1997	119.841	18		109,96	109,96
Veículo de Passeio	GMF4833	FIAT MAREA	2006	67.241	8	1.079,49	105,25	1.184,74
Total de Veículos	13	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	8,46	Custo médio anual		686,81	
			Veículo de Passeio	9,00				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto 6.403/2008								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Ferramenta de fiscalização da atividade finalística do Órgão								
Fonte: Controles internos								

UG: 323010	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JWG 5210	Pampa/Ford	1993	41.754	21	0,00	0,00	0,00
	JWK 7743	F1000/Ford	1995	72.916	19	0,00	0,00	0,00
	JXI 7040	Bandeirante/Toyota	1996	66.279	18	0,00	0,00	0,00
	JWS 0678	S10/GM	1999	30.523	15	0,00	0,00	0,00

	JWX 6834	Ranger/Ford	2003	28.299	11	0,00	0,00	0,00
	JXB 4716	L200/MMC	2005	54.601	10	1.081,15	9.691,11	10.772,26
	NOI 1134	Ranger/Ford	2008	42.924	6	2.271,06	887,02	3.158,08
	OAJ 5475	Ranger/Ford	2012	451	2	0,00	0,00	0,00
Veículo de Passeio	JWG 1720	Escort Hobby/Ford	1993	49.721	21	0,00	0,00	0,00
	JWO2112	GL/Ford	1997	31.815	16	0,00	0,00	0,00
Total de Veículos	10	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	12,75	Custo médio anual			1.393,03
			Veículo de Passeio	18,5				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa N° NA009, de 31/01/2002, do Diretor-Geral do DNPM.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A Superintendência do DNPM/AM realiza frequentemente diligências para a realização de fiscalização das atividades minerárias, bem como averiguações de denúncias, dentre outras, nas diversas localidades do Estado do Amazonas onde é possível o acesso rodoviário, assim como na área urbana. 07 (sete) dos veículos listados estão sem condições de trafegar e a manutenção, conforme orçamentos realizados em empresas do ramo, ficou com valor acima de 50% do valor de mercado desses veículos. Portanto a recuperação dos mesmos é economicamente inviável.

Fonte: Processos de Aquisição e Manutenção de Veículos/PCSF/Guias de Autorização de Saída de Veículos-2014

UG: 323011	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	KPA 4892	FORD RANGER	2012	27.438	2	2.623,02	2.481,96	5.104,98
	KYR 7676	FORD RANGER	2012	31.034	2	3.604,56	3.072,96	6.677,52
	KYS 5066	FORD RANGER	2012	24.659	2	2.484,41	5.476,96	7.961,37
	LPE 5385	FORD RANGER	2008	107.723	6	1.015,20	3.191,16	4.206,36
	KNO 4877	FORD RANGER	2008	41.678	6	635,38	5.461,16	6.096,54
	LNR 0498	MITSUBISHI 4 X 4	2001	0	14	0	109,96	105,25
	KWQ 0123	FORD RANGER	2003	0	12	0	109,96	105,25
	LCI 9122	MITSUBISHI 4 X4	2005	0	10	0	109,96	105,25
Veículo de Passeio	LBL 3257	GOL/VW	1996	0	19	0	4.092,00	4.092,00
	BRZ 5822	KADET GL	1996	0	19	0	105,25	105,25
	GBG 0499	PARATI CL/VW	1996	0	19	0	105,25	105,25
Total de Veículos	11	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	6 anos	Custo médio anual			3.151,36
			Veículo de Passeio	19 anos				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto n° 6.403, de 17 de março de 2008; Lei 1.081, de 13 de abril de 1950;

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Os veículos são de vital importância para execução das atividades finalísticas do Órgão.

Fonte: Controles internos

UG: 323012	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	HUE 3463	FORD RANGER XL 13F	2003	0	11		109,96	109,96
	HUE 3473	FORD RANGER XL 13F	2003	0	11		109,96	109,96
	HUE 3483	FORD RANGER XL 13F	2003	0	11		109,96	109,96
	HYN 9876	FORD RANGER XL 13P	2008	0	06		109,96	109,96
	HYN 9856	FORD RANGER XL 13P	2008	6.765	06	2.539,33	1.811,96	4.351,29
	OHZ 8559	FORD RANGER XL CD4 2.2	2012	6.049	02	4.016,54	1.039,19	5.055,73
	OHZ 8569	FORD RANGER XL CD4 2.2	2012	22.015	02	5.983,40	1.615,62	7.599,02
	HXV 9250	L200 MITSUBISHI	2001	0	13		109,96	109,96
	HUS 8487	Toyota Bandeirante	1996	0	18		109,96	109,96
Veículo de Passeio	HWR 7143	VW PARATI 1.6 CITY	2004	1.732	10	640,46	792,85	1.433,31
	HVU 3609	VW GOL	1997	0	17		105,25	105,25
Total de Veículos	11	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	8,88	Custo médio anual	1.745,85		
			Veículo de Passeio	13,5				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950 e NA 009 – Frota de Transportes do DNPM

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: É de suma importância a frota de veículos sobre as atividades desta Superintendência, principalmente quando nos referimos aos deslocamentos para o campo, relativos às fiscalizações minerárias, objetivo maior do Órgão. Quanto ao impacto, muito embora existam alguns veículos com idade bastante avançada, a frota atende satisfatoriamente às necessidades da Autarquia no Estado. Apesar desta UJ prezar muito pela manutenção eficiente da frota de veículos oficiais, através de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva destes veículos, encontramos desde 2013 sem esse tipo de contrato, em virtude da falta de crédito orçamentário/recursos financeiros, não existindo disponibilidade sequer para os devidos abastecimentos de combustíveis

Fonte: Arquivos da SUP/DNPM/CE

UG: 323013	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	LZT8865	HILUX 2.8 TOYOTA	1998	248.167	17	1.330,34	1.552,37	2.882,71
	LZK5552	HILUX 2.8 TOYOTA	1998	251.943	17	1.896,21	741,37	2.637,58
	MDZ9931	RANGER 2.8 FORD	2003	253.915	12	611,07	3.162,66	3.773,73
	MDZ9861	RANGER 2.8 FORD	2003	249.190	12	0,00	192,08	192,08

	MFD6934	RANGER 3.0 FORD	2008	107.727	7	584,82	372,08	956,90
	MEU5571	FRONTIER/NI SSAN	2005	87.178	10	1.326,95	6.091,41	7.418,36
	MKJ3287	RANGER 2.2 FORD	2012	55.698	3	6.185,82	1.745,88	7.931,70
	MKJ3347	RANGER 2.2 FORD	2012	65.665	3	9.084,53	4.717,40	13.801,93
Veículo de Passeio	MBW8320	GOL 1.8/VW	1997	121.388	18	427,15	237,37	664,52
	JKH8481	MAREA 1.8/ FIAT	2006	63.202	9	776,16	167,37	943,53
	JKH8491	MAREA 1.8/ FIAT	2006	51.733	9	2.325,34	599,74	2.925,08
Total de Veículos	1	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	10,125	Custo médio anual			44.128,12
			Veículo de Passeio	12				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa – NA009.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas têm elevada importância na realização dos trabalhos.								
Fonte: Controles Internos								

UG: 323014	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JFK 2194	MITSUBISH	2001	-	13	-	209,96	209,96
	JZY 8797	RANGER	2003	30	11	-	3.135,56	3.135,56
	NJF 3875	RANGER	2008	1.017	6	444,15	2.521,00	2.965,15
	GMF 5549	RANGER	2008	1.034	6	288,36	2.127,96	2.416,32
	OBI 1817	RANGER	2012	26.019	2	8.459,59	8.086,83	16.546,42
	OBI 1958	RANGER	2012	17.894	2	4.224,94	9.065,76	13.290,70
	OBI 1988	RANGER	2012	4.056	2	894,29	1.663,43	2.557,72
Veículo de Passeio	JZC 3158	GOL	1999	27	15	-	1.666,15	1.666,15
	JZZ 7864	PARATI	2004	1.916	10	755,22	1.167,75	1.922,72
Total de Veículos	9	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	6,00	Custo médio anual			4.967,85
			Veículo de Passeio	12,50				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: IN nº 09, de 26/08/1994 alterada pela IN nº 08 de 21/11/1995 MARE.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Atender as atividades Meio e Fim da Superintendência do DNPM/MT								
Fonte: Mapa controle anual de veículos – Concessão de Suprimento de Fundos – Relatório de manutenção de veículos – Licenciamento e DPVAT.								

UG: 323015	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	ALN 8440	RANGER/FORD	2003	147.420	11	1.260,10	919,13	2.179,23
	ALN 8441	RANGER/FORD	2003	127.040	11	0,00	174,17	174,17
	AQA 8856	RANGER/FORD	2008	115.177	6	997,37	1.181,79	2.179,16

	AWC 9405	RANGER/FORD	2012	31.102	2	3.376,90	1.466,90	4.483,80
	AHR 1653	HILUX/TOYOTA	1997	188.923	17	0,00	174,17	174,17
Veículo de Passeio	AML 4049	PARATI/VW	2004	98.975	10	1.115,99	249,46	1.365,45
Total de Veículos	6	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	9,4	Custo médio anual	1.591,75		
			Veículo de Passeio	10				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: Controles internos

UG: 323016	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	MNB 2050	RANGER/FORD	2003	3.112	12	1.492,03		1.492,03
	MYN 3919	L200/MITSUBISHI	2001	4.130	14	914,37	65,00	979,37
	MZC 4032	RANGER/FORD	2008	5.245	7	1.259,97	361,00	1.600,95
	OJT 6198	RANGER/FORD	2013	16.157	2	4.491,72	150,00	4.641,72
	MMV 8341	L200/MITSUBISHI	2001	2.190	14	417,89		417,89
	MZF 2302	L200/MITSUBISHI	2005	8.950	10	2.413,99	276,00	2.689,99
Veículo de Passeio	MYM 2528	PARATI/VW	2001	0	14	0,00	0,00	0,00
Total de Veículos	7	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	10	Custo médio anual	11.821,95		
			Veículo de Passeio	14				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto N° 6.403, de 17 de março de 2008, Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 3, de 15 de maio de 2008 e Norma Administrativa n° 009 – Frota de Transporte do DNPM.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são imprescindíveis para a consecução das atribuições e metas institucionais do Órgão e são utilizadas na fiscalização da atividade minerária, vistorias de campo, investigação de denúncias, emissão de posses e aplicação de autos de paralisação, demandas essas que costumam desenvolver-se em locais distantes de centros urbanos, de difícil acesso ou com malhas viárias precárias ou inexistentes, o que não seria possível sem a utilização de viaturas próprias e adequadas para desenvolvimento dos trabalhos

Fonte: SGADM/SUP/DNPM/RN

UG: 323017	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OFA 1764	FORD RANGER	2012	18.300	2	3.024,76	631,17	3.655,93

	OFA 1774	FORD RANGER	2012	33.977	2	5.378,36	1.754,68	7.133,04
	MOB 1754	FORD RANGER	2008	139.142	6	3.464,49	1.456,40	4.920,89
	MNV 8341	FORD RANGER	2003		11		237,40	237,40
	MNB 2050	MITSUBISH L200	2001		13		237,40	237,40
Veículo de Passeio	MOL 5139	VW PARATI	2004	70.614	10	253,01	338,69	573,70
	MNU 8940	VW GOL	2007		7		232,69	232,69
Total de Veículos	7	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		6,8	Custo médio anual		2.427,29
			Veículo de Passeio		8,5			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: Controles internos

UG: 323018	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JVZ 1083	FORD RANGER XL	2008	135.086	8	5.000,00	2.000,00	7.000,00
	NEI 6933	FORD RANGER XL CD4 22	2012	27.012	3	5.259,64	1.500,00	6.759,64
Veículo de Passeio	NES 1350	VW – PARATI 1.6 CITY	2004	43.852	10	1.000,00	1.100,00	2.100,00
Total de Veículos	3	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		6	Custo médio anual		15.859,64
			Veículo de Passeio		10			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: Controles internos .

UG: 323019	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OLJ 4407	FORD/RANGE R	2012	22.846	2	3.845,97	1.860,17	5.706,14
	OLJ 4467	FORD/RANGE R	2012	25.336	2	3.788,22	1.846,55	5.634,77
Veículo Passeio	--	-	-	-	-	-	-	-

Total de Veículos	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	02	Custo médio anual	5.670,45
		Veículo de Passeio	-		

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Além da legislação federal, no âmbito do DNPM a forma de utilização da frota é regulada pela Norma Interna NA009. Os veículos são utilizados nas viagens de fiscalização de campo, e em serviços administrativos urbanos.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Os veículos são utilizados nas atividades fim e meio da instituição.

Fonte: Controles internos.

UG: 323020	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	HZU 1390	MMC/L200 4X4GL	2001	63.284	14	0,00	111,96	111,96
	IAN 0789	FORD RANGER XL 13P	2008	33.557	7	1.033,32	111,96	1.145,28
	OEN 8807	FORD RANGER XL CD422	2012	10.638	3	2.447,08	2.141,96	4.589,04
Veículo Passeio	HZZ 1811	VW/PARATI 1.6 CITY	2004	19.566	11	136,92	107,25	244,17
Total de Veículos	4	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	8	Custo médio anual			6.090,45
			Veículo de Passeio	11				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: DECRETO Nº 6.403, DE 17 de março de 2008.

Fonte: SGADM ARQUIVO

UG: 323021	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	GF-0887	D10/Chevrolet	1984	59.934	30	0,00	0,00	0,00
	NBL-8520	Saveiro CLI/VW	1997	55.253	17	0,00	0,00	0,00
	NBL-8720	Saveiro CLI/VW	1997	48.655	17	0,00	0,00	0,00
	NBS-0320	Pampa/Ford	1993	34.398	20	0,00	0,00	0,00
	JWU-0753	L200/Mitsubishi	2001	97.308	13	351,24	217,00	568,24
	NCK-6211	Ranger/Ford	2003	102.976	11	0,00	177,00	177,00
	NCO-9152	L200/Mitsubishi	2005	135.213	09	0,00	55,00	55,00
	NDT-1512	Ranger/Ford	2008	119.779	06	5.057,77	1.782,00	6.839,77
	NDT-1532	Ranger/Ford	2008	Sinistrada	06	0,00	0,00	0,00
	OHU-9199	Ranger/Ford	2012	23.054	02	3.627,00	2.992,47	6.619,47
Veículo Passeio	GF-0022	Gol/VW	1987	14.397	27	0,00	0,00	0,00
	NBN-8710	Gol CLI/ VW	1993	45.080	21	0,00	0,00	0,00
	NBS-0120	Elba Weekend/Fiat	1994	78.500	20	0,00	0,00	0,00

Total de Veículos	13	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	13,1	Custo médio anual	2.851,90
			Veículo de Passeio	22,6		
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:						
Fonte: Controles internos.						

UG: 323022	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	ODG 5920	FORD RANGER XLCD4 22	2012	31.366	03	3.786,76	3.404,89	7.191,65
	ODK 7991	FORD RANGER XLCD4 22	2012	36.211	03	3.786,76	3.404,89	7.191,65
	ODK 7990	FORD RANGER XLCD4 22	2012	27.482	03	3.786,76	3.404,89	7.191,65
	MSE 9631	FORD RANGER XL 13P	2008		07	0,00	0,00	0,00
Veículo Passeio	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Veículos	4	Idade média por grupo		Veículo Utilitário		Custo médio anual		21.574,95
				Veículo de Passeio				

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: Controles internos.

UG: 323023	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	LVT 6890	MITSUBISHI L200 GL 4X4 MTCD	2001	170.178	14	118,44	150,00	268,44
	LVK 5815	TOYOTA BANDEIRANTE JIPE CURTO 4X4	1998	74.315	17	218,25	150,00	368,25
	NIW 5810	FORD RANGER XL 3.0 4X4 CD	2008	103.193	7	376,57	410,00	786,57
	OEG 3776	FORD RANGER XL 2.2 4X4 CD	2012	29.115	3	2.640,26	250,00	2.890,26
Veículo Passeio	LVI 4200	VOLKS GOL CLI 1.6	1996	77.980	19	29,56	200,00	229,56
Total de Veículos	5	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	10	Custo médio anual		908,62

			Veículo de Passeio	19	
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:					
Fonte: Controles internos.					

UG: 323024	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JYR 1491	GM/BLASER	1998	128.238	15	0,00	0,00	0,00
	NHT1487	FORD/RANGER	2008	30.520	5	0,00	0,00	0,00
	NHT1453	FORD/RANGER	2008	67.809	5	549,00	766,00	1.315,00
	OIU 6714	FORD/RANGER	2012	11.231	2	1.466,22	1.052,00	2.518,22
	OIV 0992	FORD/RANGER	2012	12.946	2	861,33	1.277,00	2.138,33
	OIV 3877	FORD/RANGER	2012	15.377	2	1.342,51	1.330,00	2.672,51
Veículo Passeio	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Veículos	6	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	5,16	Custo médio anual		1.440,67
				Veículo de Passeio	-			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:								
Fonte: Controles internos.								

UG: 323025	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	HTO 3216	Ford Ranger XL CD4 22/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2012	25.017	2	1.668,76	6.560,10	8.228,86
	JZQ 8865	Ford Ranger XL 13 F/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2003	137.864	12	276,11	0,00	276,11
	HQH 9704	Mitsubishi L200 4x4 GL/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2005	138.630	9	7.319,37	910,00	8.229,37

	HSB 3815	Ford Ranger XL 13 F/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2008	56.380	6	0,00	0,00	0,00
Veículo Passeio	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Veículos	4	Idade média por grupo 7 anos		Veículo Utilitário	04	Custo médio anual		4.183,58
				Veículo de Passeio	-			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As atividades de fiscalização de lavra são realizadas através de viagens com o veículo da UG.

Fonte: Controles internos.

UG: 323026	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	NAI-1608	TOYOTA BAND	1997	N/F	17	524,10	681,68	1.205,78
	NAZ-1690	RANGER – FORD	2008	30.084	6	789,34	2.211,68	3.001,02
	NUI-9039	RANGER – FORD	2012	4.239	2	789,58	862,68	1.652,26
Veículo Passeio	NAK- 7003	GOL 1.6 – WV	2002	50.234	12	167,40	986,82	1.154,22
Total de Veículos	Idade média por grupo			Veículo Utilitário	8,33	Custo médio anual		1.753,32
				Veículo de Passeio	12			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: Controles internos.

UG: 323027	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilômetros utilizados	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	MVJ 8591	Ford Ranger	2008	77.918	6	3.000,00	3.800,00	6.800,00
	NLZ 2794	Ford Ranger	2003	76.130	11	3.000,00	3.500,00	6.500,00
Veículo Passeio	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Veículos	2	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	8,5	Custo médio anual		13.300,00
				Veículo de Passeio	0			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Fonte: Controles internos.

8.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	AM	1	1
	Manaus	1	1
	BA	1	1
	Salvador	1	1
	DF	1	1
	Brasília	1	1
	GO	1	1
	Goiânia	1	1
	MA	1	1
	São Luiz	1	1
	MG	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	MS	1	1
	Campo Grande	1	1
	MT	1	1
	Cuiabá	1	1
	PARÁ	2	2
	Belém	1	1
	Itaituba	1	1
	PE	4	4
	Recife	4	4
	PR	1	1
	Curitiba	1	1
	RJ	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	RN	1	1
	Natal	1	1
	RR	1	1
	Boa Vista	1	1
	RS	2	2
	Porto Alegre	2	2
	SC	3	3
	Florianópolis	1	1
Criciúma	2	2	
SP	2	2	
São Paulo	1	1	
São Pedro	1	1	
Subtotal Brasil		25	25
EXTERIOR		0	0
		0	0
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		25	25

Fonte:

8.2.2. Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO A.8.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
323002	970117452.510-3	3	7	1.946.138,50	13/02/15	16.811.973,75	2.188.258,00	14.094,15
323003	880100445.500-5	3	3	794.742,00	18/11/13	3.197.674,39	0,0	12,90
323003	880100487.500-4	3	6	2.481.581,00	18/11/13	6.330.876,35	0,0	
323004	710700591.500-9	10	3	2.381.824,00	18/07/13	5.919.564,17	0,0	385.753,64
323004	710900002.500-1	10	5	763.590,24	18/07/13	795.366,82	0,0	
323005	412300271.500-4	3	5	1.546.980,00	30/12/14	6.523.569,61	0,0	27.994,18
323006	253100739.500-3	3	3	388.930,00	22/12/14	6.217.876,60	0,0	2.536,91
323006	253100741.500-4	3		212.297,41	11/08/14	6.217.876,60	0,0	
323006	253100743.500-5	3	3	74.450,78	22/12/14	234.633,64	0,0	
323006	253100746.500-1	3		229.610,17	11/08/14	723.511,51	0,0	
323007	042700078.500-9	3	5	542.381,60	01/09/14	5.045.803,23	0,0	23.925,50
323007	047100260.500-1	3		36.664,30	01/09/14	75.632,29	0,0	
323008	937300293.500-0	3	5	1.416.417,84	31/12/14	2.485.443,32	0,0	7.356,45
323009	384900584.500-9	3	4	12.450.000,00	24/12/14	12.817.275,00	0,0	3.867.155,70
323010	025500759.500-9	3	4	2.575.920,81	31/12/14	2.575.920,81	0,0	5.837,59
323013	808900021.500-2	13	4	3.338,59	25/04/13	105.575,40	0,0	7.905,47
323013	808900022.500-8	13	2	600.000,00	25/04/13	6.400.000,00	0,0	
323014	906700177.500-6	3	7	562.431,00	18/07/13	5.919.564,17	0,0	12.168,81
323015	753500345.500-1	13	7	758.853,48	25/09/12	1.628.347,97	0,0	2.005,00
323016	176100436.500-5	3	3	35.288,82	13/02/14	507.502,01	0,0	752,30
323024	092100542.500-0	13	3	168.214,42	24/12/14	184.028,70	0,0	1.226,81
323025	905100244.500-3	3	3	18.000,00	11/09/14	841.274,00	0,0	
323026	030100178.500-9	4	7	15.000,00	30/09/14	499.603,66	0,0	292,70
TOTAL							2.188.258,00	4.377.290,47

Fonte: SIAFI/SPIUNET/SUPERINTENDÊNCIAS

QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	970117452510-3
	Endereço	SAN Quadra 1 Bloco B DNPM
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	ANS – Associação Nacional dos Servidores do DNPM
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Espaço cultural
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	Sala no sub solo com 35m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	-
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Ressarcimento gastos com telefonia.

8.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

8.2.4. Análise Crítica

O Órgão possui imóveis de propriedade da União que são utilizados como sede e pelas 25 unidades distribuídas nos estados federados.

Esses imóveis são gerenciados quanto ao aspecto legal pela Seção de Patrimônio do DNPM/SEDE e gerenciados quanto a manutenção e as intervenções de reformas ou aplicações, pela Divisão de Engenharia do DNPM/SEDE. Os imóveis estão formalmente registrados no sistema SPIUNet e seus dados atualizados em conformidade com os registros contábeis.

O DNPM não ocupa nem gerencia imóveis funcionais, mas há Imóveis utilizados pelo DNPM, por empréstimo de outras esferas de governo ou entidades governamentais, a saber:

GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO		
Imóveis cedidos ao DNPM, de Estados e Municípios,		
Item	Superintendência	Cedente
1	Escritório do Crato - CE	Estado do Ceará
2	Escritório Criciúma (3) Rua Agrícola Índio Guimarães, 273 Bairro Comerciarío	Prefeitura Municipal de Criciúma
3	Superintendência do DNPM - SE	Cooperativa Estadual
4	Escritório do Acre – AC	Secretaria de Serviços Sociais do Estado do Acre
5	Superintendência do DNPM -RO	Estado de Rondônia

O imóvel localizado em Porto Velho – RO, pertence ao Estado de Rondônia, que, por intermédio do órgão responsável, está promovendo a transferência para a União/DNPM;

O imóvel RIP nº 808900022.500-8, localizado em Florianópolis-SC, pertence à União e parte é utilizada pelo DNIT e outra pelo DNPM. A União, por intermédio do órgão responsável, está promovendo a formalização do uso pelo DNIT. Conforme entendimentos, o DNIT promoverá a formalização do uso da parte utilizada pelo DNPM.

O imóvel RIP nº 600102117.500-5, localizado no Rio de Janeiro-RJ, onde funciona a Superintendência-RJ, pertence à União e não está formalmente cedido ao DNPM. O pedido de regularização data de 03 de dezembro de 2013, Ofício nº 3120/2013/SUP/DNPM/RJ, que informa a Superintendência do Patrimônio da União do Rio de Janeiro o interesse na regularização/formalização do uso das salas pelo DNPM.

Cabe esclarecer que os gastos com manutenção predial realizados nas Superintendências de São Paulo (R\$ 385.753,64) e Bahia (R\$ 3.867.155,70) não se referem a manutenção e sim despesa com reforma. As unidades gestoras já foram instruídas a fazer os ajustes necessários, no que se refere ao registro contábil dos bens, bem como mudar os procedimentos para novas reformas/aquisições de despesas dessa natureza.

Quanto ao estado de conservação, a maioria das edificações sob responsabilidade da UJ apresenta necessidades de intervenções construtivas, dada a inexistência de histórico de reformas e manutenção preventiva com abrangência suficiente para o prolongamento da vida útil das edificações e seus sistemas.

Neste aspecto, é necessário salientar que, das 42 edificações distribuídas em âmbito nacional, cerca de 50% apresenta demanda por manutenção corretiva de grande abrangência. Entre os problemas enfrentados, citam-se: vazamentos, infiltrações, inadequações e inseguranças elétricas, instabilidade e confiabilidade limitada das redes de telecomunicações, deficiências nos sistemas contra-incêndio, obsolescência dos sistemas e aparelhos de climatização, além de necessidades de aprimoramentos sanitários e estéticos. Nesta situação encontram-se as Superintendências e escritórios regionais dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e a própria sede no Distrito Federal.

Entretanto, mesmo com as restrições de pessoal e orçamentárias no exercício de 2014, houve a continuidade dos serviços para a reforma da Superintendência/MG, a continuidade dos serviços para a reforma da Superintendência/BA, recuperação emergencial do telhado da Superintendência/RS, entre outras pequenas intervenções. Contratações de elaboração de projeto executivo para as reformas da Superintendência/SP e no escritório de São Pedro-SP, recuperação emergencial do telhado, calçada e executado “retrofit” com a substituição do disjuntor 13.8kV e seu comando para remoto na cabine primária do mesmo.

Contratação de elaboração de projeto executivo para as reformas do DNPM/SEDE-DF e Superintendências/RN e GO. Estas ações demonstram a preocupação da Autarquia com a gestão dos bens imóveis, mesmo diante das restrições citadas. Destaca-se neste contexto a publicação da Portaria do MPOG, em agosto de 2013, que suspendeu novas contratações para execução de obras, reformas e serviços de engenharia, restringindo a implementação de ações para diminuição dos riscos e preservação do patrimônio público.

Convém destacar ainda que está em fase final de reforma, o prédio da Superintendência da Bahia, com ocupação prevista para o primeiro semestre de 2015. Isso implica a diminuição da despesa de custeio com locação.

As demais unidades apresentam necessidades de manutenção preventiva e maior disponibilidade de área.

É necessário salientar que o atual quadro de engenheiros e técnicos competentes para a execução das atividades relacionadas à gestão da infraestrutura e manutenção predial resume-se a 4 pessoas: 1 engenheiro civil, 1 engenheiro eletricista e 2 técnicos em edificações.

8.3. BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	AL	1	1
	Maceió	1	1
	AP	1	1
	Macapá	1	1
	BA	1	1
Salvador	1	1	

	CE	1	1
	Fortaleza	1	1
	ES	1	1
	Vitória	1	1
	MG	3	3
	Governador Valadares	1	1
	Patos de Minas	1	1
	Poços de Caldas	1	1
	MT	1	1
	Cuiabá	1	1
	PB	1	1
	Campina Grande	1	1
	PI	1	1
	Teresina	1	1
	TO	1	1
	Palmas	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1		
	-		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Análise Crítica

Nos estados federados ou localidades que o DNPM não tem imóveis de propriedade da União que atenda às suas necessidades, há imóveis locados para esta finalidade. São em número de 12 (doze) os imóveis locados.

Das despesas realizadas destaca-se o valor de R\$ 11.000,00 com gastos de manutenção do elevador do prédio locado para acomodar a Superintendência do DNPM em Vitória – ES, por se tratar de despesa com o uso do equipamento, conforme previsão contratual.

Quando há a necessidade de intervenções nos imóveis de terceiros decorrentes do próprio uso são via de regra de responsabilidade do locador, ou na sua ausência/inércia realizadas pelo DNPM e as despesas descontadas dos valores de aluguéis.

9. GESTÃO DA TECNOL. DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

9.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.9.1 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
27/2009	Desenvolvimento de Software	11/2009 a 11/2015	41.893.678/0001-28	Squadra Tecnologia em Software	3.250.000,00	2.951.664,01
02/2013	Serviços de suporte ao ambiente de infraestrutura	01/2013 a 01/2016	37.057.387/0001-22	Hepta Informática LTDA.	2.564.617,08	2.199.385,65
23/2013	Rede MPLS	12/2013 a 12/2015	40.432.544/0001-47	Embratel Participações S.A	3.335.772,12	2.962.642,14
13/2014	INFOVIA	12/2013 a 12/2015	33.683.111/0002-80	SERPRO	345.840,00	345.840,00

Os Principais sistemas de apoio aos macroprocessos finalísticos do órgão os quais apoiam a área de **OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS**, são:

- SCM - Sistema CADASTRO MINEIRO: É responsável pela automação do processo de outorga, controlando requerentes (pessoas físicas ou jurídicas), solicitações, prioridades, prazos , fases do processo, ações necessárias e emissão/publicação dos documentos necessários à formalização dos atos previstos nos Código de Mineração;
- SIGAREAS: Aplicação desenvolvida baseada em tecnologia de geoprocessamento com o objetivo de identificar e tratar sobreposição de áreas nas diversas fases do processo minerário, prover funcionalidades que auxiliem os técnicos nas atividades de análise de processos e controle das áreas sob os diversos regimes de pesquisa e exploração.

Os Principais sistemas de apoio aos macroprocessos finalísticos do órgão os quais apoiam a área de **FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO**, são:

- AUTFIS: Sistema que controla o processo de autuação do minerador em caso de não conformidade com os prazos e exigências definidas pelo DNPM. Atualmente está implementado a funcionalidade de autuação por não entrega do Relatório Final de Pesquisa, estando em desenvolvimento a que controla o prazo de comunicação de início de pesquisa;
- SIGFIS: Sistema responsável pela automação dos processos de planejamento, emissão de documentos e execução de vistorias, de planejamento de análises técnicas e de emissão de relatórios gerenciais,
- ANALISADOR DO RAL: Sistema responsável pelo controle das informações declaradas pelos mineradores através do sistema RALWeb, possibilitando, através de cruzamento com informações provenientes de outros sistemas, a identificação, análise e encaminhamento de exigências e/ou vistorias.

Os Principais sistemas de apoio aos macroprocessos finalísticos do órgão os quais apoiam a área de **GESTÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÃO**, são:

- **ARRECADAÇÃO E CFEM:** Sistemas desenvolvidos para controlar o processo de arrecadação da Autarquia, contemplando funcionalidades que controlam prazos, valores devidos, valores recolhidos, conciliação e distribuição dos recursos arrecadados conforme previsto na Legislação. Produz também os relatórios gerenciais necessários a uma efetiva gestão dos recursos oriundos da pesquisa e exploração mineral.
- **CADIN:** Sistema que automatiza o processo de inscrição/retirada de devedores no cadastro de inadimplentes do Banco Central – CADIN/BACEN, através do controle de pagamentos e tempo de atraso;
- **DIVÍDA ATIVA:** Em conjunto com os sistemas de ARRECADAÇÃO e CFEM, controla o processo de inscrição em dívida ativa.

Os Principais sistemas de apoio aos macroprocessos finalísticos do órgão os quais apoiam a área de **Planejamento e Desenvolvimento da Mineração**, são:

- **RALWEB – RELATÓRIO ANUAL DE LAVRA:** Trata-se de do sistema responsável por receber as informações declaradas pelos mineradores a respeito das atividades realizadas no processo de lavra no ano referência vinculadas a cada processo minerário de sua responsabilidade, contemplando dados da lavra, reserva, custos, valor de venda, etc.
- **AMBWEB – ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO:** O AMBWEB é a aplicação responsável pelo tratamento das informações recebidas através da declaração do RAL, juntamente com dados do Sistema SCM e Arrecadação de forma a possibilitar a geração de dados estatísticos do setor mineral brasileiro e sua publicação para o público interno e externo.
- **COMEX – Comércio Exterior:** Sistema responsável por gerar informações sobre o desempenho do setor mineral na balança comercial brasileira, incluído dados de importação e exportação por substância.

O Órgão necessita ainda da implantação de outros sistemas para o apoio às atividades, todos com alto grau de urgência e complexidade, conforme abaixo:

NECESSIDADE DE SISTEMAS IDENTIFICADOS EM 2014

Projeto	Características
Novo Autuação	Tipo de Iniciativa: Finalística Justificativa: Implementar, para todas as naturezas de autuação, sistema que efetue os autos de infração e imponha multas de forma semi-automática, garantindo o controle das ações efetuadas
Sistema de controle de documentos	Tipo de Iniciativa: Finalística Justificativa: Desenhar sistema de controle de documentos finalísticos, ou seja, efetuados diretamente ao minerador, garantindo controle sobre suas validades e padronização nacional. Evoluir sistemas SISCONDOC e SICOP.
Aprimorar sistema Arrecadação	Tipo de Iniciativa: Finalística Justificativa: Desenhar novo sistema de arrecadação, sob supervisão da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios, de maneira a substituir o sistema atualmente utilizado, em função do alto custo de manutenção.
Aprimorar sistema Dívida Ativa	Tipo de Iniciativa: Finalística Justificativa: Ajustar sistema de dívida ativa atual para eliminar os problemas existentes em sua operação, principalmente relacionado à integração com os demais sistemas de informação da Autarquia.

<p>Aprimorar sistemas de Fiscalização</p>	<p>Tipo de Iniciativa: Finalística Justificativa: Implementar soluções de fiscalização que permitam ações de informática diretamente em campo através de tecnologias móveis.</p>
<p>Novo sistema de Comércio Exterior COMEX</p>	<p>Tipo de Iniciativa: Finalística Descrição: Desenvolver sistema integrado ao sistema do MDIC e ao AMB Web para gerir os dados de comércio exterior da mineração.</p>
<p>Novo Sistema de Controle de Áreas</p>	<p>Tipo de Iniciativa: Finalística Descrição: Reestruturar SIGAREAS e cadastro mineiro para novas tecnologias em vigor.</p>
<p>Novo sistema de Controle da Outorga</p>	<p>Tipo de Iniciativa: Finalística Justificativa: Aprimorar dinâmica de gestão de títulos minerários envolvendo nova lógica e substituição do atual sistema Cadastro Mineiro.</p>

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p>Considerações Gerais</p> <p>As contratações de obras de engenharia e de elaboração de projetos têm incluído a obrigatoriedade do atendimento da legislação municipal e estadual referente às exigências ambientais regionais. Como exemplo podemos citar que as contratações de serviços de reforma quanto a elaboração de projeto, têm buscado adotar tecnologias similares às citadas, conforme a região do país, tais como: aproveitamento das águas de chuva, sensores de presença, torneiras automáticas e outras tecnologias, etc.</p> <p>As contratações e aquisições de informática têm observado a legislação ambiental. Como exemplo citamos que foram adquiridos computadores que possuem fontes de energia e monitores com redução de consumo energético, bem como pode-se mencionar o processo atual de contratação do outsourcing de impressão.</p> <p>Constam dos Termos de Referência para as aquisições de material de expediente, copa, suprimentos de informática e outros, orientações sobre aquisições sustentáveis, como exemplo cita-se a aquisição de papel, para uso comum: Papel A4 reciclado.</p>			

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

11.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	005.062/2009-0	417/2014-1ª Câmara	9.1	DE	0995/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar legais as concessões de aposentadoria a Francisca Alves da Silva, Gildazio Soares Santiago, Jacob Abozaglo Manzano e Margareth Gomes Vieira autorizando seu registro.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A Coordenação de Recursos Humanos – CRH providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	005.062/2009-0	417/2014-1ª Câmara	9.2	DE	0995/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Telma Godoy de Lima, negando o seu registro.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A Coordenação de Recursos Humanos – CRH providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	005.062/2009-0	417/2014-1ª Câmara	9.3	DE	0995/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Dispensar a servidora do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU Ofício nº 49/2014-DIRE/DNPM/SEDE de, 10/03/2014, com cópias das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Dispensada do ressarcimento conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	005.062/2009-0	417/2014-1ª Câmara	9.4.1	DE	0995/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação a Telma Godoy de Lima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU Ofício nº 49/2014-DIRE/DNPM/SEDE de, 10/03/2014, com cópias das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cientificado conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	005.062/2009-0	417/2014-1ª Câmara	9.4.2	DE	0995/2014-TCU/SEFIP

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral		1918
Descrição da Deliberação		
Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidaria da autoridade administrativa omissa.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa		1918
Síntese da Providência Adotada		
Encaminhado ao TCU Ofício nº 49/2014-DIRE/DNPM/SEDE de, 10/03/2014, com cópias das providências adotadas.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Adotado providências conforme determinação.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	008.983/2014-3	1979/2014- 2ª Câmara	-	-	6773/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Para conhecimento e anotações nas respectivas pastas funcionais os atos de concessões considerados legais pela Corte de Contas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A Coordenação de Recursos Humanos – CRH providenciou os registros funcionais conforme determinação					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	009.257/2014-4	3414/2014 - 2ª Câmara	-	-	7428/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Para conhecimento e anotações nas respectivas pastas funcionais os atos de concessões considerados legais pela Corte de Contas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918

Síntese da Providência Adotada
A Coordenação de Recursos Humanos – CRH providenciou os registros funcionais conforme determinação
Síntese dos Resultados Obtidos
Registros funcionais efetuados conforme determinação
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.1	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Priorize, nas ações de controle sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a realização de Fiscalização in loco nas empresas mineradoras de grande e médio portes.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Procedimentos Arrecadatários					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.2	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Busque o aprimoramento dos sistemas informatizados de controle de arrecadação e cobrança da CFEM levando, junto à Diretoria de Procedimento Arrecadatários (DIPAR) e às superintendências da entidade, os serviços de tecnologia da informação necessários à realização das atividades de arrecadação e fiscalização da Taxa Anual por Hectare (TAH) e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.3.1	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Desenvolva funcionalidades nos sistemas informatizados que permitam: a emissão de relatórios gerenciais para identificação dos títulos minerários que deixam de recolher a CFEM e para efetiva gestão processual, notadamente no que tange ao passivo de processos, à natureza, à materialidade e a fase da dívida e ao risco de prescrição dos créditos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Procuradoria Jurídica do DNPM e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.3.2	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Desenvolva funcionalidades nos sistemas informatizados que permitam: a atualização dos débitos de parcelamento cancelado, bem como o pagamento à vista de débitos inscritos em dívida ativa.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Procuradoria Jurídica do DNPM e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.4	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Avalie a pertinência de se exigir de todos os mineradores endereços localizados em zonas urbanas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Títulos Minerários					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.5	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Finalize as providências necessárias para adaptação dos sistemas informatizados de arrecadação e de dívida ativa à adesão ao Projeto de Protesto de Certidões da Dívida Ativa (CDA), da Procuradoria-Geral-Federal;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.6	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Busque meios para implementar a troca de informação com a Secretaria da Receita Federal e Secretarias das Fazendas Estaduais e com outros órgãos e entidades que atuem nas áreas de cobranças e fiscalização, por meio de, por exemplo, acordos de cooperação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.7	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Implemente a promoção de eventos ou cursos de capacitação de seus servidores.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa – Coordenação de Recursos Humanos					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.8	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Identifique e, se for o caso, apure a responsabilidade de ocorrência de prescrição dos créditos da autarquia, em conformidade com o art. 2º, & 4º, da Portaria -PGF 796/2010, com a colaboração da procuradoria junto ao DNPM;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Procuradoria Jurídica do DNPM					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.9	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Descrição da Deliberação					
Realize estudo com o objetivo de promover a melhoria da distribuição dos servidores lotados nas áreas de arrecadação da DIPAR, na sede e nas Superintendências , por intermédio do provimento de vagas e da movimentação interna, considerando, entre outros critérios, a complexidade e o estoque de processos existentes e o volume de arrecadação e pleiteie, como base no estudo mencionado, junto aos órgãos competentes, autorização para promover a realização de novos concursos públicos, a fim de reduzir a insuficiência de recursos humanos, mormente nas áreas de arrecadação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa – Coordenação de Recursos Humanos					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.10	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral		1918
Descrição da Deliberação		
Avalie, em conjunto com a Advocacia Geral da União (AGU), a necessidade de aumento do quadro de procuradores junto à autarquia, bem como de uma melhor distribuição dos lotados na sede e em suas Superintendências, considerando, entre outros critérios, a complexidade e o estoque de processos existentes e o volume de arrecadação;		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Procuradoria Jurídica do DNPM		1918
Síntese da Providência Adotada		
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
19	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.11	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Descrição da Deliberação						
Desenvolva, em conjunto com as suas Superintendências, planos anuais de capacitação que envolvam cursos com disciplinas afetas às atividades de arrecadação e de cobranças de receitas.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios - DIPAR						1918
Síntese da Providência Adotada						
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
20	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.112.1	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral						1918

Descrição da Deliberação					
Revise a Portaria 270/2008- DNPM no sentido de: obrigar todos os mineradores que possuíam títulos minerários antes de sua edição, a se recadastrarem junto à Autarquia, aplicando penalidades aqueles que descumprirem essa obrigação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Títulos Minerários - DGTM					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
21	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.1.112.2	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Descrição da Deliberação						
Revise a Portaria 270/2008- DNPM no sentido de: permitir que todos, e não apenas o minerador possa atualizar seu endereço cadastrado junto à autarquia.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Diretoria de Gestão de Títulos Minerários - DGTM						1918
Síntese da Providência Adotada						
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Elaborado e encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
22	034.373/2012-8	1979/2014- Plenário	9.3	RE	0348/2014-TCU/Sefid Energia	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Descrição da Deliberação						
Determinar ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com fulcro no art.250, inciso II, do RI/TCU, que encaminhe ao TCU, no prazo de 90 dias, plano de ação e cronograma de implementação das medidas recomendadas no subitem 9.1 do presente Acórdão.						

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Geral	1918
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado ao TCU, Ofício nº 206/2014/DIRE/DNPM/SEDE, contendo o Plano de Ação, conforme solicitado no item 9.3.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Encaminhado ao TCU o Plano de Ação contendo todas as ações a serem adotadas, contemplando as etapas realizadas e a realizar.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

11.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento.

11.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTR. INTERNO

11.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RAC 10/DIENE/SFC	4-b	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Atuação efetiva junto às Superintendências que apresentaram criticidade, objetivando minimizar os riscos e mitigá-los, conforme especificado: BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RO, RS, SC e SE – apresentam situação crítica na arrecadação decorrente de multas aplicadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS			1918
Síntese da Providência Adotada			
A DIFIS está desenvolvendo o sistema AUTFIS, para gerenciar nas superintendências as infrações geradas pela fiscalização e alimentar o sistema da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios - DIPAR para cobrança de junto as empresas Auditadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Desenvolvimento do sistema atuação das infrações geradas nas fiscalizações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A finalização e implantação do sistema, depende das prioridades elencadas pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento – CGTIG.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201306274	2.1.2.1	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Estabelecer uma sistemática de revisão e atualização do PDTI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento - CGTIG			1918
Síntese da Providência Adotada			
Foi efetuado o balanço da execução do PDTI 2011-2013, por meio do Relatório de Fiscalização do PDTI, encerrando-se assim o ciclo anterior. Iniciado o levantamento dos objetivos estratégicos de cada Diretoria para a confecção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015-2016.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O balanço da execução do PDTI listou os ganhos e as lições aprendidas, possibilitando a confecção do novo PDTI, mas próximo da realidade da Autarquia, diminuindo as distorções observadas no período anterior.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201306274	2.1.2.3	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Estabelecer instrumentos de controle de desempenho quanto à efetividade, eficiência e eficácia da política de segurança da informação.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento - CGTIG	1918
Síntese da Providência Adotada	
<p>- Iniciada a revisão da Política de Segurança da Informação, com uma ampla revisão das normas de segurança, envolvendo todo o arcabouço existentes.</p> <p>- Implantado os processos de gestão de Incidentes, Problemas, configuração Mudança do DNPM</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>- Revisado 13 normas de segurança da informação; em etapa de finalização a gestão de risco da CGTI; implementada, inicialmente, ferramenta MS Service Manager, que cumpre o papel de gestora dos processos de gestão de Incidentes e Problemas; e a Gestão de Configuração, está em fase de customização a ferramenta REDMINE, que cumprirá o papel de gestora do respectivo processo.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201306274	3.1.1.2 - 01	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
<p>Estabelecer Manuais das rotinas e procedimentos que determinem claramente as ações e procedimentos da Auditoria Interna, definindo as responsabilidades e competências, determinando claramente as funções a serem desempenhadas e os setores responsáveis pela execução. Considerar estabelecer periodicidade para revisão e atualização das rotinas e/ou manuais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			1918
Síntese da Providência Adotada			
<p>- Elaborado o Manual Técnico de Auditoria Interna</p> <p>- Publicada a Portaria 07/2014 - Normatização Interna</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>O Manual Técnico da Auditoria Interna do DNPM teve suas modulações concluídas, está em fase de testes, que se estenderá até julho de 2015, quando só então, será submetido à aprovação da Diretoria. Quanto à normatização interna o Regulamento aprovado mediante Portaria nº 07/2014, contempla os itens relacionados a: autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistema e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias; tempestividade e obrigatoriedade de atendimento das informações solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna pelos Departamentos da organização (Diretorias e Superintendências Regionais); possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria, e de assistência de especialistas e de profissionais de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário; vedação à participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, pois isso prejudicaria a independência dos trabalhos de auditoria.</p>			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O Manual técnico ainda não foi submetido à aprovação da Diretoria Geral, pois deverá passar por atualizações após a aquisição de sistema informatizado para Auditoria Interna (em fase de negociação).

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201306274	5.1.1.2	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que a Seção de gestão de Patrimônio realize a reavaliação dos imóveis com avaliações vencidas e promova a inserção e atualização dos dados no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso Especial da União – SPIUNET.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Síntese da Providência Adotada			
Foram expedidos memorandos e e-mail, notificando as Superintendências sobre as avaliações de imóveis vencidas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os imóveis próprios e aqueles sob a responsabilidade do DNPM foram todos atualizados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As Superintendências do Patrimônio nos demais Estados da Federação, dada a grande demanda, há certa morosidade no atendimento das solicitações. No caso da SPU/GO, com relação a gestão do Patrimônio das Entidades Federais integrantes da Administração Indireta, se recusa a realizar a avaliação, com base no Parecer 1252/DPC/CONJUR R- MP/CGU/AGU.			

11.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.11.2.2. – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306274	2.1.1.1	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Departamento Nacional de Produção Mineral	1918
Descrição da Recomendação	
Adotar medidas mais efetivas, dando maior celeridade no processo de elaboração e implementação dos indicadores de desempenho da gestão da Autarquia para seguintes áreas de gestão: gestão dos resultados quantitativos e qualitativos; gestão de pessoas; gestão de compras e contratações; gestão do CPGF, gestão de passivo sem previsão orçamentária, gestão de tecnologia da informação e gestão de patrimônio imobiliário.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A proposta de Construção de indicadores institucionais de desempenho da gestão está em fase de análise. Ou seja, o prazo para atendimento é 12/2015.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A carência de pessoal é um dos principais fatores que prejudicam a adoção de recomendações. O DNPM opera com menos de 40% da força de trabalho.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201306274	2.1.2.4	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Estabelecer normativos internos que estabeleçam mecanismos de aferição do desempenho das soluções de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Tec. da Informação e Geoprocessamento			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No decorrer do ano de 2012, a CGTIG, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, confeccionou edital e termo de referência, que foi a público para contratação de solução completa terceirizada de fábrica de software, fábrica de métricas e fábrica de testes de software, esta última tratando-se de iniciativa que vai diretamente ao encontro do ponto abordado neste item. Toda a documentação confeccionada deu origem ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços MME nº 28/2012 (PROCESSO Nº 48000.001068/2012-84). Contudo por insuficiência de recursos não foi possível efetuar a contratação, sendo vetada pela Direção de Gestão Administrativa. Estamos no momento, buscando efetivar contratação parcial, com base em ata de registro de preços, para atingirmos ao menos as aplicações mais críticas do DNPM, melhorando a qualidade do produto entregue, com previsão de finalização para 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Prejudicado conforme justificativas acima.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201306274	3.1.2.3- 01	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Realizar pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços prestados, bem como divulgar os resultados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ouvidoria			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O DNPM está passando por uma fase de transição. De autoria do Poder Executivo, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 5.807/2013, que vai transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração. Com a sua aprovação, o DNPM deixa de existir e passa a existir em seu lugar a Agência Nacional de Mineração. Entendemos ser factível começar a pensar em parâmetros para desenvolver o Sistema de Pesquisa de Satisfação a partir da aprovação do Projeto de Lei.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Prejudicado conforme justificativas acima.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201306274	3.1.2.3- 02	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Realizar a avaliação de desempenho na prestação de serviço ao cidadão em relação ao padrão de qualidade no atendimento, bem como divulgar os resultados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ouvidoria			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O DNPM está passando por uma fase de transição. De autoria do Poder Executivo, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 5.807/2013, que vai transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração. Com a sua aprovação, o DNPM deixa de existir e passa a existir em seu lugar a Agência Nacional de Mineração. Entendemos ser factível começar a pensar em parâmetros para desenvolver o Sistema de Pesquisa de Satisfação a partir da aprovação do Projeto de Lei.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Prejudicado conforme justificativas acima.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201306274	5.1.1.4	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que promova a normatização interna, regulamentando as atividades na gestão dos bens imóveis próprios e de terceiros, considerando: detalhamento das etapas e respectivas responsabilidades; rotinas operacionais, padronizando o gerenciamento e os controles das atividades; rotinas para identificação dos riscos e mecanismos para mitigação dos mesmos; desenvolvimento de identificadores que permitam o monitoramento tempestivo das atividades correlatas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Serão disciplinados as rotinas e o fluxo para a gestão do patrimônio imobiliário e mobiliário sob a responsabilidade da Autarquia. Foi atuado o processo nº 48400.000212/2013-33, que objetiva disciplinar os procedimentos, rotinas e fluxo na gestão de Patrimônio mobiliário e imobiliário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A carência de pessoal é um dos principais fatores que prejudicam a adoção de recomendações. O DNPM opera com menos de 40% da força de trabalho.			

11.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.370/93

11.3.1. Situação do Cumprimento das obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0

	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	54	56	0
	Entregaram a DBR	31	52	0
	Não cumpriram a obrigação	23	04	0

Fonte: SIAPE e Arquivo Documental.

11.3.2. Situação do Cumprimento das obrigações

Em alguns casos o cumprimento da obrigação se deu através da apresentação do formulário de autorização de acesso às declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 65, de 20/04/2011 – DOU de 28/04/2011.

11.4. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

No exercício de 2014 não houve situações que caracterizassem dano ao erário no montante ou maior que R\$ 75.000,00, por essa razão não houve instauração de Tomada de Contas Especial – TCE.

11.5. Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.11.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ednaldo Soares Leite Rodrigues, CPF nº 560.015.767-34, Coordenador de Recursos Logísticos, exercido no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2015.

Ednaldo Soares Leite Rodrigues

CPF nº 560.015.767-34

Coordenador de Recursos Logísticos

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O Órgão adota medidas para utilização dos Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. São adotados os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que se refere aos critérios e procedimentos contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Algumas Unidades Jurisdicionadas do DNPM ainda não estão aplicando integralmente os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, devido as dificuldades estruturais de recursos humanos e inobservância das orientações, pelos servidores responsáveis, da Macrofunção 020330 e da Seccional Contábil – DNPM Sede, quanto a essas obrigações contábeis.

A metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica dos bens foi a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, e a obsolescência tecnológica. No caso de bens que sofreram reavaliação ou redução ao valor recuperável e que ainda tinham vida útil, a depreciação foi recalculada e registrada sobre o novo valor.

A metodologia adotada no cálculo da depreciação foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. Quanto ao cálculo dos encargos de depreciação foi utilizado o método das quotas constantes para os bens adquiridos ou colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, e para os bens adquiridos anteriormente a dezembro de 2009, que foram reavaliados e que ainda possuíam vida útil econômica. Ainda não foi realizada nenhuma amortização nos bens do DNPM devido tal procedimento estar a critério de cada UJ, conforme descrito na Macrofunção 020330. Quanto à exaustão, não há bens passíveis de exaustão no patrimônio do DNPM.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, quando referentes ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada a tabela descrita na Macrofunção 020330, e quando o bem não estivesse incluso na mesma, o cálculo de valor residual foi feito por similaridade;

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração do imobilizado dos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, foi a aplicação do teste de recuperabilidade dos mesmos, depois verificação do valor de mercado, e quando não era possível foi estipulado um valor de consenso pela utilidade de cada bem, para espelhar o valor justo dos mesmos e que não possuíam valor econômico nos registros contábeis do Órgão. Quanto à avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos, dívidas e dos investimentos, foram realizadas conciliações nas referidas contas e apuradas junto ao Departamento Financeiro do Órgão os registros em contas contábeis específicas. Quanto à avaliação e mensuração dos estoques foram executadas mediante a realização de inventário. Quanto à avaliação e mensuração do intangível e do diferido não foi realizada ainda devido não ter prazo estipulando sua realização na Macrofunção 020330;

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pelo Órgão no exercício 2014 foi uma redução de R\$ 205.005,32 (duzentos e cinco mil, cinco reais e trinta e dois centavos) na Conta Contábil 1.4.2.1.2.00.00 - Bens Móveis, em relação ao ano de 2013.

12.2. APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Não há sistemática de apuração de custos no DNPM.

12.3. CONFORMIDADE CONTÁBIL

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do DNPM é realizada pela contadora responsável, no SIAFI, pelo Órgão 32263, UG 323002 – Sede e as vinte e cinco Unidades Gestoras executoras do SIAFI – Superintendências estaduais, sendo observada a segregação de função no processo de registro da conformidade.

As ocorrências levantadas no exercício de 2014 na Sede e nas 25 Superintendências do DNPM foram: 124 equações 315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO; 9 equações 603 SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA; 155 equações 634 FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS; 12 equações 640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB; 140 equações 642 FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ. 21 equações 674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE e 12 equações 705 FALTA COMPROVACAO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS.

As equações não sanadas até o final do exercício são em sua maioria pela não aplicação das NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que se refere a reavaliação dos bens móveis anteriores a 2010 e lançamento mensal das depreciações. Também há a não observação de realização das Conformidades de Registro de Gestão por algumas Superintendências que alegam dificuldades estruturais de recursos humanos. A área responsável tem se empenhado na cobrança de regularização das pendências.

12.4. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO A.12.4 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO 603 SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA 634 FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS 640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB 642 FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ. 705 FALTA COMPROVACAO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	31 de março de 2015
Contador Responsável	Ana Maria Paiva Antunes de Almeida	CRC n°	6.411-DF

12.5. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica a esta UJ.

12.6. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.

Não se aplica a esta UJ.

12.7. Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica a esta UJ.

12.8. Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica a esta UJ.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1. PROCEDIMENTOS ARRECADATÓRIOS

A arrecadação do DNPM no exercício de 2014 alcançou a cifra de R\$1.8 bilhões o total arrecadado por CFEM representou R\$1.7 bilhões. O resultado do exercício bem como o desempenho da arrecadação das receitas da Autarquia podem ser acompanhados por meio do site institucional e Portal da Transparência do Governo Federal, fontes que proporcionam clareza da atuação Institucional dos procedimentos arrecadatários.

13.2. FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERARIA.

Embora, inicialmente, a Ação tivesse orçamento de R\$ 7.328.295,00, destaca-se que o valor de R\$ 3.000.000,00 foi incluído por Emenda da Comissão de Fiscalização e Controle do Congresso Nacional, mas não foi liberado para gasto nesta Ação. Destaca-se também que parte do seu valor, R\$ 1.534.341,00, foi remanejado, no final do ano, para gastos em Ação da área administrativa da Autarquia.

Esclarecido o fato acima, para o cumprimento dos objetivos, a execução financeira da Ação foi de 86% (R\$3.727.838,00) do total de recursos orçamentários disponíveis e descontingenciados (LOA + CRÉD = R\$ 4.328.295,00), como se vê no quadro abaixo. Recursos da ordem de R\$ 811.706,00 foram executados no Plano Orçamentário 03, a cargo da Diretoria de Procedimentos Arrecadatários, o restante foi executado nos demais planos orçamentários coordenados pela DIFIS. No ano de 2014 foram realizadas 15.431 fiscalizações (ver nota 1 da tabela X2), correspondentes a 132% da meta prevista de 11.718 unidades de produto fixadas para o período. São custeadas pela Ação as fiscalizações em empreendimentos de pesquisa e lavra mineral para o cumprimento do Código de Mineração, bem como as fiscalizações da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM devidas pelas áreas em produção e da Taxa por Hectare - TAH, devidas em áreas com autorização de pesquisa.

TABELA 1: METAS E RESULTADOS DA AÇÃO (EXERCÍCIO 2014 - TODOS OS POS)

Prevista		Realizada	
Física*	Financeira	Física*	Financeira
11.718	R\$ 4.328.295,00	15.431	R\$ 3.727.838,00

* Produto: Fiscalização realizada. Soma das fiscalizações de pesquisa e lavra (15.090), depósitos fossilíferos (16) e auditoria de receitas (DIPAR) (325). Ressalta-se que são consideradas também como produto da Ação, além das fiscalizações presenciais, as análises técnicas realizadas em escritório, como por exemplo, as análises dos Relatórios Anuais de Lavra - RALs, parte dos relatórios finais e parciais de pesquisa e demais eventos do Código de Mineração.

13.2.1. Fatores Intervenientes

A atividade de fiscalização minerária é realizada por meio de análise de documentos técnicos apresentados pelos titulares de direito minerário e inspeções presenciais em áreas de pesquisa e minas, de ofício para o cumprimento do Código de Mineração, bem como aquelas para atendimento de demandas provenientes da sociedade e de outros órgãos públicos.

O custo da atividade se concentra em emissão de diárias aos agentes técnicos e motoristas, material de consumo para combustíveis e pedágios e serviços eventuais com a viatura em deslocamento. Também são emitidas passagens aéreas para deslocamento de equipes em apoio técnico às Unidades e em regiões com alvos distantes, como na Amazônia.

A divisão dos recursos por mais de uma fonte impacta a disponibilidade de recursos financeiros à Ação. No ano de 2013, os recursos da Ação FAM concentrava-se na Fonte 250 (própria). Em 2014, houve mudança e só 55% mantiveram-se nessa Fonte, enquanto 45% ficou dependente do repasse financeiro do MME, na Fonte 174. Assim, no segundo semestre, a área de fiscalização passou a disputar os recursos financeiros que chegavam com as demais áreas da Autarquia, via de regra, em volume aquém do necessário, embora a Ação tivesse capacidade orçamentária.

Para maior qualidade e efetividade em vistorias, o planejamento é condição básica para o sucesso do trabalho, pois, distribui a força de trabalho durante o ano, garantindo qualidade e efetividade das ações, além de proporcionar fiscalizações de forma preventiva nas lavras autorizadas, diminuindo consequentemente as ações reativas advindas de vários setores da sociedade. Diante disto, o Órgão tem se esforçado para que a cultura de planejamento seja adotada em sua plenitude e seguida ao longo do ano. Todavia, a falta de constância ou até mesmo de planejamento das descentralizações financeiras tem dificultado, e muito, a implantação da cultura de planejamento e também a execução do que é planejado. Observe no gráfico abaixo, um exemplo da dificuldade de se planejar quando não se tem certeza do recurso financeiro.

A Figura 2 corresponde ao plano orçamentário “0001 - Fiscalização de pesquisa e lavra da atividade mineral- PTRES- 65379”, que teve como empenhado executado o valor de R\$ 2.424.544,00. A linha em verde simula um planejamento médio mensal do valor a descentralizar ao longo dos 12 meses do ano. A linha em azul demonstra como foi feita a descentralização do recurso orçamentário ao longo do ano em função de limites de gastos impostos. A linha em vermelho demonstra como foi distribuído o recurso financeiro ao longo do ano.

Principalmente nos meses de janeiro, fevereiro, junho e dezembro houve reduções de liberação de recursos financeiros para a Ação, com isto, ocorreram suspensões parciais das atividades fiscalizatórias geridas pela DIFIS, especialmente as vistorias em empreendimentos minerários. Nos demais meses, as descentralizações de recursos orçamentários, já deficitários, nem sempre foram acompanhadas em valores semelhantes de recursos financeiros.

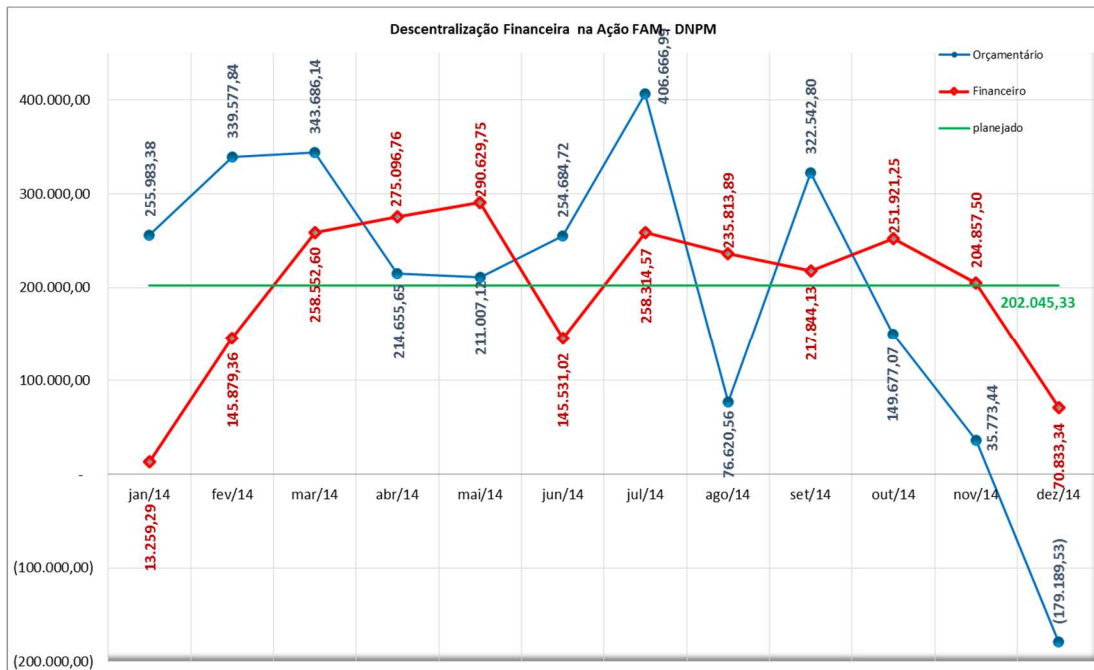


FIGURA 2. COMPARAÇÃO ENTRE DESCENTRALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS.
FONTE: DIFIS/DNPM

Observa-se que não existiu uma equalização entre o que deveria ser orçado, do que foi orçado e finalmente do que foi realmente de financeiro descentralizado.

13.2.2. Execução das Metas – Estatísticas Gerais

Dessa forma, diante da inconstância na descentralização de recursos financeiros, priorizou-se a análise de processos e documentos que podem ter decisão sem a fiscalização presencial no empreendimento/área.

Em 2014 foram vistoriados **5.588** eventos em processos de empreendimentos minerários, incluindo deslocamentos para atendimento de demandas externas.

Foram analisados **11.565** projetos e relatórios técnicos nas fases de pesquisa e lavra em processos minerários. Destaque para as auditorias nos RALs que é instrumento na fiscalização de acompanhamento da produção e das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral.

A meta física alcançada é apresentada na Tabela 2.

TABELA 2: RESULTADO DA AÇÃO FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA - FISCALIZAÇÃO REALIZADA - PESQUISA E LAVRA

	Vistorias	Análise processual	Total	Total Meta ¹
Minas Gerais	961	2.410	3.371	2.913
Bahia	390	2.361	2.751	2.562
Goiás	541	1.004	1.545	1.280
Rio Grande do Sul	368	552	920	824
Santa Catarina	409	544	953	811
Rio de Janeiro	273	455	728	612
Mato Grosso do Sul	255	362	617	589
Mato Grosso	195	426	621	589
Pará	206	417	623	583
Espírito Santo	177	384	561	514
Pernambuco	154	343	497	470
Rio Grande do Norte	220	287	507	465
São Paulo	341	279	620	464
Ceará	141	350	491	434
Paraná	190	248	438	371

Rondônia	155	213	368	263
Paraíba	137	193	330	242
Tocantins	95	167	262	211
Piauí	34	183	217	202
Alagoas	114	84	198	190
Maranhão	88	94	182	169
Amazonas	15	109	124	119
Sergipe	45	63	108	103
Amapá	54	8	62	55
Roraima	30	29	59	55
Total	5.588	11.565	17.153	15.090

Notas: (1) Da coluna Total-Meta são excluídas as vistorias de relatórios finais de pesquisa, testes de vazão de poços de água mineral e de requerimentos de Guias de Utilização, Relatórios de Reavaliação de Reservas e Relatórios de Nova Substância para evitar dupla contagem, pois os assuntos já estão mensurados na coluna de análise processual com atos de decisão publicados em DOU, o que configura o atendimento final à sociedade.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

Outras atividades (autuações e exigências técnicas) também com atos publicados no DOU são apresentadas na Tabela 3.

TABELA 3: ATOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REFERENTES À FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA (2014)

Evento	Quantidade
Auto de infração lavrado por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa do ano-base 2014	2.608
Multa imposta por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa do ano-base 2014	1.362
Auto de infração por não entrega de RFP	3.858
Multa imposta por não entrega de RFP	2.557
Relatório Final de Pesquisa aprovado	1.335
Relatório Final de Pesquisa negado	4.245
Relatório Final de Pesquisa arquivado	8
Relatório Final de Pesquisa sobrestado	22
Relatório de Reavaliação de Reserva aprovado	113
Relatório de Reavaliação de Reserva negado	1
Relatório de Nova Substância aprovado	24
Prorrogação do alvará de pesquisa deferida	2.110
Prorrogação do alvará de pesquisa indeferida	273
Guia de Utilização emitida	1.161
Prorrogação do início dos trabalhos de lavra	19
Aprovação de modificação de PAE em área concedida	117
Aditamento de nova substância	29
Suspensão temporária da lavra	54
Área de servidão autorizada	13
Autorização de Grupamento Mineiro	12
Renúncia ao título de lavra	11
Exigências publicadas em Concessões de Lavra, Registros de Licença e Permissões de Lavra Garimpeira	3.536
TOTAL	23.468

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

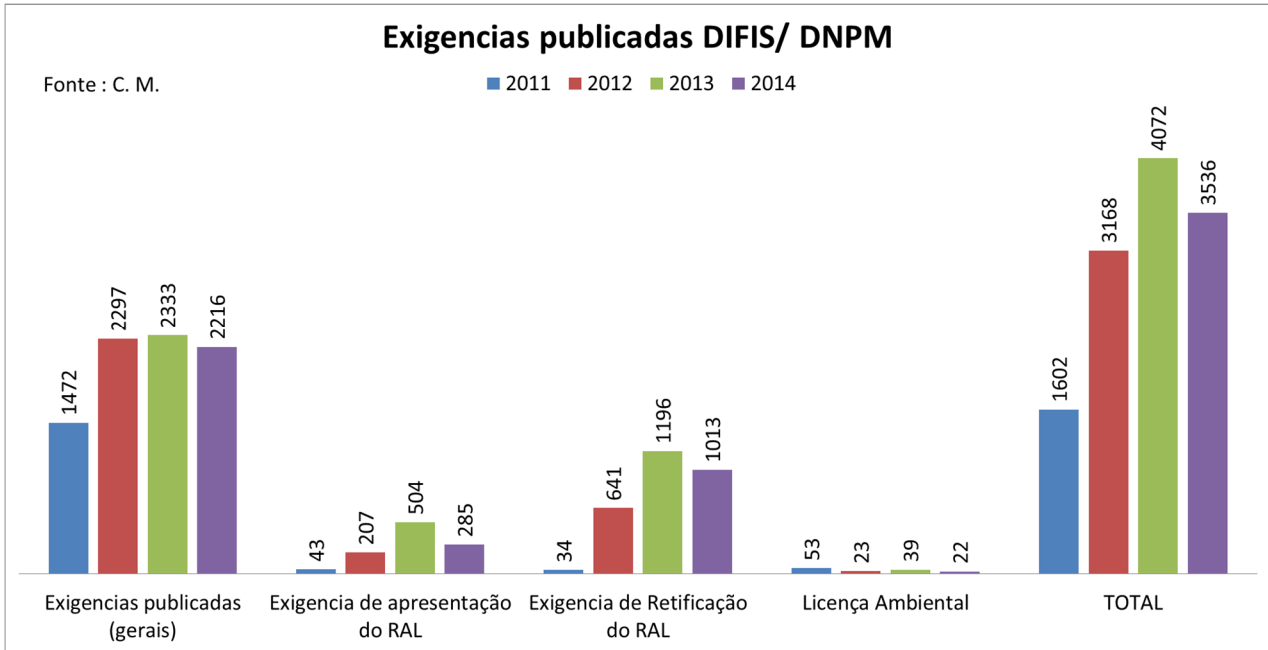


FIGURA 3. EXIGÊNCIAS RESULTANTES DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

TABELA 4: ANÁLISE PROCESSUAL POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2014.

Evento	Superintendência																								Total	
	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP		TO
RFP ^{1,2}	39	63	2	1.399	171	110	540	5	1.327	69	182	272	120	97	108	118	157	147	67	7	200	207	14	95	94	5.610
RPP ^{2,3}	8	22	3	671	37	5	226	4	549	11	149	108	29	154	13	21	25	90	8	6	96	8	42	55	43	2.383
RRR ²				9		53	4		13	1				2		2	5	4	1		1	2		17		114
Relatório de nova substância ²	0	0	0	0	0	3	1	0	3	0	0	0	0	1	0	6	0	0	0	0	2	2	0	6	0	24
RAL	33	22	3	104	102	106	133	78	197	272	68	27	1	70	53	7	255	26	27	13	247	120		60	13	2.037
Suspensão de lavra ²					1		15		11	3		1				1		1				13	8			54
Aditamento de nova subst. ²				1		2	3		5							7						5	6			29
Novo PAE ²	1	1		2	2	35	6		6	1			1	2		8	5					20		27		117
Área de servidão ²							6		2	1		3												1		13
Renúncia de título ²	2						2						1				1					5				11
Guia de Utilização ²	1	1		175	37	70	68	7	289	4	27	6	41	17	9	78	7	19	110	3	6	162	7		17	1.161
Grupamento Mineiro ²									8															4		12
TOTAL	84	109	8	2.361	350	384	1.004	94	2.410	362	426	417	193	343	183	248	455	287	213	29	552	544	63	279	167	11.565

Notas:

(1) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa, e Relatórios de Nova Substância, apresentados durante a fase de lavra. Inclui relatórios aprovados, negados, arquivados e sobrestrados.

(2) Com decisão publicada no Diário Oficial da União.

(3) Considerando tanto os aprovados que já ensejaram a prorrogação do Alvará de Pesquisa quanto os indeferidos.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM

TOTAL	139	139	231	66	104	180	108	3	50	40	169	18	115	32	4	9	5	18	16	31	1	26	222	8	36	1.770
--------------	------------	------------	------------	-----------	------------	------------	------------	----------	-----------	-----------	------------	-----------	------------	-----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	----------	-----------	------------	----------	-----------	--------------

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

EVENTOS VISTORIADOS POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2014 (CONTINUAÇÃO).

Superintendência																										
Vistoria	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	Total
3 – Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																										
Vistoria prévia PLG					1					4					6				2							13
Acomp. PLG	4		5			4				4		39							2							58
Registro Extração	6										1							1								8
TOTAL	10		5		1	4				8	1	39			6			1	4							79
4 – Demandas externas																										
Área não autorizada	20	31	193	10	47	76	73	3	102	10	45	6	20	24	12	1	25	7	25	59	11	41		3	51	895
Ordenamento mineral			24		7		2				1								2		3			1		40
Eventos interinstitucionais			44	2	1	1	5	3		2	1		1	1	5	1	2	5		13				5		92
Outros	8	44	29		1	21	10		10	15	46	1	2	34	13	8	4	3	3	33		6	8	6	2	307
Total	28	75	290	12	56	98	90	6	112	27	93	7	23	59	30	10	31	15	28	107	11	50	8	15	53	1.334
TOTAL GERAL	368	341	961	154	206	541	390	15	273	141	409	195	190	220	137	54	95	45	155	177	34	88	255	30	114	5.588

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM

Obs.: As vistorias realizadas, às vezes, englobam mais de um assunto abordado. Nesses casos, cada assunto representa um quantitativo de vistoria. Razão para a diferença com as informações do Sistema de Ressarcimento de Vistoria.

13.2.3. Resultados alcançados em 2014 por Meta Prevista (PPA 2012-2015), Metas Institucionais (DNPM) e por Processos Finalísticos da Fiscalização

As metas são as seguintes:

- - **Fiscalização de Minas de Risco:** Este índice corresponde às vistorias realizadas nas **Minas Subterrâneas** e nas **Barragens de Mineração**.
 - **Barragens-** Após a publicação da Lei 12.334/2010, o DNPM ficou responsável por implantar e assegurar o cumprimento da Política Nacional de Segurança de Barragens no âmbito das Barragens de Rejeito de Mineração. Com isto, faz-se necessário para o cumprimento desta atribuição, que esta atividade de fiscalização seja priorizada pelo DNPM, até que a cultura de fiscalização de Barragens esteja inserida na rotina de trabalho da autarquia. Sendo o principal serviço, desta atividade de fiscalização, a maior segurança para a população à jusante destas estruturas, além de buscar a implantação da cultura de Gestão da Segurança de Barragens na atividade de Mineração, promovendo também a maior aceitação da atividade minerária por parte da sociedade.
 - **Minas Subterrâneas (SS)-** A atividade de lavra subterrânea é considerada de alto risco. Portanto, os principais produtos desta fiscalização para a Sociedade é garantir o aproveitamento racional da jazida, a segurança técnico-operacional desta atividade, além de garantir a Saúde e Segurança dos trabalhadores desta atividade. Função primordial do DNPM.
- - **Fiscalização de Minerais Estratégicos:** O objetivo é de Fiscalizar as áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (Potássio, Fosfato, ETR's e Lítio) para o desenvolvimento do País.
- - **Fiscalização de Água Mineral:** Este índice corresponde às vistorias realizadas em Complexos produtores de Água Mineral, buscando o aproveitamento racional deste recurso mineral, além de garantir a qualidade da água.
- - **Fiscalização dos Relatórios Anuais de Lavra:** O objetivo principal desta atividade é a auditoria nos Relatórios Anuais de Lavra-RAL visando, principalmente, o controle das Reservas Minerais e da produção mineral brasileira. Ou seja, atividade diretamente relacionada à Missão da instituição que é a de “Gerir o Patrimônio Mineral Brasileiro...”.
- **Meta 7.500 relatórios de pesquisa analisados (GDARM):** Composto por 100% da previsão de ingresso dos relatórios finais e parciais de pesquisa no período. Índice de Fiscalização de Relatório de Pesquisa (IFRP).

Como pôde ser observado, há dois status de metas, a relacionada ao PPA e a Meta Institucional- GDARM, cujos períodos de apuração são diferentes, as relacionadas ao PPA vão de Janeiro a Dezembro e as GDARM vão de maio de 2014 a abril de 2015.

TABELA 6: METAS FISCALIZAÇÃO DA LAVRA AUTORIZADA

Metas Fiscalização Lavra Autorizada DNPM	Superintendência	ANÁLISES		VISTORIAS			TOTAL vistorias
		Análises de RAL	Água Mineral	Minerais Estratégicos	Minas de Risco		
					Vist. Barragens	Vist. SS	
MG	200	18	45	48	25	73	136
GO	113	29	10	3	8	11	50
SP	200	34	4	4	1	5	43
SC	191	11	1	2	13	15	27
BA	68	3	3	6	14	20	26
MT	51	4	0	10	7	17	21
RJ	117	18	1	1	1	2	21
PE	48	11	9	0		0	20
PR	125	13	0	1	4	5	18
PA	30	4	0	8	3	11	15
RS	200	11	0	0	4	4	15
RN	20	5	0	1	8	9	14
MS	39	2	0	4	1	5	7
CE	89	5	1	0		0	6
ES	132	3	3	0		0	6
RO	50	3	0	2	1	3	6
SE	25	2	1	2	1	3	6
AL	20	3	0	0	1	1	4
AM	20	2	2	0		0	4
AP	16	1	0	1	1	2	3
MA	28	2	0	1		1	3
TO	20	1	1	1		1	3
PB	32	1	0	0	1	1	2
PI	33	1	0	0		0	1
RR	8	1	0	0		0	1
TOTAL	1875	188	81	95	94	189	458

13.2.3.1. Resultados Alcançados nas Metas da Lavra Autorizada em 2014

- **Fiscalização das barragens de rejeito de mineração**

Meta 2014: 95 vistorias técnicas de barragens;

Foram realizadas 151 vistorias de barragens de mineração.

Resultado: 159% da meta.

- **Fiscalização das minas subterrâneas.**

Meta: 94 vistorias técnicas;

Foram realizadas 138 vistorias de minas subterrâneas.

Resultado: 147% se levarmos em consideração o número de vistorias. Ou 100%, se considerarmos que todas as minas devem ser vistoriadas (algumas minas foram vistoriadas mais de uma vez).

- **Fiscalização dos empreendimentos de água mineral.**

Meta 2014: 188 vistorias técnicas em concessões de águas minerais (25% do total);

Foram realizadas 302 vistorias de empreendimentos de águas minerais.

Resultado: 160% da meta.

- **Fiscalização dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras), na fase de concessão.**

Meta 2014: 81 empreendimentos a serem vistoriados;

Foram realizadas 36 vistorias.

Resultado: 44% da meta.

- **Fiscalização dos Relatórios Anuais de Lavra.**

Meta 2014: 1875 RAL's;

Foram realizadas 2037 análises.

Resultado: 109% da meta.

ACOMPANHAMENTO DAS VISTORIAS CFAM- DIFIS Janeiro a Dezembro de 2014

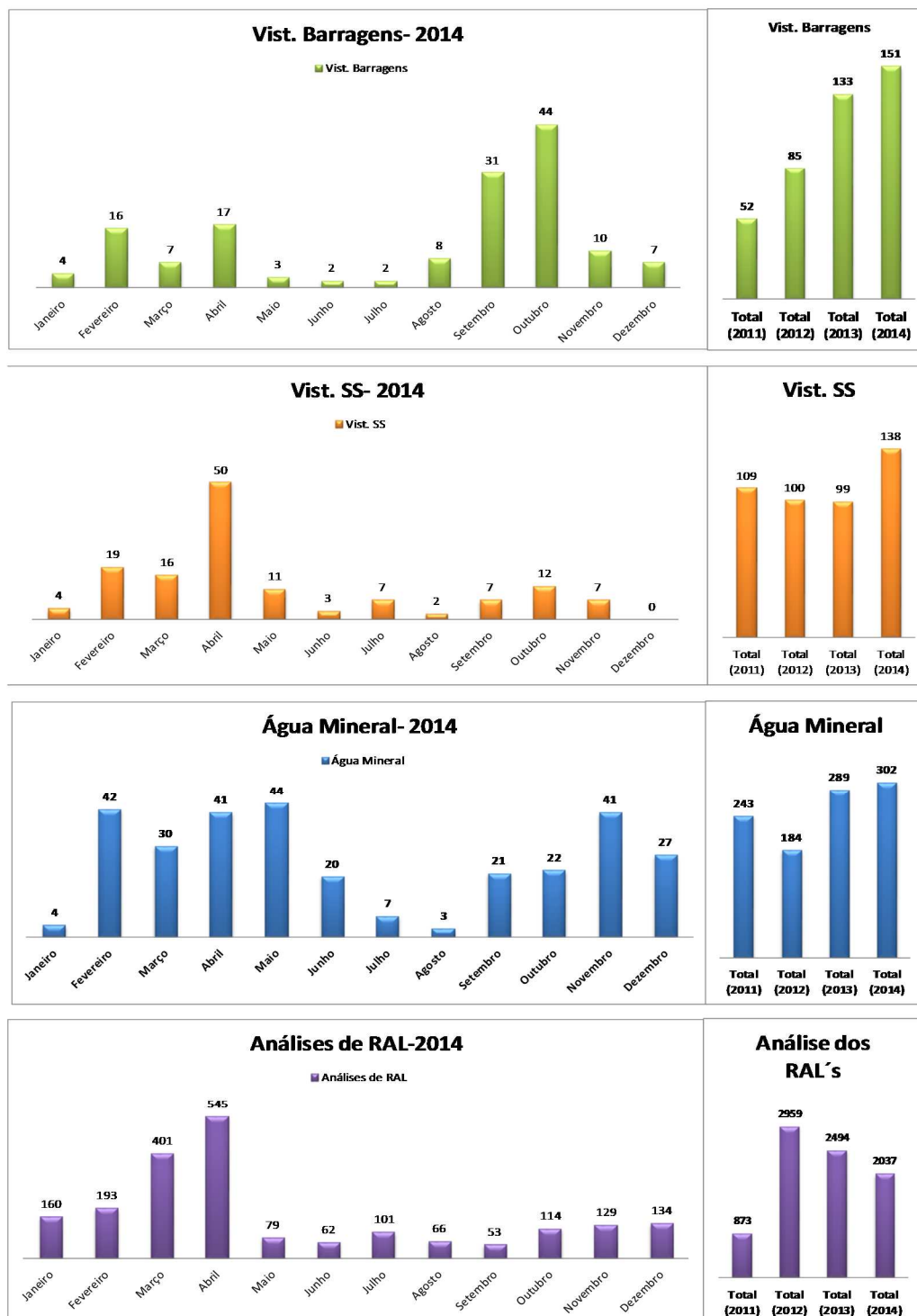


FIGURA 4. ACOMPANHAMENTO MENSAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS - METAS PPA
Fonte: DIFIS/DNPM.

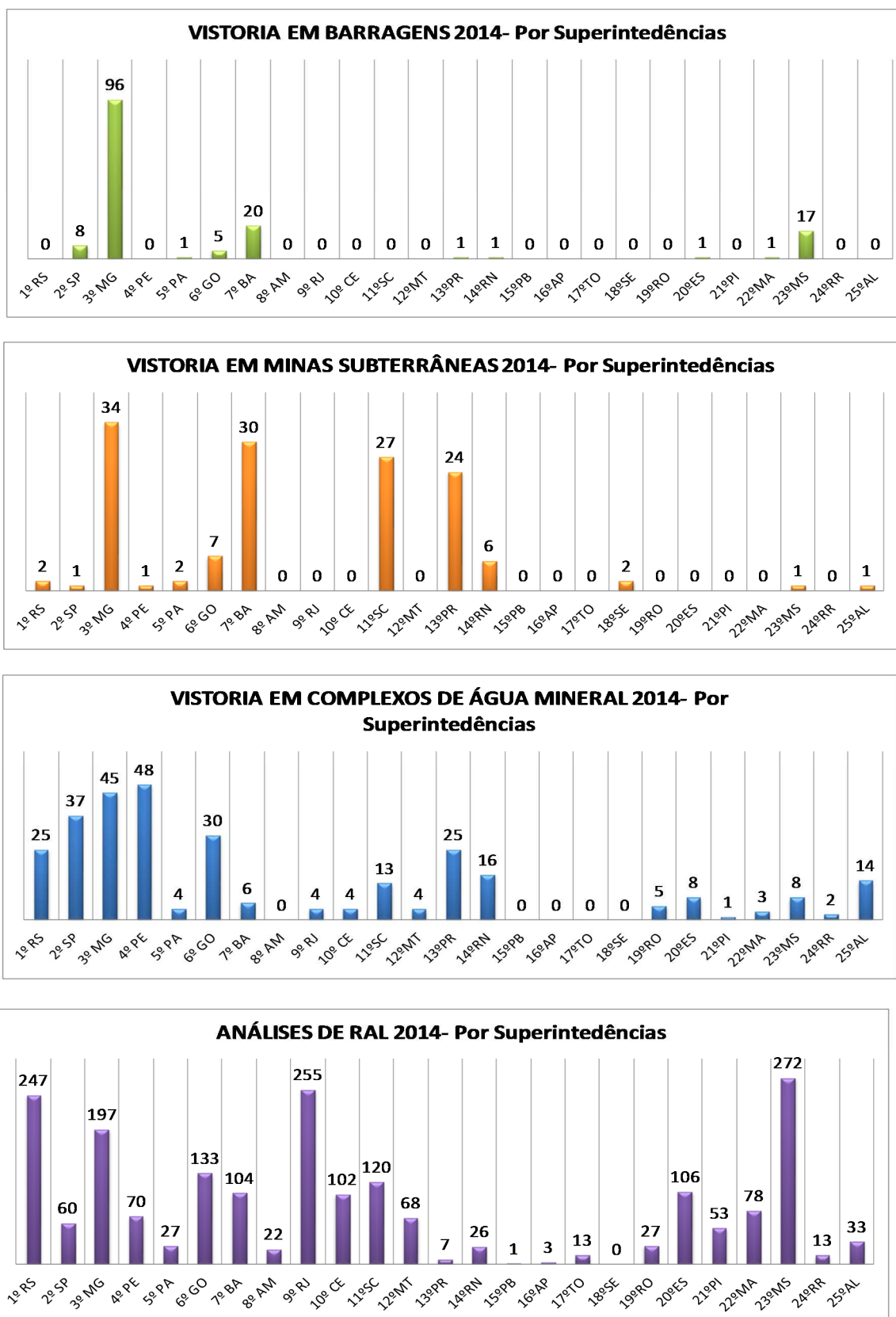


FIGURA 5. ACOMPANHAMENTO DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS - METAS PPA, POR SUPERINTENDÊNCIA

Fonte: DIFIS/DNPM.

13.2.3.2. Resultados Alcançados na Fiscalização da Pesquisa Mineral em 2014

Meta IFRP - Analisar 7.500 Relatórios de Pesquisa

A principal atividade desenvolvida em termos quantitativos foram as análises e fiscalizações de relatórios de trabalhos de pesquisa apresentados ao DNPM, realizados por titulares de áreas de autorizações de pesquisa. Dessa atividade, avaliam-se os relatórios de pesquisa dos novos depósitos minerais pesquisados, que, após aprovados, serão incluídos ao patrimônio mineral do País. Em 2014, foram analisados 8.131 relatórios de pesquisa, com decisão publicada no Diário Oficial da União, 109% da meta prevista de 7.500 relatórios.

TABELA 7: META IFRP - RELATÓRIOS DE PESQUISA ANALISADOS, EVOLUÇÃO 2012 -2014.

	2012	2013	2014	Evolução 2013/2014
RFP analisados	4.436	4.972	5.748	15,6%
RFP aprovados	1.522	1.613	1.472	-8,7%
RPP analisado	1.550	2.508	2.383	-5,0%
RPP aprovado	1.387	2.233	2.110	-5,5%
RFP +RPP analisados	5.986	7.480	8.131	8,7%

TABELA 8: RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA APROVADOS, NEGADOS, SOBRESTADOS E ARQUIVADOS POR SUPERINTEND.(2014)

Superintendência	Aprovados ^{1,2}	Negados ^{1,3}	Sobrestados ¹	Arquivados ¹	Total
BA	158	1237		13	1.408
MG	360	980		3	1.343
GO	183	361	1		545
PA	16	254		2	272
SC	115	96			211
RS	20	183			203
MT	27	155			182
CE	47	124			171
ES	87	79			166
RJ	76	82	4		162
RN	35	115		1	151
PR	57	69			126
PB	24	96			120
SP	106	12			118
PI	7	98		3	108
PE	41	59			100
TO	25	69			94
MS	23	47			70
RO	49	19			68
AM	6	57			63
AL	4	35			39
SE	1	13			14
RR		4	3		7
MA	3	2			5
AP	2				2
TOTAL	1.472	4.246	8	22	5.748

Notas:

(1) Com decisão publicada no Diário Oficial da União.

(2) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa e Relatórios de Reavaliação de Reservas (113) e Relatórios de Nova Substância (24), apresentados durante a fase de lavra.

(3) Engloba relatórios apresentados em fase de pesquisa ou lavra.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS – DNPM.

TABELA 9: RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA E RELATÓRIOS PARCIAIS DE PESQUISA ANALISADOS NO EXERCÍCIO DE 2014

	RFP*	RPP**	Total
Janeiro	460	210	670
Fevereiro	573	362	935
Março	452	237	689
Abril	239	216	455
Maiο	499	164	663
Junho	393	91	484
Julho	469	232	701
Agosto	436	267	703
Setembro	605	256	861
Outubro	464	130	594
Novembro	582	114	696
Dezembro	576	104	680
Total	5.748	2.383	8.131

Nota:

(*) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa, e Relatórios de Reavaliação de Reservas e Relatórios de Nova Substância, apresentados durante a fase de lavra. Inclui relatórios aprovados, negados, sobrestados e arquivados com decisão publicada no Diário Oficial da União.

(**) Considerando deferimentos e indeferimentos de prorrogação do Alvará de Pesquisa.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

TABELA 10: RESERVAS MINERAIS APROVADAS EM 2014.

Consolidação de reservas minerais aprovadas no ano de 2014, por substância e reservas (dados preliminares)									
SUBSTÂNCIA	Quant. de Relatórios aprovados	RESERVAS						UNID. Minério	UNID. TEOR
		MEDIDA		INDICADA		INFERIDA			
		Quantidade	Teor Médio	Quantidade	Teor Médio	Quantidade	Teor Médio		
Agalmatolito	1	376.480,0		915.325,0				t	
Água mineral	29	1.537,9						m³/h	
Alumínio	36	89.990.443,4	44,9	146.069.722,1	44,0	33.138.842,0	49,9	t	%
Ardósia	5	91.113.050,1		148.947.593,5				t	
Areia	413	2.285.398.666,2		24.528.207,0		7.614.260,1		t	
Arenito	7	32.335.335,2		15.161.636,0		752.090,0		t	
Argila	143	1.200.423.129,0		165.234.752,1		223.030.096,4		t	
Argilito	5	16.930.208,0						t	
Basalto	23	225.081.630,1		91.677.207,4		6.650.725,8		t	
Berílio	3	21.969,0	0,01					m³	kg/m³
Calcário	95	3.526.102.698,9		1.830.644.964,1		1.003.681.948,4		t	
Carvão	6	255.609.705,9		118.014.831,0		15.109.708,0		t	
Cascalho	45	1.055.112.074,8		11.401.687,0		840.000,0		t	
Caulim	8	169.162.937,6		675.857,0		86.340,3		t	
Charnoquito	1	651.420,0						t	
Chumbo	7	2.902.797,6	0,3	2.381.588,0	0,5			t	%
Cianita	2	355.286,5	3,9	1.019.531,3	3,8	1.432.031,3	3,8	t	%
Cobre	3	388.868.403,5	0,3	572.814.251,3	0,2	6.405.265,8	0,3	t	%
Conglomerado	2	1.134.501,5		4.848.771,1		30.624,0		m³	
Coríndon	5	591.805,6						t	
Diabásio	7	33.687.632,8		12.955.843,0				t	
Diamante	17	4.164.484,0	0,02	612.485,0	0,01			m³	ct/m³
Diopsídio	2	1.037.796,0						t	
Esmeralda	3	3.237.087,0	0,0	323.594,3	1,0	2.060.867,1	0,9	t	g/t
Esteatito	2	11.077.516,0		55.556,0				m³	
Feldspato	12	9.314.481,7		1.514.635,0		932.040,0		t	
Ferro	57	4.105.066.109,6	40,6	1.733.482.476,1	35,0	4.614.919.835,8	15,0	t	%
Filito	10	591.821.283,5						t	
Folhelho	1	12.181.000,0		4.189.317,5		16.371.000,0		t	
Fosfato	3	69.028.163,0	9,2	70.949.595,0	8,4			t	%
Gipsita	5	11.884.583,6		70.377,3				t	
Gnaisse	27	199.487.964,6		87.192.882,5		31.642.753,0		t	
Granito	167	2.601.631.778,7		76.948.883.542,0		208.840.167,6		m³	
		847.527.381,0		1.498.395.298,1		284.063.148,7		t	
Granitóides	4	60.364.749,0		3.691.503,0		15.886.516,0		t	
Granulito	5	179.045.008,1						t	
Laterita	9	21.214.557,0						t	
Manganês	15	5.803.048,6	36,9	5.108.496,0	33,9	49.059.342,6	31,0	t	%
Mármore	14	41.387.833,1		7.498.344,0		7.225.344,0		t	
Migmatito	3	15.123.683,0						t	
Molibdênio	6	284.557,2	250,0					t	g/t
Níquel	3	8.639.875,0	0,8	15.941.630,0	0,8	32.394.313,0	0,8	t	%
Ouro	26	430.975.024,8	0,4	620.898.944,6	0,2	28.072.229,0	1,2	t	g/t
Pegmatito	3	1.687.372,0		2.843.652,0		2.743.947,0		t	
Prita	6	34.146.857,7	3,0					t	%
Prata	4	388.354.250,0	0,5	571.051.350,0	0,5	3.555.955,0	0,7	t	g/t
Quartzito	22	812.744.505,4		46.590.420,0		9.575.378,0		t	
Quartzo	20	120.516.462,3	9,4	2.666.352,8		1.644.185,0		t	
Saibro	48	70.897.446,6		6.401.078,5		691.519,0		t	
Serpentinito	1	10.902.990,0		8.884.018,0				t	
Silito	3	6.377.627,0						t	
Tântalo	1	324.836,1		213.519,6		22.156.968,1		Kg	Ta2O5
Terras raras	1	650.000,0		229.000,0		229.000,0		t	%
Titânio	1	1.949.875,0		688.195,0		688.195,0		t	%
Tungstênio	1	132.305,9	0,9	163.163,6	0,9	193.973,8	0,9	t	%
Turfa	4	11.120.039,0		348.976,0				t	
Xisto	14	569.801.876,8		1.611.180,0				t	
Zinco	1	1.764.569,0	21,4	2.381.588,0	19,8			t	%
Zircão	1	650.000,0		229.000,0		229.000,0		t	

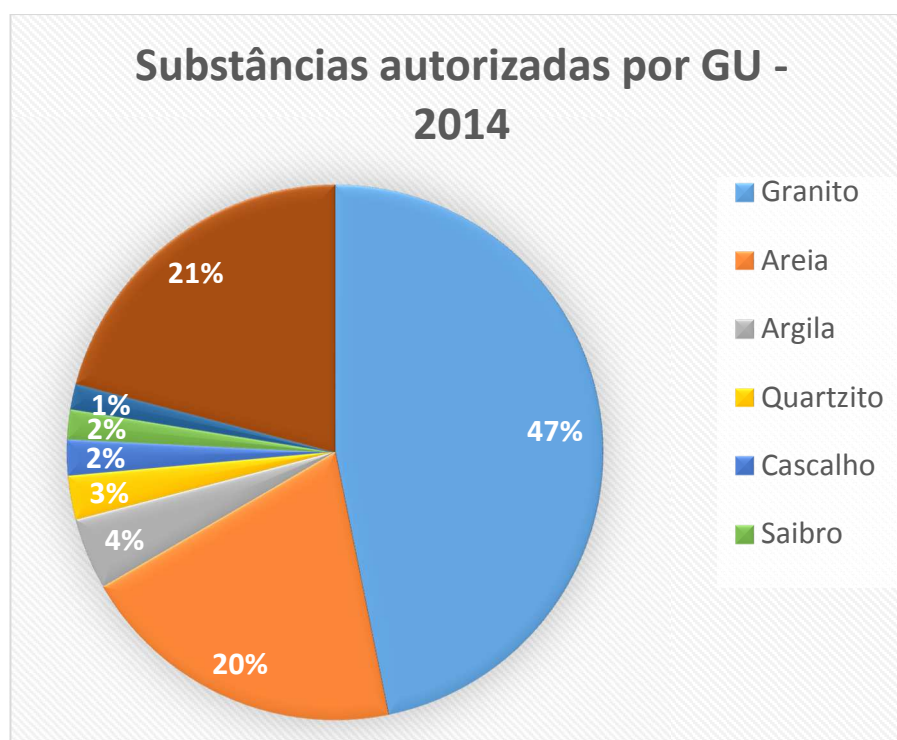
59 Substâncias diferentes
1.335 Relatórios Finais de Pesquisa aprovados
113 Relatórios de Reavaliação de Reservas aprovados
24 Relatórios de nova(s) substância(s) aprovados

TABELA 11: RESERVAS MINERAIS APROVADAS EM 2014 MINERAIS METÁLICOS, DE USO NA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES E DIAMAN.

Reservas aprovadas de minerais metálicos (2014) (dados preliminares)					
SUBSTÂNCIA	Quant. de Relatórios aprovados	RESERVA MEDIDA			UNID. TEOR
		Quantidade (t)	Teor Médio	Metal contido (t)	
Alumínio	36	89.990.443	44,86	40.368.649,0	%
Chumbo	7	2.902.798	0,34	9.784,6	%
Cobre	3	388.868.404	0,26	1.029.891,8	%
Ferro	57	4.105.066.110	40,60	1.666.615.795,7	%
Manganês	15	5.803.049	36,94	2.143.539,8	%
Molibdênio	6	284.557	250,00	71,1	g/t
Níquel	3	8.639.875	0,76	65.786,4	%
Ouro	26	430.975.025	0,43	183,8	g/t
Pirita	6	34.146.858	3,00	1.024.405,7	%
Prata	4	388.354.250	0,48	185,1	g/t
Tântalo	1	324.836			Kg deTa2O5
Terras raras	1	650.000	nd		%
Titânio	1	1.949.875			%
Tungstênio	1	132.306	0,90	1.190,8	%
Zinco	1	1.764.569	21,36	376.911,9	%
Reservas aprovadas de minerais fertilizantes (2014)					
SUBSTÂNCIA	Quant. de Relatórios aprovados	RESERVA MEDIDA			UNID. TEOR
		Quantidade (t)	Teor Médio	Mineral contido (t)	
Fosfato	3	69.028.163	9,21	6.354.662,0	%
Reservas aprovadas de diamante (2014)					
SUBSTÂNCIA	Quant. de Relatórios aprovados	RESERVA MEDIDA			UNID. TEOR
		Quantidade (m³)	Teor Médio	Mineral contido (ct)	
Diamante	17	4.164.484	0,02	78.427,5	ct/m³

TABELA 12: GUIAS DE UTILIZAÇÃO EMITIDAS (2014)

GUIAS DE UTILIZAÇÃO EMITIDAS EM 2014													
Sup.	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
AL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	19	8	9	5	16	0	28	21	20	1	28	20	175
CE	1	1	1	0	4	4	3	4	8	1	3	7	37
ES	5	1	9	2	7	1	6	6	11	3	11	8	70
GO	0	0	0	0	24	0	0	0	28	0	0	16	68
MA	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	0	2	7
MG	20	26	50	15	34	14	24	25	21	19	23	18	289
MS	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	1	0	4
MT	1	1	0	3	6	1	5	0	1	3	3	3	27
PA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	3	6
PB	4	10	1	0	3	4	3	3	6	2	0	5	41
PE	0	0	0	1	2	1	2	2	2	3	1	3	17
PI	0	1	0	0	1	5	0	0	0	2	0	0	9
PR	5	13	8	0	9	4	8	1	9	2	4	15	78
RJ	0	1	2	1	1	1	0	0	0	0	0	1	7
RN	1	2	3	0	2	0	2	0	1	0	5	3	19
RO	5	6	4	12	10	4	14	0	13	25	8	9	110
RR	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
RS	1	0	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	6
SC	7	16	3	15	15	12	9	15	19	25	18	8	162
SE	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	2	7
SP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	2	4	0	5	2	0	1	0	1	2	0	0	17
TOTAL	72	91	92	59	138	53	106	86	143	90	108	123	1.161

**FIGURA 6. PORCENTAGEM DAS SUBSTÂNCIAS AUTORIZADAS POR GUIA DE UTILIZAÇÃO (2014).**

13.2.3.3. Fiscalização para a Emissão de Certificação Kimberley

Após vistoria e procedimentos de controle de origem, em 2014 o DNPM emitiu 41 Certificados do Processo de Kimberley válidos, referentes a 52.786,28 ct de diamantes brutos avaliados em US\$ 12.357.446,61.

Desde a retomada do processo de certificação Kimberley pelo DNPM, em setembro de 2006, já foram emitidos 266 Certificados, correspondentes a 586.521,73 ct de diamantes brutos com valor acumulado de US\$ 64.956.913,01. As figuras 7, 8 e 9 apresentam, respectivamente, a evolução do número de CPKs emitidos, o peso em quilates e o valor em dólares referentes à produção brasileira exportada no período entre setembro de 2006 e dezembro de 2014.

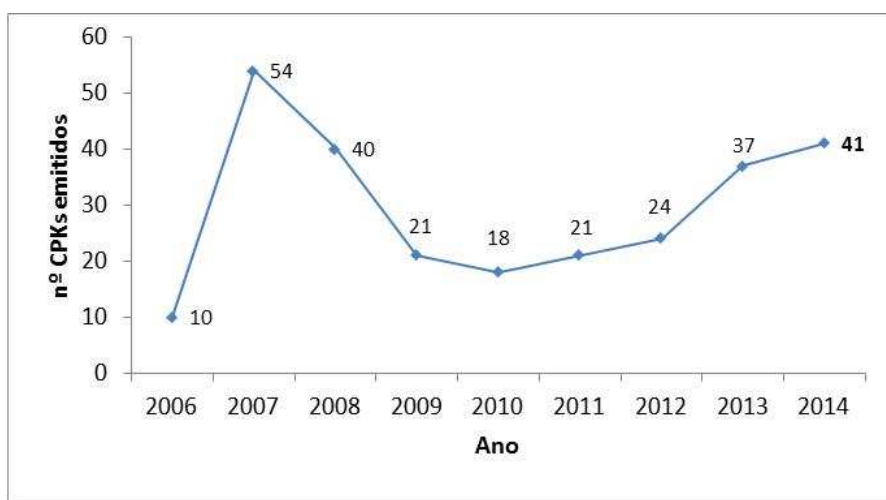


FIGURA 7. PORCENTAGEM DAS SUBSTÂNCIAS AUTORIZADAS POR GUIA DE UTILIZAÇÃO (2014).

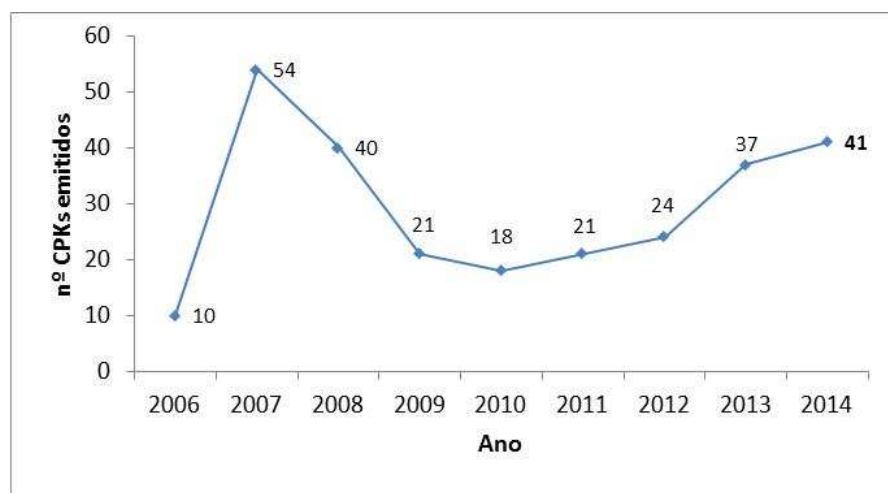


FIGURA 8. PESO EM QUILATAS DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2014.

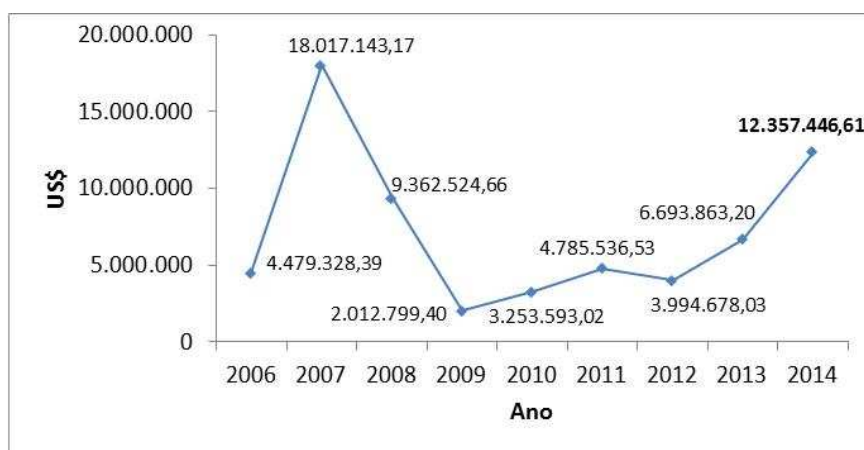


FIGURA 9. VALOR TOTAL EM US\$ DOS LOTES CERTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2014.

A tabela 12 resume os dados relativos a CPKs emitidos a partir de setembro de 2006, detalhando por ano os quantitativos de peso (ct) e valor (US\$) exportados; o número de empresas responsáveis pelas exportações; o número de municípios exportadores; e o número de áreas produtoras. Destaca-se que, até 31/12/2014, o Cadastro Nacional de Comércio de Diamantes (CNCD), gerenciado pelo DNPM, contava com 268 processos autorizados, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas.

TABELA 13: CPKS EMITIDOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 2006

no	A	Peso (ct)	Valor (US\$)	Nº de empresas	Nº de municípios	Nº de áreas produtoras
006	2	73.826,56	4.479.328,39	4	3	7
007	2	168.070,94	18.017.143,17	12	7	18
008	2	106.835,29	9.362.524,66	12	11	27
009	2	35.935,19	2.012.799,40	8	9	35
010	2	20.037,49	3.253.593,02	8	14	27
011	2	35.773,39	4.785.536,53	8	11	27
012	2	37.737,01	3.994.678,03	10	9	15
013	2	55.519,58	6.693.863,20	11	11	25
014	2	52.786,28	12.357.446,61	12	9	23
total	T	586.521,73	64.956.913,01	---	---	---

A figura 10 apresenta os países de destino dos CPKs brasileiros emitidos entre setembro de 2006 e dezembro de 2014.

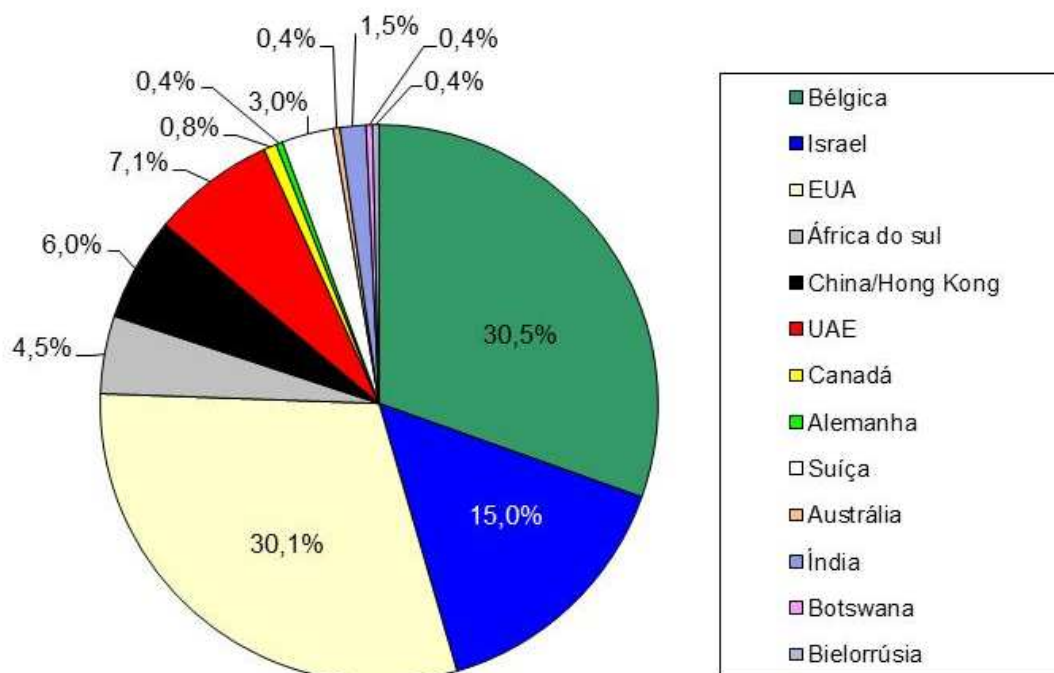


FIGURA 10. PAÍSES DE DESTINO DOS CPKS BRASILEIROS EMITIDOS ENTRE 09/2006 E 12/2014.

13.2.3.4. Execução das Metas - Fiscalização de Depósitos Fossilíferos

No ano de 2014 foram realizadas 16 (dezesesseis) atividades fiscalizatórias, conforme Tabela 13.

TABELA 14: QUADRO DESCRITIVO DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (EXERCÍCIO 2014).

	Descrição	Executores	Mês
1	Vistoria na Loja Cristal, localizada no centro da cidade de Porto Alegre. Denúncia de comércio de fósseis.	DNPM-RS	Mar.
2	Vistoria do material fóssil (madeiras petrificadas) para anuência de exportação.	DNPM-RS	Abr.
3	Acompanhamento da extração de fósseis realizada por pesquisadores da UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro na região da Bacia do Araripe.	DNPM-CE (Crato)	Jun.
4	Vistoria em sítios fossilíferos nos municípios de Mata e São Pedro do Sul, Rio Grande do Sul. Atendimento de demanda do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Porto Alegre).	DNPM-RS	Jun.
5	Vistoria do material fóssil (pterossauros) coletado em Cruzeiro do Oeste/PR e depositado na coleção científica do CENPALEO/UnC.	DNPM-PR e DPDF	Ago.
6	Vistoria em pedreiras de calcário laminado (Pedra Cariri) nos municípios de Santana do Cariri e Nova Olinda, e em ocorrências fósseis nos municípios de Porteiras, Brejo Santo e Aurora.	DNPM-CE (Crato)	Ago.
7	Vistoria na área do Sítio Guabirota, Curitiba/PR, após participação na mesa redonda “Conservação do Patrimônio Paleontológico”.	DPDF e DNPM-PR	Set.
8	Vistoria em ocorrência fóssil (tanque) no sítio paleontológico da Várzea do Boi, município de Tauá/CE. Salvamento de fósseis de mamíferos.	DNPM-CE (Crato)	Set.
9	Vistoria em ocorrência de icnofósseis no município de Pacujá/CE. Atendimento de demanda do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Sobral).	DNPM-CE (Crato)	Set.
10	Vistoria do material fóssil (madeiras petrificadas) para anuência de exportação.	DNPM-RS	Out.
11	Acompanhamento da extração de fósseis realizada por pesquisadores da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro na região da Bacia do Araripe.	DNPM-CE (Crato)	Out.

12	Vistoria em ocorrência fóssil no município de Mossoró/RN. Atendimento de demanda do Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Mossoró).	DNPM-CE (Crato)	Out.
13	Vistoria em ocorrência fóssil (tanque) na Fazenda Horizonte, município de Tauá/CE. Salvamento de fósseis de mamíferos.	DNPM-CE (Crato)	Out.
14	Vistoria em ocorrência fóssil (tanque) na Fazenda Horizonte, município de Tauá/CE. Continuidade do salvamento de fósseis.	DNPM-CE (Crato)	Nov.
15	Acompanhamento da extração de fósseis realizada por pesquisadores da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro na região da Bacia do Araripe.	DNPM-CE (Crato)	Nov.
16	Visita às instalações e coleções científicas do Instituto Tecnológico de Micropaleontologia da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.	DNPM-RS e DPDF	Dez.

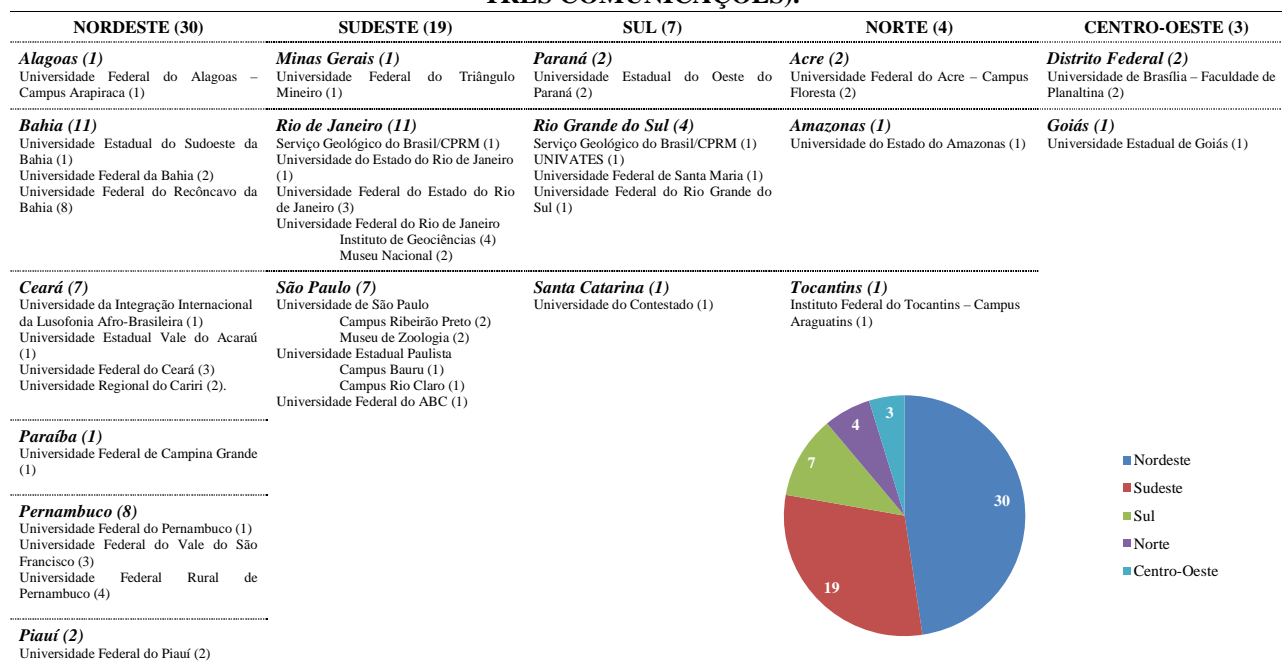
Fonte: DPDF.

Nota: Quanto aos programas de salvamento paleontológico, foi analisado e aprovado **1** (um) relatório final; analisados e criticados, com elaboração de exigências para autorização de coleta de fósseis, **3** (três) programas propostos à aprovação; e analisados o acompanhamento (relatórios parciais) de **2** (dois) outros.

Foram analisados e aprovados **2** (dois) pedidos de anuência de exportação e **2** (duas) solicitações de autorização de coleta de fósseis: **1** (uma) para pesquisadores estrangeiros (em conjunto com a Universidade Regional do Cariri – URCA) e **1** (uma) para pesquisador de instituição municipal de ensino e pesquisa (Centro Paleontológico da Universidade do Contestado – Cenpáleo/UnC).

Também foram recebidas **63** (sessenta e três) comunicações de coleta de fósseis por pesquisadores de instituições oficiais congêneres a museus nacionais e estaduais, conforme o Figura 11.

FIGURA 11. COMUNICAÇÕES DE COLETA DE FÓSSEIS EM 2014, POR REGIÃO (SESSENTA E TRÊS COMUNICAÇÕES).



Fonte: DPDF.

No tocante à promoção da proteção de espécimes fósseis e depósitos fossilíferos, destacaram-se as seguintes ações:

- Celebração do Termo de Permissão de Uso de Exemplares Fósseis com o Museu de História Natural de Taubaté, que passa a ter a guarda dos espécimes fósseis coletados em São Bento do Una/PE.
- Recebimento, para guarda do DNPM, dos exemplares de mesossauros brasileiros apreendidos no Aeroporto Roissy-Charles de Gaulle (Paris, França).
- Gestão junto a Anglo American Fosfatos Brasil S.A e Vale Fertilizantes S.A., para preservação de feição significativa do Paleolago Cemitério, em Catalão/GO. Elaboradas exigências para as mineradoras, com a Coordenação de Fiscalização do Aproveitamento Mineral – CFAM/DIFIS e DNPM-GO.
- Gestão junto a Companhia de Cimento Portland-Poty para manutenção de sítio geológico na área de lavra na Pedreira Poty, em Paulista/PE. Acompanhando as ações, com a CFAM/DIFIS e DNPM-PE.

Em relação aos pedidos de exportação de fósseis, opinou favoravelmente à anuência junto ao SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, solicitada pela empresa Bagatini Pedras Ltda., para a remessa de troncos petrificados (fósseis) importados da Indonésia aos EUA e países europeus.

Em 2014 foram concluídos os trabalhos do Grupo de Trabalho Fósseis – GT Fósseis (criado pela Portaria DNPM 327/2012), com a apresentação de minuta de portaria contendo os procedimentos para análise e emissão de autorizações ou recebimento de comunicações de extração de fósseis em depósitos fossilíferos brasileiros (afetos ao Decreto-Lei 4.146/1942). Essa minuta foi aprovada e publicada no Diário Oficial da União de 22/12/2014, na forma da Portaria do Diretor-Geral DNPM nº 542, de 17 de dezembro de 2014.

13.2.3.5. Avaliação da Qualidade Técnica da Água Mineral

Análise de Estudo in loco para Classificação e Reclassificação de Águas Minerais

No ano de 2014 foram emitidos **120** Pareceres Técnicos, grande parte gerados por necessidade de classificação e nova classificação de análises provenientes do LAMIN.

Análise de Pedidos para Importação e Comercialização de Água Mineral, no Brasil.

Em 2014 foram emitidos apenas **5** Pareceres e considerou-se para o ano de 2015 a necessidade de revisão da Portaria DNPM 159/96.

Assessoria e proposições nas Reuniões da Comissão Permanente de Crenologia

Houve 2 encontros no ano de 2014:

- Aprovação da Portaria nº 540, de 18/12/2014, DOU de 19/12/2014 que estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais;
- Retomada do assunto Classificação da água mineral com base no teor de sódio (Na), com proposta de encaminhamento de Minuta para o Presidente da Comissão – Diretor-Geral do DNPM -em discussão;
- Abertura de discussão para encaminhamento de norma específica para balneário com relação aos limites de elementos químicos na água – em discussão.

Monitoramento do Aquífero de Caldas Novas/GO.

A atividade de Monitoramento e Controle de Aquíferos de Águas Minerais e Termas vem sendo desenvolvida na Unidade Regional do DNPM em Goiás e caracteriza um modelo de gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos do Sistema Hidromineral Termal de Caldas Novas/Rio Quente - GO. O objetivo é manter o equilíbrio no balanço hídrico do sistema aquífero termal do distrito hidromineral.

Em Caldas Novas/Rio Quente há um total de **141** poços no sistema aquífero termal. A atividade de monitoramento se concentra em 67% desse universo (95 poços). Foi publicada a Portaria nº 540, de 18/12/2014, DOU de 19/12/2014. Estabelece limites mínimos dos elementos dignos de nota, para a classificação das Águas Minerais;

13.2.3.6. Fiscalização da Lavra Garimpeira e Ordenamento Mineral

1 - GT do TAPAJÓS – As atividades planejadas para 2014 objetivando a formalização da atividade minerária na região pelo GT DNPM sofreram solução de continuidade em decorrência de problemas surgidos no processo do ordenamento, bem como questões de falta de recursos financeiros, de logística e de entendimento do Projeto pela Superintendência do DNPM/PA. As Ações ficaram praticamente restritas às realizadas pela Superintendência do DNPM/PA que promoveu análises de requerimentos de PLGs, tendo sido reduzidas as atividades de fiscalização de garimpos.

2- GT VANT - PROJETO VANT - Fase 2 - Execução do Termo de Cooperação entre DIFIS e Faculdade de Tecnologia/UNB. Formação de equipe no desenvolvimento da tecnologia de produção e processamento de imagens obtidas por veículo remotamente tripulado.

AÇÕES OPERACIONAIS - SOBREVÔOS

- **Serra da Canastra, MG, 07 a 10 de abril** Sobrevôo sobre as áreas de mineração de quartzito da Serra da Canastra. Etapa realizada por solicitação do Ministério Público do Trabalho.
- **Seropédica e Nova Iguaçu, RJ, 12 a 16 de maio.** Área de extração ilegal com risco para os servidores em razão da presença de milícias
- **Camaçari, BA, 19 a 23 de maio.** Sobrevôo sobre áreas de extração ilegal de areia com risco para os servidores
- **Barragens Herculano e Mundo / MG. 17 a 19 de novembro** - objetivo de gerar imagens de barragens de MG e promover uma avaliação conjunta com a Agência Nacional de Águas sobre a utilidade do VANT.

GT GEMAS CORADAS - Estima-se que o Brasil seja responsável pela produção de cerca de 1/3 do volume das gemas do mundo, excetuados o diamante, o rubi e a safira, é internacionalmente conhecido pela diversidade e pela grande ocorrência de “pedras preciosas” - o principal produtor de esmeraldas e o único de topázio imperial e, até recentemente, de turmalina Paraíba, além de citrino, ágata, ametista, turmalina, água-marinha, topázio e cristal de quartzo. Esteve em curso em 2014 as fiscalizações de áreas produtoras e a capacitação de dez profissionais do DNPM em identificação, classificação e avaliação de gemas e diamantes.

APURAÇÃO DE DENÚNCIAS - 2014 - Com base no sistema SICOP foi elaborado documento de análise crítica, e reflete a amplitude do volume de denúncias; bem como os encaminhamentos e grau de solução das situações denunciadas.

Vistorias

3 – Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																										
Vistoria	Superintendência																									Total
	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	
Vistoria prévia PLG					1					4					6				2							13
Acomp. PLG	4		5			4				4		39							2							58
Registro Extração	6										1								1							8
TOTAL	10		5		1	4				8	1	39			6			1	4						79	
4 – Demandas externas																										
Área não autorizada	20	31	193	10	47	76	73	3	102	10	45	6	20	24	12	1	25	7	25	59	11	41		3	51	895
Ordenamento mineral			24		7		2				1									2		3		1		40
Eventos interinstitucionais			44	2	1	1	5	3		2	1		1	1	5	1	2	5		13				5		92
Outros	8	44	29		1	21	10		10	15	46	1	2	34	13	8	4	3	3	33		6	8	6	2	307
Total	28	75	290	12	56	98	90	6	112	27	93	7	23	59	30	10	31	15	28	107	11	50	8	15	53	1.334

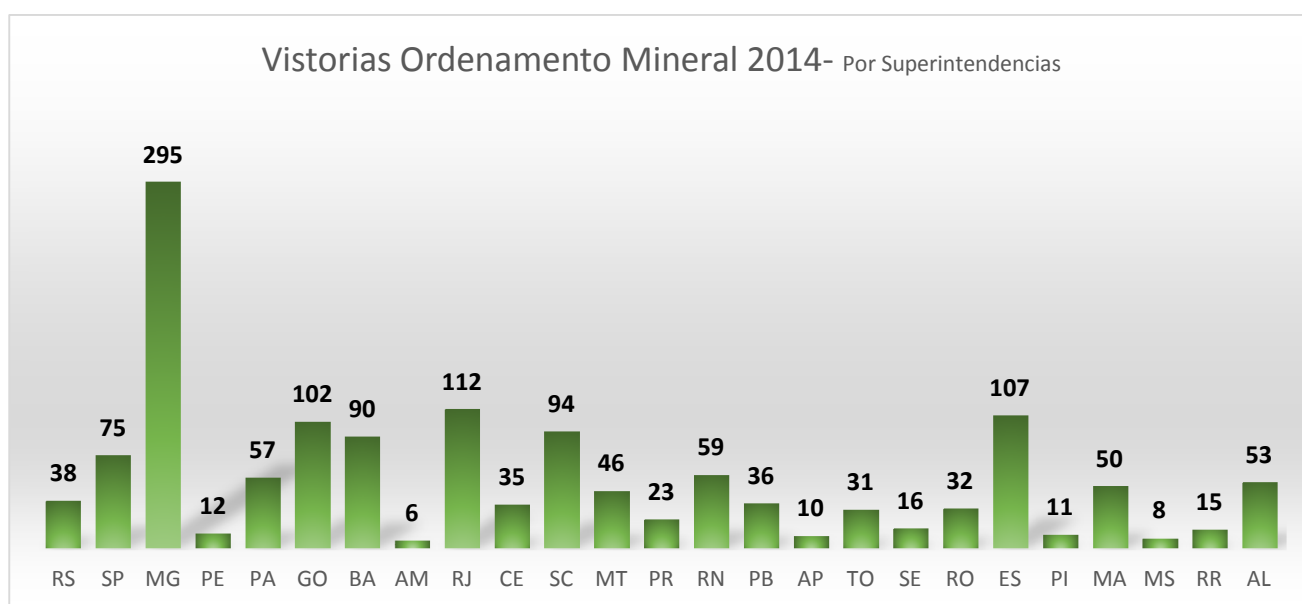


FIGURA 12. VISTORIAS DE ORDENAMENTO MINERAL, POR SUPERINTENDÊNCIAS.

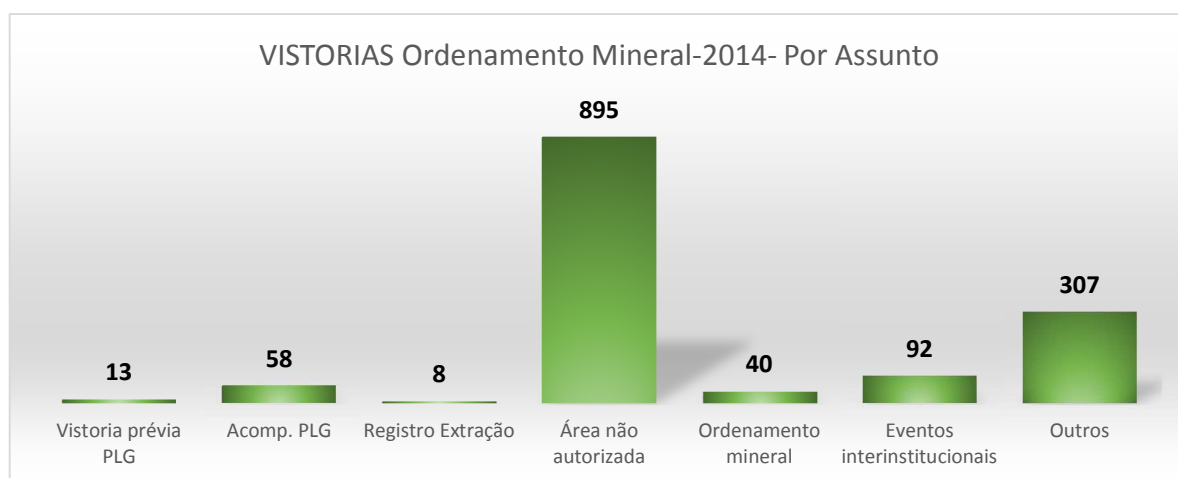


FIGURA 13. VISTORIAS DE ORDENAMENTO MINERAL, POR ASSUNTO.

TABELA 15: LEVANTAMENTO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS PELO DNPM (2011 - 2014).

	2011	2012	2013	2014*	TOTAL	% do TOTAL	2014/2013	EVOLUÇÃO
PE	0	0	0	0	0	0,0		Indefinido
RR	0	0	1	1	2	0,1	1,0	Estável
RO/AC	3	1	0	3	7	0,2	3,0	Crescimento Acentuado
AP	2	3	8	9	22	0,7	1,1	Crescimento leve
PI	4	7	11	5	27	0,8	0,5	Declínio
MS	1	10	11	7	29	0,9	0,6	Declínio
RS	0	6	12	15	33	1,0	1,3	Crescimento leve
SE	1	1	16	16	34	1,0	1,0	Estável
PB	13	12	11	8	44	1,4	0,7	Declínio
AL	12	16	12	8	48	1,5	0,7	Declínio
AM	11	36	5	1	53	1,6	0,2	Declínio
TO	2	16	22	24	64	2,0	1,1	Crescimento leve
MA	20	12	25	10	67	2,1	0,4	Declínio
MT	13	17	28	10	68	2,1	0,4	Declínio
RN	18	10	28	15	71	2,2	0,5	Declínio
CE	27	11	26	16	80	2,5	0,6	Declínio
PR	28	23	29	12	92	2,8	0,4	Declínio
PA	3	17	23	63	106	3,3	2,7	Crescimento Acentuado
DF	26	23	30	38	117	3,6	1,3	Crescimento Leve
BA	15	20	38	73	146	4,5	1,9	Crescimento Médio
SP	33	76	65	31	205	6,3	0,5	Declínio
ES	28	53	90	56	227	7,0	0,6	Declínio
GO	73	56	66	39	234	7,2	0,6	Declínio
SC	18	35	135	146	334	10,3	1,1	Crescimento leve
RJ	71	48	134	116	369	11,4	0,9	Declínio
MG	157	197	233	175	762	23,5	0,8	Declínio
TOTAL	579	706	1.059	897	3.241	100,0	0,8	Declínio
* ATÉ 15/12/2014								

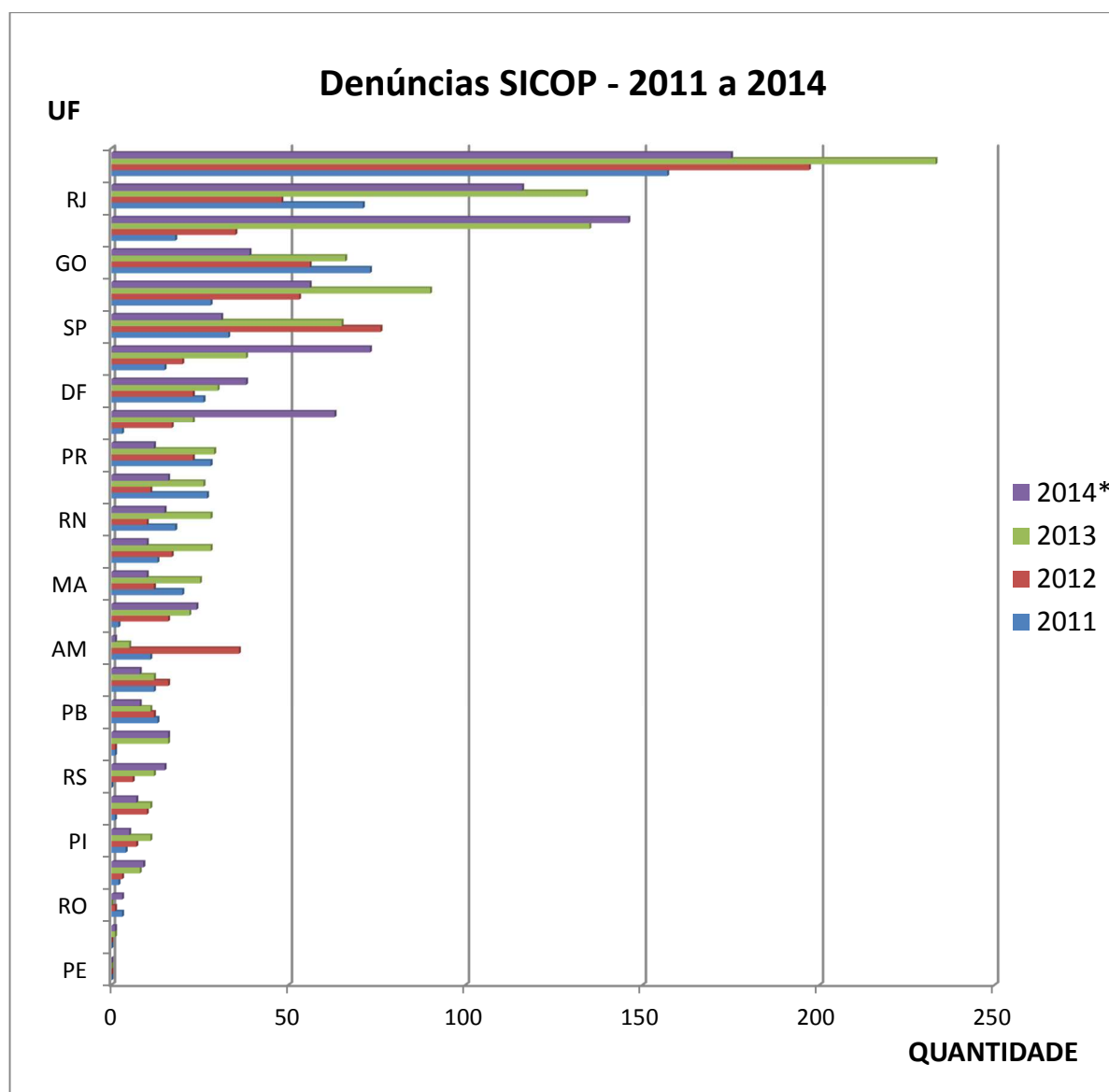


FIGURA 14. EVOLUÇÃO DAS DENÚNCIAS 2011-2014

AÇÕES PARA O COMBATE DA LAVRA ILEGAL/FORMALIZAÇÃO

- OPERAÇÃO ÁGATA VIII – No Estado do Amapá houve a participação do DNPM na referida operação, técnicos participaram no período de 12 à 23/05/2014.
- Áreas de produção de cassiterita Ariquemes/RO - A auditoria do período de 03 a 06 de junho analisou dados contábeis da fundidora e, em campo, se as áreas tituladas e em produção apresentam-se em condições operacionais compatíveis com a produção bruta declarada nos Relatórios Anuais de Atividades de 2009 a 2013.
- Fiscalização em áreas localizadas nos municípios maranhenses de Godofredo Viana no período de 07 a 16/12/2014, em áreas de garimpo de ouro, em áreas tituladas e também em locais que foram objeto de denúncias de lavra não autorizada. As atividades executadas consistiram primordialmente em verificar a situação em que se encontravam essas áreas. Participaram da operação o DNPM, a Polícia Federal, o Ibama, a Secretaria de Meio Ambiente do estado do Maranhão, a Polícia Militar do estado do Maranhão e representante do Corpo de Bombeiros do estado; atuaram no Garimpo do Flexal, e no garimpo denominado Caxias (identificado como área mais recente de extração não autorizada na região).

13.3. GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

O procedimento de outorga de títulos minerários se inicia com o protocolo dos requerimentos eletrônicos nas Unidades Regionais do DNPM. Em 2014 houve uma diminuição na quantidade de petições protocoladas, equivalente a uma redução de 16% em relação ao ano anterior. A queda na demanda de requerimentos por novas áreas para mineração da ordem de 24.723 – 39.446 - em 2013 para cerca de 20.705 – 33.945 - em 2014 pode ser atribuída a influências macroeconômicas externas, como baixa nos preços das commodities e incertezas sobre a demanda global, que naturalmente diminui o investimento na pesquisa em todo o mundo, conforme relatório *World Exploration Trends 2014* da SNL Financial, assim como a insegurança política gerada pelo Governo com a proposta do Novo Marco Regulatório da Mineração, PL n° 5.807/2013.

A Concessão de Lavra deve ser requerida no DNPM por pessoa jurídica no prazo máximo de um ano após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. A lavra é requerida mediante a apresentação do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida. Depois de requerida a concessão de lavra, e caso o DNPM aprove e considere oportuno o Plano de Aproveitamento Econômico e os demais documentos necessários, é emitido um despacho ao Ministério de Minas e Energia, sugerindo a outorga da Concessão de Lavra, que tem como título uma portaria assinada pelo Ministro de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União. Ressalta-se que, desta forma, a outorga de concessão de lavra é um procedimento que não depende apenas do DNPM, mas também de órgãos externos como, por exemplo, o MME e órgãos ambientais.

A quantidade de requerimentos analisados no DNPM, incluindo requerimentos tanto deferidos como indeferidos, afere mais precisamente o desempenho das superintendências em cada ano. A relação do que foi requerido e o esforço realizado desde 2005 até 2014, permite observar que dos requerimentos que são solicitados, grande parte é analisada.

Nos anos de 2005 e 2009, o esforço realizado foi maior que o número de requerimentos. No ano de 2014 a quantidade de Outorga de Requerimentos foi bem próxima à quantidade de análises realizadas. Conforme se observa na figura 15.

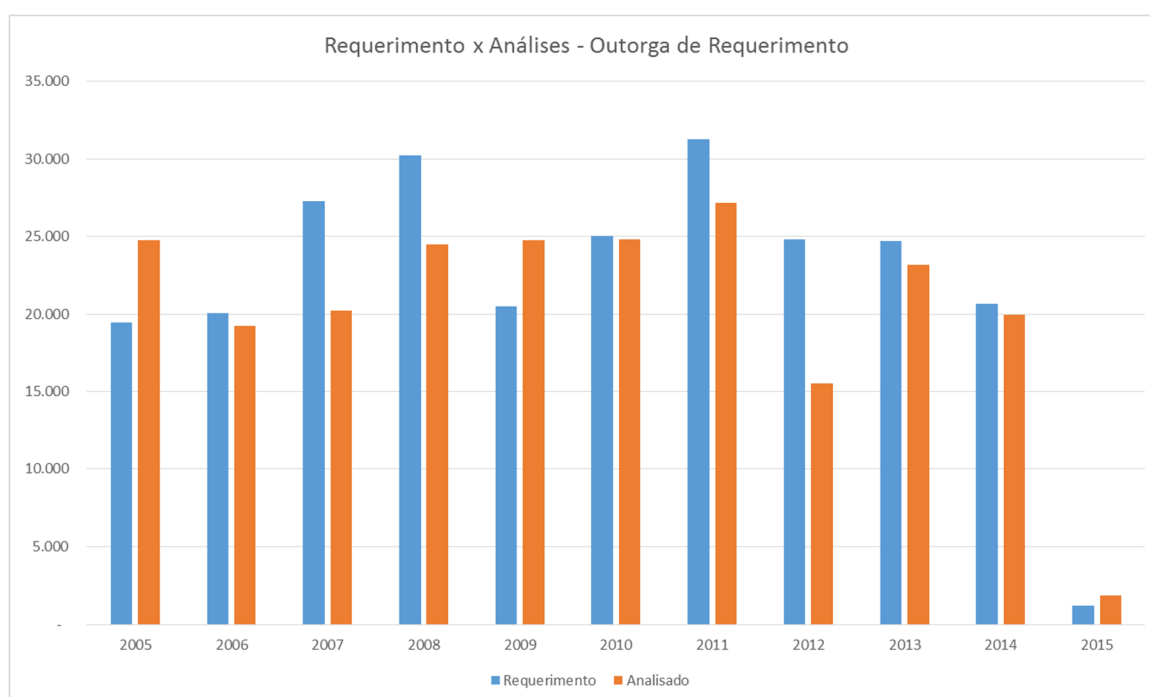


FIGURA 15. QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS VERSUS QUANTIDADE DE ANÁLISES REALIZADAS

O pedido de anuência e averbação de cessão total ou parcial de direitos minerários é realizado através de formulário padronizado de pré-requerimento eletrônico. Depois de solicitado, o requerimento é analisado para decisão e posterior execução da cessão de direitos, que é dada através da publicação no D.O.U - Diário Oficial da União. A anuência e a averbação de contratos de arrendamento são realizadas por meio do pré-requerimento eletrônico, que após sua protocolização é submetido à análise para deferimento ou indeferimento.

A desistência ocorre ainda na fase de requerimento, sendo assim, nessa fase não há extinção de título minerário. A figura 16 ilustra os requerimentos e as análises de desistência entre os anos de 2005 e 2014.

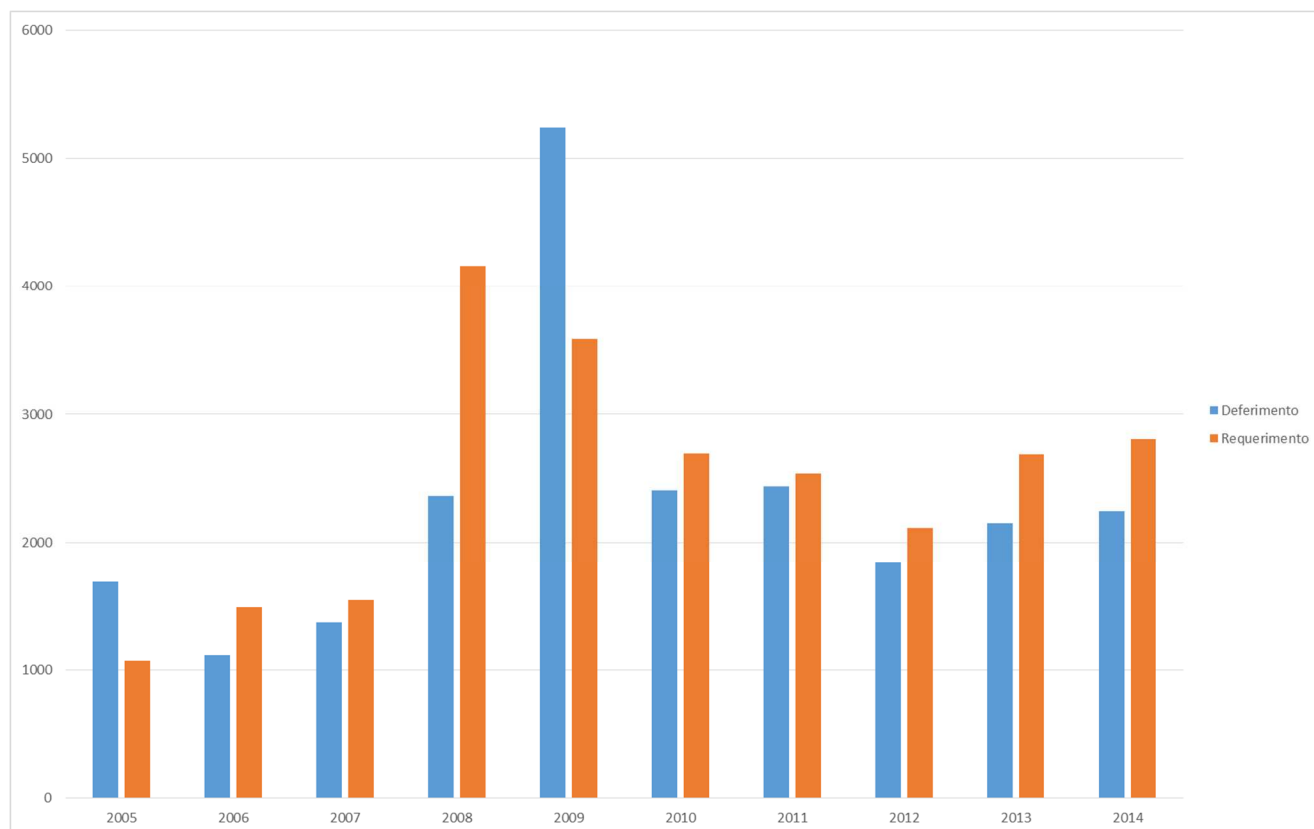


FIGURA 16. QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS VERSUS QUANTIDADE DE ANÁLISES REALIZADAS

A renúncia é admitida a qualquer tempo e tem como efeito a extinção do título minerário na data da protocolização de renúncia, com a desoneração da área. Em 2013 a quantidade de requerimentos de renúncia foi a menor dos últimos anos, em consequência o esforço também foi inferior aos demais anos. A figura 17 ilustra os requerimentos e as análises de renúncia entre os anos de 2005 e 2014.

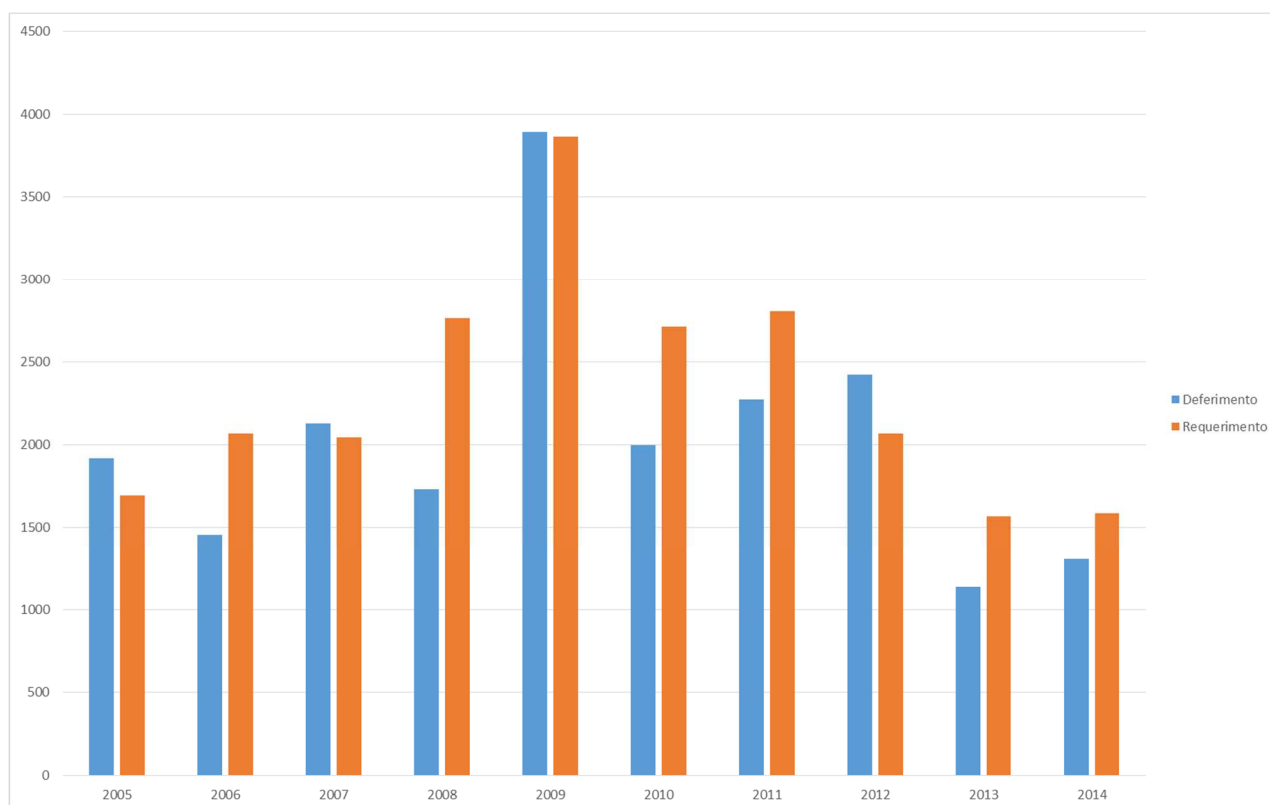


FIGURA 17. QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS VERSUS QUANTIDADE DE ANÁLISES REALIZADAS

Foram processados, em 2014, em torno de 26.797 estudos no SigÁreas, este número representa os processos que tiveram estudo de controle de áreas de qualquer natureza iniciado até mesmo em período anterior a 2014, mas que somente adquiriram a condição de publicação da alteração no Banco de dados nesse exercício. Quanto a estudos que iniciaram durante o ano, mas que não foram processados por não ter alcançado a condição de aptos para publicação soma-se um total de 238 estudos. Computando assim um total de 26.529 análises de controle de áreas iniciadas e concluídas no decorrer do exercício de 2014.

Foram realizadas apenas 14 imissões de posse de jazida sendo: 06 pela Superintendência/DNPM/GO, 05 pela Superintendência/DNPM/PR e 03 pela Superintendência/DNPM/RS. Vale destacar que em 22 áreas vistoriadas para realização das imissões houve a participação direta e contribuição de técnicos da DGTM/Sede e/ou CGTIG/Geoprocessamento. Embora o número de imissões pareça reduzido, 96 trabalhos de vistoria de campo para levantamento de dados espaciais de Concessões de Lavra vêm sendo realizados com objetivo de retomar em toda a Autarquia o ato de se fazer demarcação das áreas de lavra de forma rotineiramente.

13.4. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO

13.4.1. SUSTENTABILIDADE DA MINERAÇÃO

Desde que a metodologia baseada em gestão de projetos foi implantada, em março de 2010, vários projetos foram finalizados, o que demonstra o interesse dos servidores do DNPM em atuar nessa área. Os trabalhos de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração para a sustentabilidade

da mineração utilizam a metodologia de gestão de projetos, os quais são apresentados pelas unidades executoras, as Superintendências, conhecedoras da realidade mineral do Estado.

Essa metodologia permite que seja apresentada, de forma organizada e com prazo e verbas definidas, uma proposta de trabalho que vise a mudança de uma situação de, por exemplo, lavra mal conduzida, baixa agregação de valor, desconhecimento do depósito, para uma situação de maior sustentabilidade, através da formalização, agregação de valor, conhecimento do depósito, utilização de técnicas sustentáveis, recuperação ambiental, cooperativismo, entre outras.

Outra forma de atuação é através de ações pontuais, como realização de seminários para a difusão do conhecimento da legislação minerária, de técnicas de lavra, cooperativismo, para um determinado pólo produtor. Nestes seminários, além de palestras de servidores do DNPM há também palestrantes convidados que agregam conhecimento visando sempre a tornar a atividade da pequena mineração mais sustentável.

Além disso, palestras individuais, articulações com outros órgãos visando o estabelecimento de parcerias, assim como participações em Grupos de Trabalho, Arranjos Produtivos Locais - APLs, conselhos estaduais de meio ambiente, entre outros, tem sido desempenhados em muitas localidades.

Os resultados alcançados até o momento demonstram o potencial na solução de problemas inerentes a pequena mineração e também na atuação junto a outros órgãos. No entanto, alguns desafios devem ser vencidos para que essa atuação seja mais completa.

Foram realizadas 25 ações de Extensionismo, com a atualização dos relatórios de atividades, conforme tabela abaixo:

TABELA 16: AÇÕES DE EXTENSIONISMO FINALIZADAS EM 2014

Nº	Nome do Projeto	UF
Sede/DF		
1	DNPM/Sede (ação 01): Implantação de stand na Feira de Vitória (Stone Fair); Fev/2014)	DF
2	DNPM-Sede (Ação 02): Apoio a implantação do plano de ação e Plano Estratégico da ASCENO (Norte de Goiás) – setor de extração de argilas e cerâmicas no Norte de Goiás.	DF
3	Palestra sobre setor de Cerâmica para o setor ceramista goiano na FIEG e SINDICER (Goiânia/GO)	DF/GO
4	Ação de apoio para a Cooperativa de Garimpeiros de Cristalina	DF
5	Elaboração de artigo relativo a lavra cooperativa de argilas para o setor de Cerâmica Vermelha	DF
6	Palestras para a FINOM/Paracatu-MG (em 03.10.2014)	DF
7	Elaboração Relatórios para MPF/SC_Criciúma (para apoio ao Plano Diretor de Mineração da Região de Criciúma/SC (AMREC).	DF/SC
REGIAO SUL - 1		
8	Reunião mantida na sede da AMAVI (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) em Rio do Sul/SC. Iniciou-se estudo para elaboração de um trabalho de ordenamento territorial levando em conta a atividade de mineração nos municípios de Trombudo Central e Pouso Redondo → com realização de vistorias e liberação de Guias de Utilização	DF/SC
REGIAO CENTRO-OESTE - 1		
24	Palestra Setor de Cerâmica em Goiânia -	
REGIAO SUDESTE - 1		
9	São Paulo (ação 1): Apoio ao OTGM em São Paulo: Confecção dos OTGMs da região de São João da Boa Vista e da Baixada Santista / Treinamentos do OTGM nos municípios de São Paulo e Santa Gertrudes	SP
10	São Paulo (Ação 2): Atuação do DNPM-SP para viabilizar a implantação da 1ª mineração de argila em nome de uma Cooperativa no Estado de São Paulo, a Incoesp	SP

11	São Paulo (ação 3): Workshop sobre RAL para o setor de água mineral (ABINAM)	SP
12	Seminário de Segurança de Barragens	MG
13	Assinatura da prorrogação do TAC de Santo Antonio de Pádua – Acompanhamento mensal das atividades do TAC	RJ
14	Assinatura da prorrogação do convênio de cooperação entre o DNPM, Inea e Sindicato dos ceramistas de Campos dos Goytacazes	RJ
15	Elaboração e lançamento do Manual de procedimentos técnicos para mineração no estado do Rio, em conjunto com o Instituto Estadual do Ambiente Inea. Manual elaborado em conjunto com DFAM, DGTM, DIPLAN e Inea.	RJ
16	Revisão de posicionamento de diversas poligonais deslocadas nos sistemas do DNPM	RJ
17	Workshop “Treinamento em Ordenamento Territorial Geomineiro – OTGM”, no município de Jacareí, em outubro	SP
18	Workshop “A Mineração no Vale do Paraíba”, em Pindamonhangaba, no mês de dezembro	SP
20	Participação de reuniões plenárias do Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (COMIN), órgão consultivo da mineração criado com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para acompanhamento das discussões dos temas de interesse do setor mineral paulista.	SP
21	Participação de reuniões (seis em 2014) do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte na Câmara Temática de Mineração. Foi criada em outubro de 2013 com o objetivo de promover o planejamento da atividade de mineração, buscando o seu desenvolvimento sustentável nesta importante região do Estado, com apoio para projeto de Ordenamento Territorial Geomineiro, desenvolvido pelo IPT nos municípios do Vale do Paraíba	SP
25	Ações de apoio ao Setor de Cerâmica no Espírito Santo	ES

REGIAO NORDESTE

REGIAO NORTE

22	Encontro sobre Mineração em Xinguara/PA- para legalização da atividade mineral	PA
23	Diagnóstico ambiental sobre atividade de mineração (pequena empresa de mineração) e orientação às prefeituras (Parauapebas, Eldorado de Carajás)	PA

TOTAL: 25



FIGURA 18. MAPA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS

13.4.2. Outras Atividades de Sustentabilidade da Mineração

13.4.2.1. Projetos de Difusão em Arranjos Mineraiis/Projeto Regularização e Fomento a Formação das Cooperativas no Estado da Bahia

O DNPM tem atuado em diversos municípios onde ocorrem atividades de garimpo ou lavras ilegais de substâncias minerais. No ano de 2014 foi ampliada a atuação em outros municípios tais como Gentio do Ouro e Vitória da Conquista. Os municípios onde ocorreram mais atuações foram: Novo Horizonte, Ibitipanga, Caetité/Brejinho das Ametistas, Santa Luz, Campo Formoso, Riachão do Jacuípe (Barreiros).

Faz parte da atuação o apoio a cooperativas já existentes otimizando os processos de regularização das áreas onde necessita adequação de documentação para que o processo mineral se concretize como um todo. Em 2014 houve ações nos municípios de Novo Horizonte, Caetité/Brejinho das Ametistas, Santa Luz, Campo Formoso /Senhor do Bonfim/Filadelfia, Riachão do Jacuípe (Barreiros), Jacobina, Gentio do Ouro

Em 2014 a convite da Cooperativa Mineral da Bahia foi proferida palestra sobre PLG enfocando a legislação sobre Lavra Garimpeira, ocasião em que o DNPM abordou também questões a respeito do desenvolvimento da Região Garimpeira de Carnaíba e Pindobaçu. **(Projeto Carnaíba)**

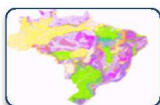
Em setembro de 2014 realizou-se visita ao Município de Vitória da Conquista, onde existem algumas Comunidades Quilombolas. Foram identificadas algumas áreas possíveis de se tornarem projeto piloto. **(Projeto levantamento geológico e de atividades minerais em áreas de comunidades quilombolas)**

Foram realizadas vistorias de campo em quatro áreas distintas para verificação de potencial para mineração. Das quatro áreas visitadas fora escolhida José Gonçalves - Lagoa dos Patos para realizar o processo de regularização, com o objetivo de prover a comunidade de uma área para extração de argila.

13.4.3. DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO

Em 2014, o cenário mundial mostrou diminuição do crescimento da demanda por *commodities* minerais, especialmente por parte da China. No entanto, no setor mineral brasileiro a quantidade de minério de ferro exportado continuou em patamares elevados, não obstante a queda de preço. Em escala mundial, os dados indicam possível tendência de queda, até o final do ano, dos preços dos metais e fertilizantes em função da menor demanda e maior oferta de *commodities* minerais.

No exercício de 2014, em consonância com o Plano Plurianual (PPA) referente a 2012-2015, foram executados ou estão em fase de conclusão na área de Economia Mineral da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração (DIPLAM), os seguintes produtos e atividades: **Anuário Mineral Brasileiro, Sumário Mineral 2014, Informe Mineral 1º Semestre/2014, 2º Semestre/2014, Controle da Importação de Amianto, Exportação de Fósseis e da Exportação e Importação de Diamantes Brutos**. Também foram desenvolvidos, mantidos ou em fase de conclusão os sistemas de Gestão da Produção Mineral: **SismineWeb, AMB desktop, AMBWeb, RALWeb, Visualizador do RAL, COMEX e DIPEM**.



Anuário Mineral Brasileiro (AMB Publicação)

Objetivo: Divulgar, anualmente, as mais importantes informações estatísticas sobre a indústria extrativa mineral



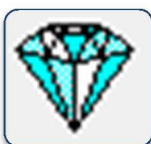
Sumário Mineral

Objetivo: Apresenta uma síntese de dados e informações sobre as principais substâncias minerais do país.



Informe Mineral

Objetivo: Mensurar, através de levantamento sistemático e periódico, o desempenho da mineração por semestre.



Controle da Importação de Amianto, Exportação de Fósseis e da Exportação e Importação de Diamantes Brutos

Objetivo: Registrar as solicitações de anuências apresentadas no SISCOMEX e alimentar o sistema SCPK

FIGURA 19. PRODUTOS DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO



Sistema de Gestão da Produção Mineral (SismineWeb, AMB desktop, AMBWeb, RALWeb, Visualizador do RAL)

Objetivo: Controlar a produção mineral.



Sistema de Apuração de Investimentos Aplicados em Pesquisa Mineral (DIPEM)

Objetivo: Levantar o nível de investimentos em pesquisa mineral no país



COMEX – Comércio Exterior do Setor Mineral

Objetivo: Acompanhar o desenvolvimento do comércio exterior do setor mineral

FIGURA 20. SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão 2014 apresenta no seu conjunto todas as realizações alcançadas nas Ações do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável.

O contingenciamento orçamentário bem como os limites financeiros impostos ao longo do exercício comprometeram a implementação das Ações dentro do inicialmente planejado para as metas físicas da Autarquia.

Em 2014 também ocorreu, a partir do primeiro bimestre, um aumento do número de processos de aposentadorias, uma vez que o número de servidores com idade igual ou superior a 60 anos é de 220 (equivalente a 20,25% do total dos servidores ativos), dos quais 170 (77%) possuem abono de permanência (SIAPE 2014).

Também ocorreu evasão de servidores através de exonerações e vacâncias motivada pela expectativa não correspondida de criação da agência reguladora, pela não aprovação do Marco Regulatório da Mineração, conforme relatos.

Ressalta-se, ainda, que até o presente momento foram realizados apenas dois concursos públicos no Órgão para provimento dos cargos criados pela Lei 11.046/2004. Dos 1.200 (mil e duzentos) cargos das carreiras, apenas 556 (quinhentos e cinquenta e seis) foram autorizados para provimento através dos concursos públicos da Autarquia, dos quais 104 (cento e quatro) encontram-se livres em função da evasão de servidores através de exonerações e vacâncias (Fonte SIAPE, 19/01/2015).

Por fim, mesmo com restrições orçamentárias e de pessoal a Autarquia buscou atingir as metas de forma satisfatória, objetivando cumprir sua Missão de Órgão Gestor do Patrimônio Mineral Brasileiro em benefício da sociedade.